

REJANE MARGARETE SCHEROLT PIZZATO

**“NO OLHO DA RUA”:
O SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA
EM PORTO ALEGRE – ABORDAGEM SOCIAL DE
RUA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

REJANE MARGARETE SCHEROLT PIZZATO

**“NO OLHO DA RUA”:
O SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM
PORTO ALEGRE – ABORDAGEM SOCIAL DE RUA NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

PORTO ALEGRE

2012

REJANE MARGARETE SCHEROLT PIZZATO

**“NO OLHO DA RUA”:
O SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM
PORTO ALEGRE – ABORDAGEM SOCIAL DE RUA NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profª Drª Idília Fernandes

PORTO ALEGRE

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

P695n Pizzato, Rejane Margarete Scherolt

“No olho da rua”: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre – abordagem social de rua na sociedade contemporânea / Rejane Margarete Scherolt Pizzato. – Porto Alegre, 2012.

147 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS.

Orientador: Idilia Fernandes.

1. Assistência Social. 2. População de Rua. 3. Política Social.
I. Fernandes, Idilia. II. Título.

CDD 361

Bibliotecária Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

REJANE MARGARETE SCHEROLT PIZZATO

**“NO OLHO DA RUA”:
O SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM
PORTO ALEGRE – ABORDAGEM SOCIAL DE RUA NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**Dissertação de Mestrado em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Serviço Social**

Data da aprovação: 19 de janeiro de 2012.

Banca Examinadora

**Profª Drª Idília Fernandes – PUCRS
Orientador**

Profª Drª Jane Cruz Prates – PUCRS

Profª Drª Patrice Schuch – UFRGS

PORTO ALEGRE

2012

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho amado, meu tesouro e meu “gotoso”!

Aos meus amados pais, Gecy e Ivino, pelo incentivo, apoio e aconchego.

Ao meu colega de profissão e uma grande paixão, Oscar, pelo companheirismo em todas as horas.

À minha grande irmã, Rosângela, maravilhosa!

Ao meu irmão, Rogério, do coração.

Aos meus colegas de trabalho, que trilharam comigo a experiência desafiadora do Atendimento Social de Rua, por acreditarem na vida e lutarem dignamente pelo respeito ao outro, pela liberdade e garantia de direitos daqueles que por diversas razões cruzaram o caminho do ASR. Aqueles que apagaram as luzes e fecharam as portas do ASR e da “Casinha”: André, Gil, Kaká, Lisi, Sueli, Silvia, Lucia, Jana, Gelson, Ana, Débora, Cristiano, Lelê, Diego, seu Edson, Jeferson, Bia, Guelda.

Aos que por vários motivos saíram antes: Jânio, Manoel, Márcia (galega), Patrícia, Camila, Neila (*in memoriam*), Ivana, Cleber, Aline, Marta Helena, Laura, Simone.

À assistente social Marta Borba, companheira de caminhada na construção do ASR.

São tantas “gentes” que brilham e compartilham a existência: Débora, Rita, Veri, Sibeli, Cris, Rosa, Dani, Grazi, Ana, Lupta, Leo, Edy, Adolfo.

Aos colegas de mestrado e aos professores do Serviço Social, firmes nos princípios éticos da liberdade, democracia e emancipação social, pelo apoio e solidariedade.

À professora e orientadora Dr^a Idília Fernandes, pela possibilidade de compartilhar seu saber, pelo apoio e incentivo nessa caminhada.

À Prof^a Dr^a Jane C. Prates, pelo carinho, incentivo e por ter compartilhado seu conhecimento contribuindo para minha qualificação profissional.

À Prof^a Dr^a Patrice Schuch, por contribuir em minha qualificação.

Ao Movimento Aquarela, possibilidade coletiva de resistência: Serginho, Zilmar, Karina, Marquinhos, Jeferson, Anderson, Claudio, Quirino, seu Walter, Rodrigo, João de Deus, e a todas as “rueiras” e “rueiros”!

VALEU A PENA!

Se alguém não é capaz de sentir e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais (FREIRE, 1997, 81).

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar o processo de abordagem social de rua construído em Porto Alegre, através do Serviço de Atendimento Social de Rua – ASR, da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. A escolha pelo tema da abordagem social de rua parte da experiência da pesquisadora, enquanto assistente social, integrante de uma equipe multidisciplinar que desenvolveu o ASR ao longo de 14 anos, em todas as regiões da cidade. Os desafios cotidianos marcados por tensionamentos constantes, compreendidos nos processos de mediações desta prática social, suscitaram a motivação em realizar este estudo. Seu objetivo pautou-se em analisar a trajetória do Serviço ASR, a fim de contribuir com subsídios e dar visibilidade ao processo de abordagem social na garantia de direitos da população em situação de rua. Este segmento da população, tradicionalmente invisível às estatísticas, pela primeira vez é reconhecido, enquanto usuário da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada em 2004 e materializada através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Este sistema regula e organiza no território nacional os serviços socioassistenciais a partir de um modelo de gestão descentralizada e participativa. Desta forma, inclui o serviço da abordagem social de rua, de forma descentralizada, nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS. Este estudo, de natureza qualitativa, teve como problema compreender como os diferentes sujeitos envolvidos no processo da abordagem social de rua concebem e avaliam o Serviço ASR, desenvolvido no período de 2000 a 2010, em Porto Alegre. Como critério de inclusão, foram escolhidos os sujeitos que acompanharam o serviço nos anos 2000/2005/2010, considerados significativos para o Serviço. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 sujeitos: três gestores, três usuários, três técnicos, três monitores e dois solicitantes do atendimento. As entrevistas foram gravadas após o consentimento dos entrevistados, transcritas e submetidas ao processo de análise de conteúdo, segundo Bardin (2010). O estudo foi fundamentado no método do materialismo histórico dialético. Os resultados da pesquisa apontam para um contexto permeado de contradições, tensionamentos e embates na efetivação da abordagem social de rua. A população em situação de rua ainda é muito estigmatizada e discriminada, inclusive por trabalhadores da política de assistência social. A metodologia desenvolvida pelo ASR foi um processo construído através da intervenção na rua pautada pelo acolhimento, escuta e formação de vínculos com a população de rua. Outro resultado da pesquisa apontou que o serviço da abordagem social de rua precisa ser entendido como integrante de uma política pública de estado em que o trabalhador é um agente público, representante do estado e não de um determinado governo. A população usuária ainda concebe a assistência social como uma ajuda e possui pouca ou nenhuma informação sobre a PNAS e o SUAS. O aumento da população de rua em Porto Alegre não significou aumento da equipe do ASR. Houve um processo gradativo de precarização das condições de trabalho, que imprimiu diminuição no atendimento e aumento da demanda reprimida diária. A descentralização da abordagem social de rua nos CREAS significa um avanço no atendimento à população de rua, mas, sem a intersetorialidade, permanecerá a assistência social responsável pela pobreza da cidade.

Palavras-chave:

Assistência Social; Abordagem Social de Rua; População em Situação de Rua

ABSTRACT

The present study intended to examine the process of social street approach built in Porto Alegre through the Serviço Social de Rua – ASR (*Social Street Service*) in Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. The choice of the theme of social street approach comes from the experience of the researcher, as a social worker, member of a multidisciplinary team that developed the Social Street Service over 14 years, in all areas of the city. The daily challenges marked by constant tensions understood in the mediation process of this social practice raised the motivation to perform this study. Its goal was based on analyzing the journey of the Serviço de Atendimento Social (*Social Service Street Center*), in order to provide insight and visibility of the social approach in ensuring the rights of the homeless population. This segment of the population, traditionally invisible to statistics, is for the first time recognized as a user of the Política Nacional de Assistência Social (*National Social Policy*), adopted in 2004 and brought to fruition only through the Sistema Único de Assistência Social – SUAS (*Social Welfare System*). This system regulates and organizes the nationwide social welfare services from a decentralized and participatory model of management. Thus, it includes the social street approach service, in a decentralized way, in Centros de Referências Especializados da Assistência Social (*Specialized Reference Centers of Social Welfare*). This study, qualitative in nature, had as an issue understanding how the different individuals involved in the process of social street approach design and evaluate the ASR, developed in the 2000 to 2010 period, in Porto Alegre. As criteria for the inclusion, individuals who followed the service in the years 2000/2005/2010 were chosen, considered significant for the Service. Semi-structured interviews with 14 individuals were conducted: three managers, three users, three technicians, three monitors and two requesting the service. The interviews were recorded after the consent of the interviewees, transcribed and submitted to the process of content analysis according to Bardin (2010). The study was based on the dialectical historical materialism method. The survey results point to a context full of contradictions, tensions and clashes in the effectiveness of the social street approach. The homeless population is still very stigmatized and discriminated even by workers in social assistance policy. The methodology developed by ASR was a process built on the intervention on streets guided by the host, listening and formation of links with the homeless population. Another result of the survey indicated that the service of social street approach needs to be understood as part of a public state policy in which the worker is a public officer, representative of the state and not of a particular government. The user population still sees the social assistance as an aid and has little or no information about the PNAS and the SUAS. The increase of the homeless population in Porto Alegre did not lead to a significant increase of the ASR team. There was a gradual process of deterioration of the working conditions that resulted in a decrease in available treatment and increase of the daily restrained demand. The decentralization of the social street approach at CREAS represents a step forward in serving the homeless, but without the intersectionality, social welfare will remain responsible for the poverty of the city.

Key-words:

Social Welfare; Social Street Approach; Homeless Population

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1:	Sujeitos participantes da pesquisa	23
Quadro 2:	Caracterização dos usuários	34
Quadro 3:	Caracterização dos gestores	34
Quadro 4:	Caracterização dos trabalhadores	34
Quadro 5:	Caracterização dos solicitantes	35
Gráfico 1:	Número de integrantes no Atendimento Social de Rua, de 2000 a 2010	86

LISTA DE SIGLAS

ASR – Atendimento Social de Rua
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNEDH – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CRB – Coordenação da Rede Básica
CRE – Coordenação da Rede Especializada
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
FESC – Fundação de Educação Social e Comunitária
FMI – Fundo Monetário Internacional
PUCRS/FSS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Faculdade de Serviço Social
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABORS – Laboratório de Observação Social
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MAPR – Movimento Aquarela da População de Rua
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR – Movimento Nacional da População de Rua
NMMR – Movimento Nacional de Meninos e de Meninas de Rua
NESPRua – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre População de Rua
OMC – Organização Mundial de Comércio
ONGs – Organizações Não Governamentais
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB/RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNPR – Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua

SMAM – Secretaria do Meio Ambiente

SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação e da Guarda Municipal

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CAMINHO METODOLÓGICO	26
2.1 O MÉTODO E SUAS CATEGORIAS	27
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA	31
2.3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	32
3 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENÁRIO DAS CIDADES	39
3.1 O CONTEXTO DA SOCIEDADE CONTEMPORANEA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	39
3.2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENÁRIO DAS CIDADES	46
4 O CAMINHO DA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 À MATERIALIZAÇÃO DO SUAS .	57
4.1 AFIRMANDO DIREITOS: POLÍTICA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL	57
4.2 A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM PORTO ALEGRE	64
4.3 A INTERVENÇÃO NO “OLHO DA RUA”: ABORDAGEM SOCIAL DE RUA DESCENTRALIZADA PELO SUAS	71
5 ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL PELOS SUJEITOS DA PESQUISA	77
5.1 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: DESIGUALDADE E RESISTÊNCIA	77
5.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INTERSETORIALIDADE .	81
5.3 IMPLANTAÇÃO DO SUAS x PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	83
5.4 CIDADANIA x POPULAÇÃO DE RUA	88
6 TRAJETÓRIA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA: CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO PELOS SUJEITOS DA PESQUISA	93
6.1 A CONSTRUÇÃO DO ASR E SEU PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO .	93
6.2 LIMITES E POSSIBILIDADES DA ABORDAGEM SOCIAL DE RUA	98
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	117
APÊNDICE A Carta de Encaminhamento à Comissão Científica	118
APÊNDICE B Carta de Apresentação	119
APÊNDICE C Carta de Conhecimento do Responsável pelo local de realização do projeto	120

APÊNDICE D	Termo de Consentimento Livre Esclarecido Para entrevistas com os trabalhadores, gestores, usuários e solicitantes	121
APÊNDICE E	Instrumento para entrevista com os trabalhadores	123
APÊNDICE F	Instrumento para entrevista com os gestores	125
APÊNDICE G	Instrumento para entrevista com os usuários	126
APÊNDICE H	Instrumento para entrevista com os solicitantes	127
ANEXOS .		128
ANEXO A	Parecer do Comitê de Ética	129
ANEXO B	Cartas de aprovação da Comissão Científica e Comitê de Ética	131
ANEXO C	Projeto Atendimento Social de Rua – 1998	134

1 INTRODUÇÃO

A rápida evolução tecnológica que o mundo contemporâneo está vivendo nos traz sempre a indagação: Como podemos conviver com tamanho desenvolvimento da ciência e do mundo virtual que aproximou velozmente todos os cidadãos do planeta e ao mesmo tempo termos criado um grande abismo na humanidade, entre aqueles que (em minoria) oprimem ao longo da história uma grande maioria? Que humanidade é esta?

A sociedade contemporânea nos impõe vários desafios neste início de século, entre eles a possibilidade recorrente de alterarmos o rumo do desenvolvimento societário marcado pela grande desigualdade social construída historicamente.

O presente estudo tem a intenção de investigar o processo construído em Porto Alegre, no desenvolvimento da abordagem social de rua às pessoas adultas e famílias em situação de rua. A aproximação da mestrandia a esta realidade iniciou em 1996, como assistente social, compondo uma equipe que de forma muito tênue foi sendo estruturada pela Política Municipal de Assistência Social, cuja gestão é de responsabilidade da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC.

A expressão “no olho da rua” foi pensada a partir das diversas dimensões e significados que a questão da rua encerra. O que na rua acontece pode estar ao mesmo tempo aos “olhos” de todos e aos “olhos” de ninguém. Pode significar estar sem ocupação. No “olho da rua” pode também significar estar fora de; a parte de. Estar sobre o “olho da rua” também pode significar estar sendo vigiado, policiado. A interpretação pode ser vasta, depende dos “olhos de quem vê” e de que lugar está vendo.

O fenômeno de pessoas em situação de rua é tipicamente uma cena do tecido urbano da sociedade contemporânea. Segundo Rosa (2005, p. 27), trata-se de “um fenômeno complexo, imbricado em múltiplos processos sociais”. O contexto das cidades expressa em seu cotidiano as relações sociais que historicamente produzem e reproduzem as desigualdades sociais e a concentração de renda. Há um número significativo de pessoas vivendo do mercado informal de trabalho na busca diária pela sobrevivência. Perfaz esta

realidade um conjunto de homens e mulheres afastados do convívio familiar, uns já há muitos anos, outros recentemente, que ocupam os espaços públicos dos centros urbanos, compondo a população em situação de rua.

Conforme Silva (2009, p. 115):

[...] o fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão inconteste da questão social. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do Estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo.

A realidade social nos aponta uma crescente concretização da desproteção social até então conquistada, através do embate das forças sociais no espaço contraditório das relações sociais historicamente em disputa pela hegemonia. Esta tendência de retração das ações governamentais, conforme lamamoto (2008, p. 197):

É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social.

A cidadania social¹, que a partir da Constituição Brasileira de 1988 possibilitou aos cidadãos do país um avanço no sistema de proteção social, na conquista de direitos, se tornou possível pelo processo em marcha constituído através do movimento de redemocratização do país, a partir da segunda metade da década de 1980 (POCHMANN, 2010). Sistema de proteção fortemente contido a partir de 1990 e que vem sofrendo tentativas de desmantelamento e ameaças constantes de retrações, através do avanço da ideologia neoliberal.

No processo em curso, sucedeu um conjunto de leis que viriam referendar a Constituição Federal de 1988, no campo dos direitos civis, políticos e sociais,

¹ A cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, citado por COUTO, 2006, p. 34). A cidadania social diz respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas e que devem ser providas pelo Estado.

como a implementação do Sistema Único de Saúde – SUS², do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA³ e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS⁴. Cidadãos brasileiros passam a ter assegurado pelo Estado seu direito à assistência social no campo da seguridade social. Desta forma, passa a assumir o caráter de política social, e, segundo Couto (2006, p. 170):

[...] dirigindo-se a uma população antes excluída do atendimento na ótica dos direitos. Sua definição impõe compreender o campo assistencial como o da provisão necessária para enfrentar as dificuldades que podem ser impostas a qualquer cidadão e que devem ser cobertas pelo Estado.

A realidade do País ao mesmo tempo em que constituiu expansão industrial e abertura democrática com a instituição de direitos de cidadania, nas últimas décadas do segundo milênio passou a imprimir “um conjunto de políticas e reformas de corte neoliberal, com maior produção e reprodução da exclusão social” (POCHMANN, 2010, p. 122).

Neste percurso, temos uma grande parcela da população vivendo em condições de pobreza e de miséria, com um aumento crescente de pessoas adultas fazendo da rua seu espaço de moradia ou de sobrevivência nos grandes centros urbanos. Segmento populacional que expressa, no cotidiano das cidades, a privação dos direitos civis, políticos e sociais. O direito de ter uma vida digna e ser respeitado enquanto sujeito humano e social.

Esta parcela populacional compreende um segmento social da população que faz da rua o espaço de morar e gerir sua subsistência. O espaço da rua é uma realidade complexa e permeada por diversos fatores da vida social, desencadeados no bojo das desigualdades sociais compreendidas como refrações da questão social.

² Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

³ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

⁴ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

É com estes sujeitos que a pesquisadora desenvolve a intervenção profissional até os dias de hoje, mas agora somente no espaço da Casa de Convivência – CC. Isto porque, a partir de março de 2011, deu-se o término do Atendimento Social de Rua – ASR, e o serviço de abordagem social de rua passou a ser desenvolvido pelas equipes dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS⁵, de forma descentralizada, em nove territórios de Porto Alegre. A rede de serviços socioassistenciais existente na cidade está passando por reordenamento, conforme os preceitos do SUAS, que está sendo gradativamente implantado.

A experiência de trabalho na efetivação do Serviço de ASR foi marcada por muitos impasses, problematizações, inquietações e tensionamentos em seu cotidiano, tanto profissionais como institucionais. As mediações compreendiam disputas na concepção de atendimento, diante de muitos pedidos e solicitações do ASR, exigindo da equipe um atendimento imediato e a retirada das pessoas do local. Esta demanda também aparecia nas relações sociais da instituição, quando o poder hierárquico se apresentava exigindo a resolutividade da situação por meio da abordagem social. Entendendo muitas vezes a resolutividade como a retirada do sujeito daquele local.

A realidade social contraditória imprimiu à equipe do ASR pensar estratégias e percorrer um processo de resistências, apontadas como resultados neste estudo. A construção de estratégias e possibilidades é uma mediação importante para enfrentar as dificuldades e os entraves postos no processo de trabalho na garantia dos direitos da população em situação de rua e de um serviço de qualidade. O compromisso ético-político profissional convoca ao aprimoramento intelectual, assim como ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, neste caso, à população adulta e famílias em situação de rua.

A intervenção social desenvolvida no espaço “da rua” requer pensá-la em seus vários significados e possibilidades de sobrevivência e moradia. A rua, segundo Broide (2008), numa abordagem psicanalítica, constitui-se em instituição das populações marginalizadas e ainda espaço de morte e forte porta-voz de sinistro e de mal-estar de nossa cultura. Um dos resultados obtidos através da

⁵ Oferece um atendimento dirigido às situações de violação de direitos (BRASIL, PNAS, 2004).

pesquisa do autor, intitulada: *A Rua enquanto Instituição das Populações Marginalizadas: Uma Abordagem Psicanalítica por meio de Grupo Operativo*⁶.

A rua pode ser também, conforme Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p. 98), “percebida como espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia”. Para pessoas que passaram muito tempo fechadas em instituições totais, como os egressos do sistema penitenciário, que são estigmatizadas e discriminadas, “a rua pode tornar-se ponto de referência, espaços onde tais pessoas encontram seus iguais” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p. 97).

Na concepção de Schuch (2007, p. 20), “estar na rua não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas um modo específico de constituir a existência, mediado por sentidos sobre a habitação e pelas tramas de relações que a circunscrevem”.

Estar em situação de rua significa também “adquirir outros referenciais de vida social” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p. 96). Portanto, pode ser também lugar de pensar um novo modo de vida. A rua pode ser espaço de prazer e dor, de novas descobertas, de encontros e desencontros. A rua também é o espaço da (in)visibilidade, como muitos usuários referiam no cotidiano dos atendimentos do ASR: “Na rua vale tudo!”. Como se no espaço da rua estivesse a parte do aparato legal e jurídico que regula as relações sociais e a vida em sociedade.

A rua é um espaço de busca de alternativas. Não só hoje, mas em toda a história. A rua é um espaço de mercado, de venda, de sobrevivência econômica, de busca de espaços, de alternativas e, até mesmo, de visibilidade negativa, de afirmação, de reconhecimento. A rua é, eu acho, um espaço muito contraditório. Ao mesmo tempo em que ela reflete uma desistência de projeto de uma sociedade formal, ela representa uma busca de alternativas para as pessoas (Tin Vermelho).

Os estudos e produções científicas no Brasil, sobre o tema da população em situação de rua, se intensificaram a partir da década de 1990, quando as cidades passam a se deparar com o aumento significativo de pessoas sozinhas ou em grupos fazendo da rua o espaço de moradia e sobrevivência. Expressão do

⁶ Esta pesquisa foi sua dissertação de mestrado, em 1993, na PUCCAMP. Resultou da sua realização de grupo operativo terapêutico com duração de dois anos e meio, no Largo de Osasco. O grupo foi realizado na rua, ao redor de uma caixa de engraxar sapatos. Foram participantes: engraxates, prostitutas, transeuntes, pequenos traficantes, enfim, pessoas cuja subsistência obtinham das ruas. Um de seus objetivos tratava de entender o que constitui rua, para as populações marginalizadas que vivem ou sobrevivem da rua (BROIDE, 2008).

desemprego e do acentuado processo de desigualdade social da realidade brasileira.

O caminho trilhado através do processo da abordagem social, nas várias regiões da capital gaúcha, pelo ASR, compreendeu mediações para além da intervenção direta com os usuários. Buscou desvendar relações sociais que reproduzem a alienação, a banalização da vida, ações assistencialistas e serviços públicos próprios e/ou conveniados desenvolvidos na lógica da “política pobre para os pobres”, ainda muito presente no contexto social.

A população em situação de rua enfrenta em seu cotidiano o preconceito, a discriminação e a indiferença, assim como cria formas de resistências no enfrentamento do processo de realização. Prates e Machado (2011) referem que a cada abordagem um novo encontro, em cada local uma aproximação diversa, de acordo com as adversidades encontradas, sempre um novo desafio. Para Freire (1980, p. 41): “cada relação de um homem com a realidade é um desafio ao qual deve responder de maneira original. Não há modelo típico de respostas, senão tantas respostas diferentes quantos são os desafios”.

O desafiador e instigante processo interventivo profissional fez emergir o desejo de realizar esta pesquisa com o intuito de contribuir com a experiência construída no fazer social cotidiano, no movimento da práxis, pela busca constante da compreensão da realidade inserida. Para tanto, o problema desta investigação é: como os diferentes sujeitos envolvidos no processo da abordagem social de rua concebem e avaliam o Serviço ASR, desenvolvido no período de 2000 a 2010, em Porto Alegre?

A respeito da pesquisa como importante instrumento de intervenção social, Prates (2005, p. 132) refere que ela

[...] não só propicia a obtenção de dados sobre a realidade e desoculta relações, contradições, mascaramentos, mas também porque é espaço para o desenvolvimento de processos sociais, pois sujeitos se capacitam, se organizam, mobilizam ao longo do processo, se o processo é valorizado enquanto tal.

A realidade em que se processa a abordagem social de rua é permeada por intenções e correlações de forças que interagem na dinâmica do atendimento. Conhecer o que pensam os trabalhadores, os gestores, os usuários e os solicitantes a respeito do processo desenvolvido pela abordagem social de rua

compreende romper com o aparente. Significa articular as partes envolvidas num movimento dialético a partir do concreto vivido pelos sujeitos, desvendando as interpretações, os significados e as interconexões da realidade contraditória em que se estabelecem as relações sociais. Nas palavras de Marx e Engels (2008, p. 47), sobre a compreensão da realidade e produção da vida social:

[...] os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar a trajetória do Serviço ASR, a fim de contribuir com subsídios e dar visibilidade ao processo da abordagem social de rua, na garantia de direitos da população em situação de rua.

Desde 1995, o Plano Municipal de Assistência Social passou a ser executado por um quadro próprio de trabalhadores sociais concursados para desenvolver os projetos, programas e serviços da política de assistência. Dentre os projetos e programas que compunham o Plano Municipal de Assistência Social, naquele período, estava o Serviço de ASR. Projeto elaborado com a participação da pesquisadora e aprovado no ano de 1997, pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS (Anexo C).

Neste sentido, iniciou-se a aproximação com a realidade vivenciada pela população adulta e famílias em situação de rua, nas diversas regiões de Porto Alegre, com o objetivo de conhecer os sujeitos e apreender o contexto do espaço público ocupado por estes que permanecem sozinhos, em grupos ou em núcleos familiares encontrados em diversos espaços da cidade e fazendo deste espaço, a rua, sua moradia ou estratégia de sobrevivência.

O trabalho implementado na cidade abrangeu uma equipe multidisciplinar pautada em uma práxis alicerçada em princípios éticos, que entende a população em situação de rua enquanto sujeitos de direitos e, portanto, a intervenção deve pautar-se, segundo Barroco (2008, p. 100), em valores “ético-políticos emancipadores, referidos à conquista da liberdade”, princípios balizadores do código de ética profissional.

O processo de trabalho do ASR desenvolvido e constituído, não entre quatro paredes, mas sim no espaço da rua com cidadãos discriminados e tratados

como caso de polícia, no contexto vivido perfaz um cotidiano complexo cujos embates entre as forças sociais compreendem todo o processo do atendimento à população em situação de rua.

O encontro com o inusitado e com o surpreendente está sempre presente na dinâmica que a rua compreende. Nas palavras de Broide (2008, p. 56), “na instituição rua, há outro tempo”. O tempo que se esvai entre a “correria”⁷ do tempo vivido. O tempo de buscar um local mais “seguro” para dormir, o que pode ser durante o dia ou à noite, pois à noite aumenta o risco de ser alvo de ações violentas. Estar em situação de rua também impõe a necessidade de caminhar em busca de alimentos para saciar a fome e em busca de vestuários nos locais de doações existentes na cidade.

A população de rua tem um cotidiano marcado pelo “aqui e o agora”, na luta diária pela sobrevivência. Cotidiano social que deve ser considerado no desenvolvimento da abordagem social de rua quando esta é construída a partir da apreensão da realidade e dos significados dos sujeitos destinatários das políticas públicas.

Em relação à intervenção na rua e ao modo de vida da população em situação de rua, o trabalhador do ASR entrevistado, denominado neste estudo como Pop Cometa, refere que:

Esse jeito de tocar a vida era muito diferente do pessoal domiciliado ou de meninos e meninas em situação de rua, em que alguns estavam na rua e alguns viviam da rua [...]. A relação com a cidade é precária, muito em função de uma lógica de passagem.

A discriminação e a imagem estigmatizante atribuída à população em situação de rua como um não sujeito ou como um ser inferior, um “indigente”. Paugam (1999, p. 69) conceitua este termo como desqualificação social⁸, coloca-o numa posição de não pertencimento à cidade e, portanto, sem direitos à permanência na cidade. “A humilhação os impede de aprofundar, desse modo, qualquer sentimento de pertinência a uma classe social” (PAUGAM, 1999, p. 69).

⁷ O termo “correria”, para a população em situação de rua atendida pelo ASR, significa a rotina cotidiana, as atividades e os compromissos assumidos em determinados momentos em relação ao que priorizam em suas vidas (ASR – relatos das atividades do trabalho).

⁸ A desqualificação social caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população, e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo. Este conceito valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o *status* social dos pobres socorridos pela assistência (PAUGAM, 1999, p. 68).

O contexto das cidades é muito dinâmico e atravessado por vários fatores que intervêm no processo da abordagem social de rua. São fatores presentes na dinâmica urbana e que merecem consideração quando se desenvolve a intervenção na rua. As histórias de vidas esfaceladas e interrompidas se expressam em muitas trajetórias da população em situação de rua, decorrentes de um sucessivo processo de violação de direitos humanos, explicitando o agravamento da questão social que historicamente se produz e se reproduz na sociedade capitalista. Conforme Iamamoto (2008, p. 160):

É na tensão entre re-produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressa na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos.

A pesquisa aqui proposta, cujo tema é a abordagem social de rua e seus aspectos implicados para sua efetividade social, pautou-se pelos seguintes objetivos específicos: analisar, através da linha do tempo, a trajetória do processo de trabalho do ASR em Porto Alegre – RS; desvendar os condicionantes implicados e as estratégias utilizadas pelos profissionais no processo de trabalho da equipe no desenvolvimento da abordagem social de rua; identificar os fatores que incidem no processo de trabalho do ASR e que lhe imprime avanços e entraves; e avaliar o serviço do ASR pelos trabalhadores da equipe, pela população solicitante, pelos usuários e gestores na compreensão de sua efetividade social.

O estudo apresentado caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, que permite conhecer e desvendar processos sociais do fenômeno pesquisado a partir dos dados obtidos, que possibilitam articular as informações à realidade concreta dos sujeitos pesquisados.

A entrevista semiestruturada⁹ foi utilizada como instrumento da coleta de dados, além da análise documental que objetivou conhecer a trajetória do ASR a partir da documentação existente: projetos, relatórios, instrumentos de registros

⁹ No que se refere à entrevista semiestruturada, tem-se que a mesma “[...] combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador” (MINAYO, 2000, p.108).

do trabalho. A linha do tempo do ASR, construída pela pesquisadora, permite evidenciar o processo de precarização do trabalho, no que se refere à composição da equipe, um dos resultados deste estudo.

Os sujeitos da pesquisa para realização das entrevistas foram escolhidos de forma intencional, tendo em vista os períodos/anos: 2000, 2005 e 2010, por serem relevantes para o processo de trabalho do ASR.

A amostra para este estudo totalizou 14 sujeitos, compreendidos entre gestores, trabalhadores sociais, usuários do Serviço de ASR e solicitantes¹⁰ do mesmo, conforme explicitado no Quadro 1. No próximo capítulo são apresentados outros quadros que mostram a caracterização dos sujeitos entrevistados.

Quadro 1: Sujeitos participantes da pesquisa e suas identificações na pesquisa

Sujeitos Entrevistados	Nomes fictícios, escolhidos pela pesquisadora
Trabalhadores	Trabalhador Pop Sol; Trabalhador Pop Estrela; Trabalhador Pop Cometa; Trabalhador Pop Lua; Trabalhador Pop Vento; Trabalhador Pop Mar.
Gestores	Tin Azul; Tin Vermelho; Tin Verde.
Solicitantes	Solismara; Solismar.
Usuários	Dona Rueira; Seu Trecheiro; Seu Rueiro.

Fonte: Sistematização da autora.

No corpo do trabalho, os entrevistados serão referenciados com os nomes fictícios, identificados no quadro acima, garantindo desta forma o sigilo dos mesmos.

O contexto em que se realiza a abordagem social de rua expõe a contradição presente em todas as dimensões da vida social. Contradições implicadas na relação direta com o poder público, mediada pela intervenção da equipe de trabalho com a sociedade em geral.

A maioria das pessoas que solicitam a abordagem tem a expectativa de que a população de rua seja “recolhida”, no intuito de “tirarem da frente de seus

¹⁰ A equipe considera que solicitantes são as pessoas que fazem os pedidos de atendimento à população em situação de rua, através do telefone (na sua grande maioria), por e-mail, via protocolo central da Prefeitura, ou diretamente à equipe do ASR, em seu local de trabalho.

olhos” o retrato da desigualdade social, de uma sociedade que banaliza a vida humana, reproduz relações de opressão e criminalização da pobreza.

O método dialético-crítico base teórica dessa investigação é também aquele no qual embasamos o nosso agir no mundo e a nossa concepção de homem/sociedade. Conforme Frigotto¹¹ (citado por PRATES, 2003, p. 41):

[...] esse referencial implica necessariamente o compromisso com o seu desvendamento, não só numa perspectiva analítica, mas, e sobretudo, buscando alternativas de enfrentamento, já que o paradigma de matriz marxiana pressupõe um método [...] de apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e enquanto práxis, isto é, a unidade de teoria e prática busca a transformação e novas sínteses no plano do conhecimento e da realidade histórica.

O caminho metodológico percorrido neste estudo, no que se refere ao processo de construção da pesquisa, é apresentado mais detalhadamente no segundo capítulo.

No capítulo 3, é realizada a contextualização da sociedade contemporânea e as expressões da questão social. Estas compreendidas no bojo das desigualdades sociais e expressas na realidade concreta da população em situação de rua. O cenário urbano e o fenômeno da população em situação de rua também são retratados nesse capítulo.

No capítulo 4, é apresentado o sistema de proteção social brasileiro, mais especificamente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Apresenta-se o processo de constituição da Assistência Social no tripé da seguridade social, bem como o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Neste capítulo também se apresenta a trajetória do Serviço de ASR e o Serviço Especializado em Abordagem social, conforme previsto na Tipificação Nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, sobre os serviços socioassistenciais, a partir da resolução nº 109, de 2009.

O quinto capítulo apresenta a análise realizada a partir das entrevistas com os gestores, trabalhadores (compreendidos por técnicos sociais e monitores), usuários e solicitantes (pessoas que solicitam a abordagem social de rua), seja pessoalmente, por meio do telefone, de e-mail ou via protocolo geral da prefeitura. Os dados obtidos através das entrevistas semiestruturadas articulados às

¹¹ FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque de dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

categorias do método e às categorias empíricas: questão social, desigualdade social, políticas públicas, intersetorialidade, precarização do trabalho, população de rua e abordagem social de rua, e assistência social possibilitaram os resultados apontados neste capítulo.

O capítulo 6 compreende os resultados da pesquisa referentes à avaliação e à concepção do ASR pelos sujeitos pesquisados e as possibilidades e limites no desenvolvimento do processo da abordagem social de rua.

E, por fim, são apontadas algumas considerações e reflexões resultantes do processo investigativo sobre o tema da abordagem social de rua, realizado a partir da trajetória do Serviço de Atendimento Social de Rua da FASC, com os trabalhadores, gestores, usuários e as pessoas solicitantes daquele Serviço.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Apreender a realidade inserida e buscar o desvendamento do real em um movimento dialético leva a explicitar situações concretas do contexto social, a fim de destacar as contradições que permeiam as ações na realidade sócio-histórica. A aproximação com o campo de intervenção a partir desta pesquisa torna possível compreender e dar visibilidade às contradições sociais que se expressam nas relações cotidianas do ASR, através da práxis social dos sujeitos que interagem disputando concepções diversas. Como ressalta Freire (1987, p. 38): “a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos”. Para Yamamoto (2008, p. 452):

A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da questão social que fuja à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas aos dogmas oficiais, [...] assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia.

No caminho trilhado com os sujeitos no espaço da rua, no percurso vivido até então, possibilitou à pesquisadora deparar-se com os mais inesperados e inumanos espaços de sobrevivência e/ou moradia. Realidade concreta de homens, mulheres, jovens e idosos, cujos direitos sociais muitas vezes são violados desde a infância.

Investigar a trajetória desta intervenção desenvolvida junto a estes espaços das ruas da cidade, em que se vai ao encontro dos sujeitos e suas demandas em um movimento inverso da lógica posta, do sujeito buscar o atendimento de algum serviço, provocou muitas indagações. Estas suscitaram o interesse em identificar e analisar os fatores constitutivos, bem como os condicionantes sociais, enquanto mediações implicadas na prática social desencadeada através do serviço de ASR.

As condições estruturais, técnicas e políticas do trabalho social são essenciais para que ele possa acontecer, garantindo “um fazer” ético e

comprometido com os sujeitos usuários na perspectiva da proteção social e viabilização dos direitos sociais.

É a partir da trajetória do Serviço de ASR e na tessitura deste estudo que se pretende contribuir com subsídios, no que se refere ao trabalho com população adulta em situação de rua, assim como apontar aspectos relevantes na constituição da abordagem social, preconizada na PNAS e materializada através do SUAS.

A pretensão dessa pesquisa, ainda, é elencar possibilidades e limites no sentido de dar visibilidade à importância da abordagem social de rua como processo de mediação na garantia de direitos à população em situação de rua. A seguir, são apresentadas as categorias do método dialético crítico que fundamentou esta investigação e possibilitou a análise de conteúdo das entrevistas realizadas. Os dados obtidos foram analisados e interpretados a partir da articulação das categorias teóricas explicativas da realidade: população em situação de rua, abordagem social de rua, assistência social e políticas públicas, às categorias do método por meio da articulação e de um movimento contínuo dialético na busca da compreensão do fenômeno da abordagem social de rua.

2.1 O MÉTODO E SUAS CATEGORIAS

O referente estudo tem no método dialético-crítico seu alicerce teórico e metodológico, o que possibilita analisar o contexto vivido nos seus aspectos históricos abarcados na estruturação cultural, econômica, jurídica e política da vida social. O materialismo dialético “realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza e do pensamento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

O caminho metodológico percorrido buscou articular as categorias da teoria marxiana: a totalidade, a historicidade, a mediação e a contradição. Tais categorias viabilizam a análise da realidade e possibilitam aprofundar a reflexão a partir do desvendamento do real concreto. Para Konder (1992, p. 45): “O concreto é concreto porque é a síntese de várias determinações diferentes, é unidade na diversidade”.

A historicidade permite revelar o real, articulada com a existência do homem no mundo; dessa forma, a realidade vai se descortinando através de um movimento de sucessivas aproximações contextualizadas no tempo e na história do tempo presente, pretérito e daquela que virá a ser no futuro. É o movimento dialético do ser social no mundo. O processo em que se reconhece os fenômenos sociais na sua interconexão com a história.

Ao objetivar a análise histórica do processo de abordagem social construída pelo Serviço de ASR, em Porto Alegre, até o momento de seu reordenamento dado pelo SUAS, quando passa a compor o CREAS, é imprescindível uma análise na sua totalidade. Buscar suas relações implicadas no contexto sócio-histórico da cidade e das políticas públicas, assim como as mediações realizadas para atender a população em situação de rua e analisar suas interconexões, por meio desta pesquisa traz certamente uma contribuição relevante ao processo da abordagem social de rua.

O método dialético-crítico, por ser histórico e processual na construção social do conhecimento, permite a articulação do todo e as partes, os elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, o geral e o particular para explicar a realidade a partir da interdependência dos fenômenos.

A prática social se materializa no cotidiano das relações sociais, quando refletida à luz da dialética. A construção do conhecimento só é possível pela práxis; desta forma, “a reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar” (FRIGOTTO, 1997, p. 81).

Para se compreender um fenômeno é preciso analisá-lo na sua interação com a totalidade em que está inserido, pois há uma multiplicidade de fatores e aspectos que o compõem e que são refletidos na realidade.

A realidade é, ao mesmo tempo, histórica e contemporânea e condicionada pelas leis que regem a sociedade, e esta, por sua vez, produz novas regras e formas de desenvolvimento. Esse movimento busca a gênese dos fenômenos através de um devir, onde as transformações são consideradas em seu próprio processo (KOSIK, 1989, p. 38).

O contexto vivido nos coloca em movimento a partir das relações sociais que desenvolvemos e diante das concepções de homem, mundo e sociedade. Justifica-se enquanto o homem não busca apenas uma compreensão particular

do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos e, enfim, coordená-lo com uma síntese explicativa cada vez mais ampla (CURY, 2000, p. 27).

A contradição é o princípio que elucida o movimento pelo qual os fenômenos interagem e se interconectam perfazendo o movimento dialético, pois “a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual seres existem” (KONDER, 1992, p. 49). Portanto, nada é realmente o que parece ser, o que está à primeira vista, tudo está em oposição.

A análise da realidade quando problematizada impulsiona o conhecimento da essência dos fenômenos investigados, suas conexões, interrelações e contradições compreendidas nas partes e no todo dos fenômenos através de categorias.¹²

[...] a pesquisa racional (dialética) considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e, por conseguinte, também no conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é fenômeno, aparência ou aparecimento mais ou menos essencial (LEFEBVRE, 1983, p. 238).

As categorias do método dialético crítico: historicidade, contradição¹³, mediação e totalidade viabilizam a análise da realidade e possibilitam o desvendamento do real num movimento de sucessivas aproximações à realidade. Desenvolver uma aproximação com o campo de intervenção possibilita, segundo Barroco (2008, p. 197), que “as contradições e os conflitos vivenciados na vida cotidiana podem ser compreendidos em seus fundamentos objetivos, o que propicia um desvendamento do caráter histórico de tais condições”.

A categoria mediação, conforme Pontes (1995, p. 79), “é constitutiva das relações sociais historicamente construídas”; portanto, estudar o processo da abordagem social de rua requer analisá-lo em seu processo constitutivo através das mediações estabelecidas no desenvolvimento da intervenção.

As mediações presentes no movimento da práxis carregam as contradições sociais que podem ou não serem desvendadas no cotidiano da intervenção profissional. Segundo Cury (2000, p. 43), “a mediação expressa as

¹² São conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essências do real, suas conexões e relações (CURY, 2000, p. 21).

¹³ É a base metodológica da dialética, “[...] a racionalidade do real se acha no movimento contraditório dos fenômenos, pelo qual esses são provisórios e superáveis” (CURY, 2000, p. 27).

relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo”.

Desta forma, a mediação pode contribuir para potencializar as relações com os sujeitos que estabelecemos a prática social ou ainda contribuir para a reprodução dos processos de alienação. Como aponta Pontes (1995, p. 182):

Daí considerar esta conformação do espaço institucional de intervenção do assistente social como um amplo campo de mediações sobre as quais o profissional atua e possui reais possibilidades de potencializar passagens cognitivas entre as várias dimensões em presença, podendo articular estas mediações, potencializando forças em presença, em favor de um projeto de sociedade progressista e transformador da realidade, ou simplesmente manter-se alienado da trama destas complexas relações.

A mediação proporciona a articulação das várias nuances presentes no contexto em que se realiza a intervenção e a possibilidade de desocultar o que é dado como aparente no fenômeno, fazendo emergir o real, a essência do fenômeno.

No desenvolvimento da abordagem social de rua, é necessário atender o que aparece como imediato, como as necessidades da alimentação, do vestuário, da abrigagem, da higiene, do deslocamento, pois, de acordo com Pereira (2008, p. 87), “sem esse atendimento das necessidades básicas, os indivíduos não terão condições físicas, cognitivas e emocionais para se desenvolver e lutar pela sua libertação de todas as formas de opressão”.

A partir do vínculo que é estabelecido no primeiro atendimento com a população usuária é possível criar condições para a problematização da realidade vivida e a reflexão sobre a mesma, elucidando as contradições presentes nas relações sociais.

A contradição inerente às relações sociais é percebida no momento da interação reflexiva sobre o mundo. Os conflitos existem a partir da existência dos contrários. A contradição é o princípio que elucida o movimento pelo qual os fenômenos interagem e se interconectam perfazendo o movimento dialético, pois, conforme Konder (1992, p. 49), “a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem”.

Desta forma, tudo está em oposição. Se existe população em situação de rua é porque o Estado está em dívida com a população. Há uma constituição que em seu art. 5º expressa que todos são iguais perante a lei, sem distinção de

qualquer natureza. O que não acontece na realidade concreta da maioria dos cidadãos brasileiros. Desigualdade social manifesta através da população em situação de rua, cuja realidade explicita a ineficiência das políticas públicas em efetivar os direitos dos cidadãos, infringindo os princípios da universalidade e da equidade.

Nas palavras de Oliveira (2008, p. 35): “as contradições existentes na vida cotidiana são os pontos que se conectam em interação permanente entre si e pelos quais este movimento se estabelece através da luta dos contrários”. A contradição é a “mola propulsora” do movimento e, portanto, o que impulsiona a dinâmica social.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

O presente estudo constitui-se de uma pesquisa qualitativa que, conforme explicita Martinelli (1999, p. 27):

[...] se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais; a sua dimensão política que como construção coletiva parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa, portanto é um exercício político, uma construção coletiva que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão.

Na abordagem qualitativa o pesquisador explicita sua intenção nos objetivos que define. Portanto, ela tem uma dimensão política e social (MARTINELLI, 1999). É a partir da vivência dos sujeitos entrevistados e de suas percepções sobre o fenômeno que está sendo investigado que a pesquisa qualitativa ganha riqueza e proximidade com o sujeito, suas experiências e seu modo de vida.

Nesta pesquisa objetivamos apreender a concepção e avaliação dos gestores, dos usuários, dos trabalhadores e dos solicitantes a respeito da abordagem social de rua, através da análise da trajetória do serviço de ASR.

A pesquisa qualitativa possibilita a apreensão de significados, códigos e percepções dos entrevistados a partir de suas vivências. Para o pesquisador, esta abordagem contribui para aprofundar a compreensão do fenômeno a ser investigado, que neste estudo é a abordagem social de rua.

Nesta abordagem, os dados estatísticos não são o mais importante, já que “[...] muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 25).

Para o entrevistador, essa forma de abordagem permite a aproximação do real e a possibilidade concreta de reflexão e por fim o fazer profissional, a práxis. O assistente social é profissional interventivo, propositivo, que precisa da investigação social para a qualificação do seu trabalho nos espaços sócio-ocupacionais.

Desta forma, técnicas alternativas de coleta de dados podem auxiliar na compreensão de dados qualitativos. O estudo aqui proposto previu a construção da linha do tempo entre 2000 e 2010, período percorrido pelo Serviço de ASR, a fim de analisar sua composição em número de trabalhadores no desenvolvimento da abordagem social de rua.

Nesse sentido, buscou-se analisar, aprofundar e sistematizar o conhecimento construído em Porto Alegre, a partir do cotidiano do serviço de ASR, que encerrou sua trajetória em março de 2011. Objetiva contribuir com subsídios e dar visibilidade aos processos da abordagem social de rua, que a partir da PNAS/ SUAS passa a ser atribuição das equipes dos CREAS.

2.3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A compreensão do contexto social onde interagem os sujeitos envolvidos no estudo é essencial para a realização de uma pesquisa alicerçada no método dialético-crítico, método orientador desta investigação.

Para Martinelli (1999), é importante considerar os sujeitos em conexão com a estrutura social, com o intuito de compreender a realidade e o fenômeno a ser investigado a partir de suas vivências e suas interpretações.

A retaguarda para o ASR nos últimos anos ficou bastante reduzida frente ao aumento da população adulta em situação de rua. O ASR foi tornando-se gradativamente impossibilitado de atender à demanda da população em situação

de rua de toda a cidade, tanto pelo agravamento da questão social como pela não priorização do serviço na instituição.

Diante desse universo, a amostra para esse estudo se condensa em: trabalhadores, tanto técnicos sociais como educadores, usuários, bem como gestores da Política de Assistência Social que acompanharam nos respectivos anos (2000/2005/2010) o ASR.

Os períodos escolhidos para a escolha dos sujeitos da pesquisa marcaram: no ano 2000, a organização, planejamento e o desenvolvimento inicial da intervenção no espaço da rua, em Porto Alegre; em 2005, a reestruturação do trabalho, quando a mesma equipe passou a realizar tanto o Atendimento Social de Rua como o atendimento na Casa de Convivência; e, em 2010, o processo de descentralização da abordagem social dada pelo SUAS.

Em relação aos trabalhadores, foram entrevistados (1) um técnico social e (1) um educador social, que atuaram nos respectivos períodos (2000, 2005 e 2010), totalizando (6) seis entrevistados. Foi entrevistado (1) um gestor para cada período elencado, totalizando (3) três gestores. Também foi entrevistado (1) um usuário do ASR de cada período mencionado, totalizando (3) três usuários. Existe também uma enorme demanda de solicitação de atendimento à população em situação de rua, em Porto Alegre. Sendo assim, optou-se por realizar entrevistas com (2) dois solicitantes do serviço, escolhidos aleatoriamente através do livro de registros de solicitações de abordagem. No total, foram 14 sujeitos entrevistados.

A amostra utilizada foi a não probabilística do tipo intencional. “Nesta, o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, mas seus resultados não podem ser generalizados, pois não são representativos dela” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 52). Este tipo de amostragem possibilita a aproximação ao objeto do estudo, concedendo o aprofundamento do mesmo. A síntese da amostra pode ser melhor visualizada nos quadros que seguem, que estão organizados de acordo com os diferentes sujeitos entrevistados.

As características dos entrevistados estão representadas nos quadros que seguem, conforme os diferentes sujeitos: usuários, gestores, trabalhadores e solicitantes.

Quadro 2: Caracterização dos usuários

Ano	Usuário	Idade	Naturalidade	Tempo de Rua em Porto Alegre
2000	D. Rueira	33	Rosário do Sul	8 Anos
2005	Seu Rueiro	38	São Gabriel	12 Anos
2010	Seu Trecheiro	28	Porto Alegre	10 Anos

Fonte: Sistematização da Autora

Quadro 3: Caracterização dos gestores

Ano	Gestor	Cargo ocupado na FASC	Tempo de Permanência na Função	Formação
2000	Tin Vermelho	Presidência	6 anos	Socióloga
2005	Tin Verde	Presidência	3 anos e seis meses	Economia Doméstica
2010	Tin Azul	Presidência	3 anos e dois meses	Ensino Médio

Fonte: Sistematização da Autora

Quadro 4: Caracterização dos trabalhadores

Ano	Trabalhador	Tempo Trabalho no ASR	Cargo/Função	Formação
2000	Pop Sol	5 anos e seis meses	Assistente Social e Coordenador	Serviço Social
	Pop Lua	13 anos	Monitor	Ciências Sociais
2005	Pop Estrela	10 Anos	Educador Físico	Educação Física
	Pop Vento	9 anos	Monitor	Serviço Social
2010	Pop Mar	3 anos	Monitor	Ciências Contábeis
	Pop Cometa	9 anos	Psicólogo	Psicologia

Fonte: Sistematização da Autora

Quadro 5: Caracterização dos solicitantes

Ano	Solicitantes	Idade	Bairro de Moradia	Região de Solicitação da Abordagem	Profissão
2000/2005 ¹⁴	Solismar	56 anos	Petrópolis	Petrópolis/Bom Fim	Professor Universitário
2010	Solismara	58 anos	Sarandi	Centro	Comerciária

Fonte: Sistematização da Autora

A entrevista utilizada na pesquisa foi do tipo semiestruturada, com questões abertas. Esta possibilita maior liberdade e espontaneidade no momento da realização da entrevista, bem como possibilita o surgimento de novas informações e questões pertinentes ao estudo.

Entende-se como entrevista semiestruturada aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As entrevistas foram realizadas a partir da aplicação de formulário contendo questões abertas (Apêndices E, F, G e H). As entrevistas foram gravadas mediante a aceitação dos sujeitos e transcritas posteriormente, a fim de realizar a análise de conteúdo proposta por Bardin (2010). Houve a permissão da gravação por todos os sujeitos entrevistados. A gravação permite contar com todo o material fornecido pelo informante, o que não ocorre por outro meio Triviños (1987).

As questões apresentadas nos instrumentos para coleta de dados não foram iguais a todos os sujeitos pesquisados, o que impossibilitou trabalhar todos os dados na técnica da triangulação. Diante das diferentes perguntas, foi realizada a análise dos dados referentes às questões que perguntaram sobre a concepção e avaliação dos entrevistados sobre o serviço do ASR, assim como as que respondiam aos objetivos específicos.

¹⁴ Optou-se por entrevistar dois solicitantes, diante da dificuldade de localizar o terceiro e ainda porque o Sr. Solismar frequentemente realizou pedidos de atendimento ao ASR, desde o ano 2000.

A técnica de triangulação de dados foi utilizada a partir do cruzamento de dados dos diferentes sujeitos a respeito do tema da abordagem social de rua, que, segundo (TRIVIÑOS, 1987), abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social.

Os procedimentos e técnicas de pesquisa utilizados neste estudo foram: análise documental, que objetivou conhecer a trajetória do Serviço a partir da documentação existente: projetos, relatórios de avaliação e de gestão, instrumentos de registros do trabalho; a linha do tempo, obtida através dos documentos e falas dos sujeitos entrevistados; entrevista semiestruturada¹⁵ e análise bibliográfica sobre o tema e sobre as categorias explicativas da realidade, quais sejam: população em situação de rua, política social, assistência social, SUAS e abordagem social de rua.

Para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, que, conforme Bardin (2010, p. 42), constitui-se por um “conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos das mensagens”. Para esta autora, a análise de conteúdo acontece em três diferentes fases:

- Pré-análise: consiste na organização do material propriamente dito. É nesta etapa que se realiza a transcrição do conteúdo das entrevistas; a leitura flutuante das entrevistas; organização dos dados por meio dos mapas que aglutinam os assuntos;
- Exploração do material: é a fase da codificação, decomposição em função das regras previamente formuladas. Nesta etapa realiza-se a seleção das informações conforme as questões norteadoras da pesquisa e o processo de categorização;
- Tratamento dos resultados: é a fase dos “achados” da pesquisa, da análise e interpretação dos dados obtidos com as inferências do pesquisador. As categorias empíricas emergentes são identificadas.

¹⁵ No que se refere à entrevista semiestruturada, tem-se que ela “[...] combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador” (MINAYO, 2000, p. 108).

Nesta etapa se processa a articulação dos dados à luz das categorias do método que fundamenta o estudo, das categorias explicativas da realidade e das categorias que emergem no movimento da análise. É o momento que possibilita inferir e tecer conclusões a partir do estudo realizado (BARDIN, 2010, p. 42).

Para a realização desta pesquisa, foi necessário organizar o tempo da pesquisadora, a fim de conciliar a vida profissional com a vida acadêmica. Outro fator importante percebido pela pesquisadora foi a dificuldade inicial de realizar o afastamento do cotidiano que vivenciou no ASR para a realização da pesquisa.

O primeiro momento compreendeu uma pesquisa documental, tendo em vista o recorte de tempo nos anos 2000, 2005 e 2010, por serem períodos relevantes para o processo de trabalho, pois se trata, em 2000, do momento inicial do ASR e constituição do mesmo como referência na cidade para a abordagem social de rua; em 2005, o ASR estava reconfigurado. A mesma equipe que realizava o ASR passou a atender também na Casa de Convivência, em turnos separados. Em 2010, ocorreu a implantação dos CREAS e, conseqüentemente, o término do ASR e o processo de descentralização da abordagem social de rua.

A documentação existente sobre o ASR incluiu: projetos, relatórios de avaliação e de seminários de capacitação realizados pela equipe, planilhas, livros de registros e busca de listagem dos trabalhadores que compunham o ASR no período de 2000 a 2010, junto ao setor de Recursos Humanos da FASC. Cabe ressaltar que os documentos do ASR estão arquivados e armazenados em caixas, o que necessitou de certo tempo para encontrarmos os documentos que poderiam servir de fonte de dados a esta investigação. Segundo a equipe, por muitos anos o ASR não contou com funcionário do setor administrativo, o que pode ter contribuído para que os documentos não estivessem organizados de outra forma. O período de realização das entrevistas foi de julho a outubro de 2011.

No segundo momento, concomitantemente à realização das entrevistas, passou-se a realizar a revisão bibliográfica, no intuito de aprofundar conhecimentos sobre o tema em estudo, bem como de autores que perfazem a produção teórica alicerçados no marxismo, para analisar e compreender a dinâmica da organização social. Também se buscou conhecer outras

experiências governamentais, de políticas públicas no que se refere ao desenvolvimento de abordagem social de rua com população adulta e famílias. Percebeu-se o quanto ainda é restrito o trabalho desenvolvido no espaço da rua, com a população adulta e famílias no âmbito do Estado através de políticas públicas e ações governamentais com equipes próprias de trabalhadores concursados. O que talvez possa significar o quanto ainda é invisível ao Estado e às políticas públicas este segmento populacional.

As entrevistas transcorreram sem problemas maiores, sendo que apenas um dos entrevistados desmarcou por duas vezes o horário combinado. Os sujeitos da pesquisa foram muito receptivos e consideraram serem importantes estudos que possam qualificar os serviços que atendem à população em situação de rua.

Após o término das entrevistas, a pesquisadora passou a trabalhar na análise de conteúdo, a partir do material coletado. Entrevistas semiestruturadas realizadas com os 14 sujeitos, que estiveram envolvidos com o Serviço de ASR, sujeitos esses que se encontravam em instâncias diferentes e, portanto, com intenções diversas a respeito do trabalho do ASR.

As categorias empíricas que surgiram a partir da análise de conteúdo foram: questão social, desigualdade social, políticas públicas, abordagem social de rua, intersetorialidade, precarização do trabalho e população de rua. Estas foram trabalhadas de forma articulada às demais categorias no processo de análise das entrevistas. No capítulo 5, as categorias empíricas estão expressas de forma a apresentar a contradição existente na realidade social do fenômeno em estudo.

No capítulo seguinte se fará a contextualização da sociedade contemporânea, a dinâmica e a organização das cidades e a população em situação de rua.

3 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENÁRIO DAS CIDADES

Neste capítulo, são apontados alguns aspectos importantes do panorama da sociedade atual, o seu contexto sociopolítico e econômico, bem como, as manifestações das múltiplas expressões da questão social no contexto dos centros urbanos. Qual é o lugar que a população em situação de rua tem na dinâmica cotidiana das cidades? Como a população de rua é bastante hostilizada tanto pelo poder público como pela população em geral, ela é levada a se deslocar constantemente na cidade, não só porque precisa buscar o que necessita para sua sobrevivência imediata, mas porque sofre constantes expulsões dos espaços que ocupa ou onde tenta permanecer. Segmento da população que faz do espaço da rua seu modo de viver e sobreviver, denominados neste estudo como população em situação de rua.

3.1 O CONTEXTO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O cenário contemporâneo se conforma, a partir da redefinição do papel do Estado, com sua retração no campo do bem-estar social, o denominado *welfare state*¹⁶, nas últimas décadas do século XX. A crise recessiva que começa a assolar os países de economia central, seja pela redução do crescimento econômico, seja pela redução das taxas de lucro e aumento dos custos pela carga tributária, conforma o caminho da ofensiva neoliberal na sociedade contemporânea.

A realidade social é marcada por relações sociais que se estabelecem a partir das leis do livre mercado. Como bem afirma Martins (2008, p. 120): “é própria da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que

¹⁶ Termo inglês do modelo de Estado de Bem-estar Social implantado no pós-guerra a partir da Europa, com primazia do Estado no controle das políticas de bem-estar aos cidadãos. Inclui, além de políticas de manutenção de renda [...], outros mecanismos adicionais de proteção social, como: serviços sociais universais (saúde e educação, por exemplo), proteção ao trabalho (em apoio ao pleno emprego) e garantia do direito ao acesso a esses bens e serviços e ao seu usufruto (PEREIRA, 2008, p. 112).

não sejam relações capitalistas”. Decorrem destas relações a reprodução da exploração de classes e as contradições intrínsecas ao capitalismo. Nessa sociedade contemporânea, uma grande parcela da população é cotidianamente jogada para o mercado informal de trabalho, sendo que, dentre essa, um conjunto de sujeitos tem, desde seu momento primeiro no mundo, a violação de seus direitos.

Os países desenvolvidos, alcançados até então de um Estado de Bem-Estar Social, constituíram uma ampla garantia de direitos sociais, na área da proteção social, legitimados pelo Estado e decorrente das disputas travadas ao longo dos anos do século passado, pelos trabalhadores. O forte movimento sindical construído pela grande mobilização da classe trabalhadora possibilitou várias conquistas trabalhistas e contribuiu efetivamente para a implementação de políticas sociais pelo Estado, na garantia e universalização dos direitos sociais dos cidadãos.

No entanto, é no conjunto das conquistas e das garantias de proteção social que o neoliberalismo¹⁷ incide no processo de reestruturação mundial da economia, onde a globalização acena para a implementação estratégica do sistema de produção e de consumo capitalista. Como bem nos coloca Pochmann (2010, p. 129):

O enquadramento neoliberal do Estado permitiu a maior monopolização das forças econômicas e financeiras privadas, a tal ponto de o mundo ser governado atualmente por não mais de 500 grandes corporações globais que respondem em conjunto por quase 50% do produto mundial.

Os grandes grupos ou corporações transnacionais extrapolam as barreiras das nações do Planeta, mantendo um sistema financeiro articulado e detendo desta forma o estoque do capital mundial. Grandes empresas e grupos transnacionais, como Nestlé, Archer Daniel Midlands, Pepsico, Unilever, Coca-Cola e Danone, que comandam em escala mundial o setor de alimentos e bebidas, detêm o monopólio mundial. Isto por meio de mecanismos de produção alastrados por todas as partes do mundo, principalmente nos países pobres, onde

¹⁷ Novo modelo de acumulação não apenas de natureza econômica, mas parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais. “[...] Pretende desencadear as necessárias mudanças através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado” (SOARES, 2002, p. 12-13).

encontram os insumos, recursos naturais e mão-de-obra em abundância, a baixos custos (NETTO; BRAZ, 2008).

Assim, as sociedades contemporâneas estão articuladas numa sociedade global, como refere Ianni (1998, p. 44):

Os movimentos do capital, tecnologia, força de trabalho, *know-how* empresarial etc., em escala mundial, transformam as sociedades nacionais em dependências da sociedade global. Em diferentes níveis e arranjos, as organizações multinacionais, ou multilaterais, desenvolvem seus próprios desenhos do que podem ou devem ser as nações e os continentes.

Na América Latina, o neoliberalismo se esboça no final da década de 80 e início dos anos 90 com ajustes impostos pelo FMI e Consenso de Washington¹⁸, que imprime ao mundo um conjunto de ações pelo Estado no campo da economia, política e social.

Os avanços no campo social e as garantias constitucionais civis e políticas asseguradas pela sociedade brasileira, na Constituição Federal de 1988, foram um marco histórico, mesmo que tardiamente implementados no Brasil. Como bem nos aponta Couto: “Pela primeira vez um texto constitucional é afirmativo no sentido de apontar a responsabilidade do Estado na cobertura das necessidades sociais da população e, [...] ter [...] acesso a esses direitos na condição de cidadão” (2006, p. 161).

A assistência social pela primeira vez é reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, nos seus artigos 203 e 204, compondo junto com a saúde e a previdência o tripé da seguridade social brasileira.

No cenário brasileiro, as orientações neoliberais firmadas com os organismos financeiros internacionais¹⁹ passam a compor o governo de Fernando Collor e prosseguem no governo de Itamar Franco.

¹⁸ O referido Consenso caracteriza-se por “um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes” (TAVARES; FIORI, 1993, p. 18).

¹⁹ Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Mundial de Comércio – OMC que vem impondo seu modelo de acumulação e flexibilização do mercado baseado no toyotismo, dirigindo os recursos econômicos em função de um rígido programa de ajuste das economias dos países em desenvolvimento, visando assim atender à dinâmica e aos propósitos neoliberais.

Percebe-se, mais concretamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, o avanço nas privatizações de setores importantes como da siderurgia, das comunicações, das ferrovias, da energia elétrica e também quando o setor público passa a sofrer significativos cortes e desmonte no conjunto de suas políticas, assim como o sucateamento, redução de pessoal e precarização das condições de trabalho.

Segundo Soares (2002, p. 35), o Brasil

[...] é o país sul-americano a oferecer maior resistência às políticas de desregulamentação financeira e abertura comercial irrestrita, todos os impactos das políticas de ajuste implementadas nos anos 90 estão se sobrepondo com grande intensidade e num tempo muito curto. Pelo lado social, o país foi pego a meio caminho na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social. Dada a sua massa gigantesca de pobreza estrutural, praticamente excluída dos benefícios do desenvolvimento passado, o país é atingido pelos dois lados, o desenvolvido e o subdesenvolvido.

Neste contexto de avanços e de retrocessos no campo dos direitos temos a aprovação da LOAS, que resultou de amplo movimento e pressão da sociedade civil, de entidades classistas como dos assistentes sociais e “da ação do Ministério Público, que ameaçava processar a União pelo descuido com a área” (COUTO, 2006, p. 148).

Este período de redemocratização do País e de conquistas de direitos de cidadania foi compreendido por ampla ebulição social, por meio de muita mobilização popular e sindical, pressão da sociedade civil, setores da pastoral da igreja, militantes políticos, intelectuais, entre outros segmentos da população brasileira.

O contexto de conflitos extremos entre nações, de desenvolvimento técnico-científico, das disputas políticas ideológicas, dos tensos embates travados pela luta de classes, exploração desmedida dos recursos naturais e reprodução das desigualdades sociais configuram a organização societária do segundo milênio.

A realidade social é atravessada por diversos fatores que se interconectam numa relação processual e dialética. Buscar o contexto histórico possibilita entender com mais propriedade o momento vivido na história, e assim compreender o contexto atual, da sociedade contemporânea e do fenômeno população em situação de rua.

A grande contribuição para esta compreensão é dada pelo historiador Hobsbawm (2007, p. 9):

O século XX foi a era mais extraordinária da história da humanidade, combinando catástrofes humanas de dimensões inéditas, conquistas materiais substanciais e um aumento sem precedentes da nossa capacidade de transformar e talvez destruir o planeta – e até de penetrar no espaço exterior.

A reestruturação do capital monopolista, na avaliação dos autores Netto e Braz (2008, p. 214), “é uma estratégia articulada sobre o tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal”. No decorrer da história podem-se observar os rearranjos e as diferentes formas que o capitalismo busca para manter a sua lógica da acumulação. Neste cenário, uma grande parcela da população empobrecida se molda aos seus preceitos em nome da sua sobrevivência. Mas, em meio aos conflitos sociais que resultam dessas relações sociais contraditórias, forças antagônicas se organizam na disputa pelo poder hegemônico.

As disparidades sociais presentes na sociedade atual revelam a lógica da acumulação do capitalismo e de sua reprodução quando imprime novas formas de se reestruturar nos momentos de recessão do capital monopolista. O desenvolvimento tecnológico acelerado serve de alavanca para a reestruturação produtiva que imprime alterações no mundo do trabalho, da produção e do consumo.

Dessa forma, enfrenta-se mais uma forte crise global deste sistema aniquilador de liberdades e dos direitos humanos pelo qual se reproduz a exploração de uma classe sobre a outra. No mundo inteiro presenciamos o desemprego estrutural e, ao mesmo, tempo uma especialização e qualificação de alguns setores. Ainda se criou uma parcela de trabalhadores “polivalentes e multifuncionais” da era informacional entre um grande conjunto de trabalhadores desqualificados e precarizados, sendo que, cada vez mais, o cotidiano dos trabalhadores está dedicado ao trabalho, e o tempo fora do trabalho também está fortemente ocupado pelo consumo (ANTUNES, 2010, p. 187).

Um grande contingente populacional é levado ao mercado informal, com perdas significativas de direitos trabalhistas e, conseqüentemente, de garantias de proteção social. Esta configuração coloca uma parcela considerável de

homens e mulheres em idade produtiva exposta a uma série de perdas sociais, fragilização e rupturas de vínculos. O alvo principal, conforme Iamamoto (2008, p. 145), “são aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver”. Compreendendo este segmento, encontra-se a população em situação de rua, sujeitos envolvidos nesta pesquisa e que traduzem a realidade perversa da sociedade contemporânea.

As exigências que levam os trabalhadores a ter maior qualificação e a dar conta de múltiplas atividades, bem como exercê-las de forma bastante precarizada, muitas vezes sem qualquer proteção social. Desta forma, passa a incidir na vida social dos trabalhadores o agravamento de suas condições de vida.

O mundo globalizado sob os preceitos do neoliberalismo trouxe impactos profundos na realidade concreta do cotidiano, permeado pelo individualismo, desesperança, intolerância, medo, adoecimento, solidão e banalização da vida.

Sobre este ajuste neoliberal, Soares (2002, p. 12) expressa:

Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo [...] neoliberal que inclui a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista [...] não impedindo a reprodução do capital.

Percebe-se uma aceleração das privatizações, diminuição dos investimentos do setor público, desemprego, retirada de direitos trabalhistas, redução de políticas sociais, compreendendo um processo de recessão nos aspectos econômico e social. Convive-se com a segregação social, política, econômica e cultural, na qual a maioria da população não tem acesso igual às riquezas produzidas socialmente, mantendo-se a exploração de uma classe sobre a outra. Conforme Santos (2005, p. 19), “de fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades”.

A história da formação social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira evidencia como se conforma no contexto atual a desigualdade social que atravessa os tempos e que se reproduz na sociedade contemporânea

A perversa desigualdade social que compreende a conjuntura dos grandes centros urbanos nos países periféricos agrava as expressões da questão social que permanecem presentes no mundo contemporâneo. Neste cenário repleto de contradições é que se desenvolveu a intervenção da pesquisadora na

disputa diária da conquista e garantia dos direitos da população em situação de rua. Integrou uma equipe multiprofissional que construiu em Porto Alegre o ASR – serviço público que se constituiu através de mediações desencadeadas no cotidiano do trabalho com os diversos atores sociais implicados no processo da abordagem social de rua. Estes atores sociais, em permanente disputa pelo poder hegemônico, compreendem as instituições públicas e privadas, a população atendida pelo ASR, as pessoas solicitantes do mesmo e demais entidades presentes no tecido social.

A questão social historicamente produzida e reproduzida pelas relações sociais contraditórias, segundo Yamamoto (2008, p. 161), é

[...] considerada como expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras e sua organização – o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas – não é um fenômeno recente, [...]. Trata-se [...] de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espalhadas em todas as dimensões da vida em sociedade.

No espaço das cidades, nos deparamos com um cotidiano que expõe as mais amplas dimensões da questão social. A violação de direitos que abarca um grande contingente da população muitas vezes é iniciada antes mesmo do dia do nascimento. Seja porque, enquanto embrião ou feto, não recebeu o devido acompanhamento em seu processo de desenvolvimento, seja porque não foi registrado naquele momento em que nasceu ou ainda quando não obteve o direito de permanecer no convívio da família, sendo institucionalizado e permanecendo sob a tutela do Estado.

A população em situação de rua é historicamente exposta a muitas formas de discriminação e violência. Seja quando denominados de indivíduos vagabundos, vadios, inválidos, ladrões, pedintes, bêbados, indigentes, drogados, mendigos, maloqueiros, entre tantas outras expressões. Ou seja, por sofrerem extrema violência da força policial, dos grupos do tráfico de drogas que disputam os territórios das cidades, da segurança privada dos quarteirões de bairros, da guarda municipal, das populações residentes do entorno dos locais públicos onde permanecem e até por ataques de grupos de extermínio. É a este segmento que

o item a seguir se reporta, bem como ao espaço que é a ele destinado nos centros urbanos.

3.2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENÁRIO DAS CIDADES

O processo de industrialização e modernização instaurado a partir do pós-guerra, com reorientação do padrão de acumulação capitalista e voltado para a estruturação produtiva de base urbano-industrial, leva a um grande crescimento populacional nos centros urbanos. O movimento em direção às cidades se faz pela busca do atendimento às necessidades básicas da população a partir da oferta de trabalho que se expande na sociedade industrial.

O alto fluxo migratório imprime nas grandes cidades a aglomeração populacional na maioria desprovida de serviços públicos essenciais à manutenção da vida. Segundo Lefebvre (1999, p. 89), “a grande cidade consagra a desigualdade”. A desigualdade social intrinsecamente presente no sistema capitalista pode ser também evidenciada através do modo desigual como se dá a apropriação do solo urbano. Conforme Vitte (2010, p.81), “a segregação socioespacial é um processo inerente à produção do espaço sob o capitalismo”.

A população em situação de rua abrange gradativamente um maior contingente que passa a fazer parte do cenário das cidades, mas não como cidadãos e sim como não sujeitos, discriminados, alvo de preconceitos e estigmas.

Em relação a este panorama social contemporâneo, Rosa (2005, p.31) aponta que:

Essa questão é parte integrante desse processo econômico-social contraditório, que envolve o desafio de demandas sociais não equacionadas no passado, acrescida dos impasses do presente diante das novas determinações da crise do capitalismo em escala internacional.

Na sociedade contemporânea, a realidade da população em situação de rua expõe aos “olhos” de todos “os processos sociais excludentes”, segundo Martins (2008, p. 4-6), vividos historicamente por uma grande parte da população em

[...] uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas.

Privados do direito a uma vida digna, enquanto cidadãos são também tratados como caso de polícia. O direito de ir e vir, de usar o espaço público e transitar por ele é muitas vezes violado. O lugar que ocupam nas cidades é o de não cidadão, sujeitos que devem ser “vigiados” pelo Estado, pois oferecem “perigo” à sociedade e, portanto, não podem permanecer por muito tempo, ou nem mesmo parar nas calçadas, em bancos de praças e parques. Com frequência, são retirados dos locais que ocupam através de remoções realizadas pelo poder público ou expulsos por vigilâncias privadas.

A remoção da população em situação de rua, na maioria das solicitações feitas ao serviço de abordagem social, é explicitada através do pedido realizado por telefone. Neste momento do trabalho, o processo de mediação que é estabelecido com a população solicitante possibilita a problematização e a reflexão desta realidade social. Entre os objetivos do trabalho realizado pelo ASR também estão previstos os processos de mediações com a comunidade em geral da cidade, por meio dos atendimentos telefônicos às solicitações de abordagens, como pode ser visto nos dois objetivos abaixo relacionados:

- Buscar estratégias para esclarecimento da sociedade acerca da realidade da população de rua, objetivando combater os processos de exclusão e discriminação social;
- Esclarecer a comunidade em geral sobre o funcionamento do serviço e da concepção que trata o morador de rua enquanto sujeito de direitos (PROJETO ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA, 1998).

Neste contexto, é possível perceber que o processo de abordagem social está inscrito em um terreno muito contraditório e permeado de disputas constantes entre as forças sociais que interagem na dinâmica da vida urbana. Portanto, exige mediações cotidianas que desocultem as formas de opressão, de discriminação e de violação de direitos à população em situação de rua. Mediações que explicitem a desigualdade social e o descumprimento do Estado enquanto provedor da cidadania.

A cidadania também está diretamente vinculada à questão espacial, ou seja, ao direito de morar dignamente, direito ao uso igualitário do espaço na sua

dimensão geográfica, social e política, o que historicamente não é alcançado por grande número de cidadãos brasileiros. Sobre as relações sociais no espaço urbano, Santos²⁰ (citado por Vêras, 1999, p. 32) afirma que:

[...] a urbanização [...], as relações entre espaço e sociedade, a divisão do mundo, [...] sobre espaço e cidadania. [...]. Pretendendo contribuir para a redemocratização brasileira, o autor chama a atenção para o peso do “lugar”, do território (intraurbano, sobretudo) e, desse ângulo, a questão da cidadania. [...] Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. [...] A possibilidade de ser mais ou menos depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

A população em situação de rua também compreende o processo de segregação espacial oriundo do processo histórico brasileiro patrimonialista, assentado na concentração do solo rural e urbano nas mãos de uma minoria resguardando a propriedade privada. A grande contribuição no estudo e análise da distribuição do espaço socioterritorial é mencionada por Santos (1987, p. 44), sobre as migrações brasileiras:

[...] vistas pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São frequentemente também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais.

Diante da realidade contraditória, muitos embates, movimentos de pressão e resistência são travados pela conquista de direitos ao longo da história do país. O que ocorreu, principalmente após o término do período de ditadura, a luta pelo processo de redemocratização do País, através de uma grande efervescência, organização e articulação de movimentos sociais e de vários segmentos da população por seu reconhecimento e atendimento de suas reivindicações na garantia de direitos de cidadania.

Um desses movimentos, destacados por Gohn (1997, p.138), foi o

[...] surgimento de um movimento inédito entre as classes populares, o dos Moradores de Rua. Seus atores são uma categoria social que antes era vista de forma individual, através da filantropia, como mendigos, e que agora assume caráter coletivo, pois são famílias inteiras que passaram a morar debaixo de pontes, viadutos e outros espaços públicos, devido ao empobrecimento, desemprego e à falta de uma opção barata para a locação.

²⁰ SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

Organizações populares e movimentos sociais passam a se organizar na luta pela atenção do Estado às suas necessidades sociais: a educação, a habitação, a saúde, o trabalho, a regularização de áreas ocupadas por meio do “Direito Real de Uso”, a segurança, a previdência social, etc.

Em 1985, se organiza o Movimento Nacional de Meninos e de Meninas de Rua – MNMMR, na luta por direitos e dignidade. A questão da população em situação de rua passa a imprimir uma conotação social para além do filantropismo, ajuda e assistencialismo. As entidades ligadas a setores da igreja, como a Pastoral Social, e entidades da sociedade civil intensificam o apoio a este segmento na efetivação e reconhecimento de seus direitos e seu protagonismo.

A ampla mobilização social, na luta pela democracia e direitos de cidadania de entidades e organizações civis, religiosas, classistas entre outras, foi decisiva para a elaboração da Constituição brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988. Em seus artigos 5^o²¹ e 6^o²², trata dos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos e dos direitos sociais que asseguram, na forma da lei, a implementação de políticas públicas para todos os cidadãos brasileiros.

O movimento populacional vai gradualmente imprimindo crescimentos desordenados nas metrópoles despreparadas na sua organização para este processo. Dados do IBGE apontam que a população urbana passou de 81,25% em 2010 para 84,35% em 2011, conforme censo do período 2000/2010.

Acentuam-se os níveis históricos de desigualdade social e de pobreza, agravando-se assim as condições sociais de vida e a sobrevivência da população, expressas nas cidades, configurando a questão social. Para Iamamoto (2008, p.,162):

A questão social, enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais oriundas no processo da exploração do trabalho: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

²¹ Art.5^o. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (C. F. 88).

²² Art.6^o. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (C. F. 1988).

Os processos de resistências travados pelos trabalhadores fazem com que o Estado desenvolva ações focalizadas e políticas públicas no enfrentamento da questão social. A presença da população que utiliza a rua como espaço de sobrevivência ou moradia compreende o contexto de acirramento das desigualdades sociais, de embates e tensões no tecido sociopolítico na luta por direitos.

Segundo Silva (2009, p.105), a história revela que as causas estruturais desse fenômeno, da população em situação de rua, vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital. Sem rendimentos e muitas vezes fragilizados fisicamente, ocupam os centros das cidades, onde observamos a circulação das riquezas e do dinheiro. Ocupam os diferentes territórios a partir do que estes dispõem e possibilitam para a manutenção do seu cotidiano.

É só a partir da aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais²³, em 2009, que a abordagem social passa a integrar o aparato legal da Política Nacional de Assistência Social. Neste contexto, ampliam-se as discussões e produções a respeito do tema no território nacional.

Segundo a Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua – PNPR, aprovada em 2008, este segmento é definido como um:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente (BRASIL, 2004, p. 8).

Desta forma, a população que faz do espaço das ruas seu modo de morar e sobreviver se dilui no cotidiano das cidades de acordo com suas necessidades mais emergentes: abrigo e alimentação.

Sobre a cidade e sua organização, Vitte (2010, p. 81) refere que:

A cidade é o lugar da manifestação individual e da experiência coletiva, já que há uma multiplicidade de trocas que são constitutivas da produção da sociabilidade na cidade. A cidade, como lugar, tem uma dimensão explicativa e é uma condição de realização da vida cotidiana, vida essa que resulta de uma relação do indivíduo com a própria cidade. Na cidade

²³ Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre os serviços socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

dá-se o processo da produção da vida que tem vínculos com os modos de apropriação do espaço pelos seus diversos habitantes.

Os centros urbanos, neste contexto, são palcos das mais variadas cenas sociais, espaço em que diversos atores passam muitas vezes (in)visivelmente aos “olhos” da sociedade contemporânea, compondo, em vários e sucessivos atos, cenas da vida real. Para Silva (2009, p. 119):

[...] Portanto, a conjugação de vários fatores, como a maior circulação do capital, a infraestrutura, a arquitetura e a geopolítica dos grandes centros, ajuda a explicar por que esse fenômeno é essencialmente um fenômeno urbano. Os municípios, pouco urbanizados, não oferecem as possibilidades alternativas de abrigo e sustento oferecidas pelos grandes centros urbanos.

O modo como a população em situação de rua ocupa e se desloca nas regiões da cidade imprime gradativamente uma nova arquitetura, que pode ser visualizada principalmente nas regiões centrais e em bairros habitados por pessoas com maior poder aquisitivo. É visível nas cidades o gradeamento das residências, dos estabelecimentos comerciais e também dos órgãos públicos, assim como a construção de barreiras físicas nos espaços públicos para impedir o trânsito, a ocupação e a permanência de pessoas.

Segundo Rosa (2005, p. 16), “a chamada arquitetura da exclusão” teve início com Jânio Quadros, então prefeito de São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980. Naquele período de exceção, o poder público agia de forma truculenta, hostil e com perseguição à população de rua. “Os fatos mais graves foram a proibição de catar papelão, a expulsão das praças com jatos de água de carros-pipa, e o cerceamento do direito de ir e vir mediante o gradeamento de praças e baixos de viadutos” (ROSA, 2005, p. 16).

O tempo vivido é o terceiro milênio da sociedade contemporânea, em que a ditadura militar ficou no tempo passado e o Estado democrático de direito foi instaurado, mas ações arbitrárias e coercitivas continuam sendo realizadas pelo poder público no dia a dia das cidades. Inclusive, em Porto Alegre, ocorre o fechamento e a lavagem de praças e entornos por agentes públicos da Secretaria do Meio Ambiente – SMAM, da Secretaria Municipal de Obras e Viação – SMOV e da Guarda Municipal, como forma de expulsar os moradores de rua dos diversos locais da cidade. Também foi sancionada em 10 de setembro de 2008,

na cidade, a Lei nº 10.531, que institui o Programa de Redução Gradativa das Carroças em Porto Alegre. Esta lei proíbe, a partir de 2016, a circulação no espaço urbano de veículos de tração animal e veículos de tração humana, ou seja, o trânsito de carroças e de carrinhos de papeleiros.

Esta lei não aponta como as pessoas que utilizam esses meios de transportes para o trabalho, na maioria material reciclável, irão sobreviver. Interfere diretamente na subsistência de boa parte dos catadores de resíduos sólidos. Além do mais, é uma atividade que culturalmente faz parte da vida de muitas famílias. É um processo que deve ser visto, discutido e planejado prioritariamente com aqueles que estão afetados, ao contrário do que ocorreu. Uma boa parte da população em situação de rua tem como atividade de sobrevivência a catação com a utilização de seus carrinhos.

Dados da Pesquisa Nacional Censitária por amostragem da população em situação de rua, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, realizada em 2007, nos municípios com população igual ou superior a 300 mil habitantes, capitais de estados e o Distrito Federal apontam que 27,5% das pessoas em situação de rua são catadores de materiais recicláveis. Fica a indagação: Será que em 2016 teremos a universalidade e a equidade no atendimento das políticas públicas na capital gaúcha?

A intervenção com a população em situação de rua por mais de dez anos, em Porto Alegre, possibilitou vivências por parte da pesquisadora em momentos muito tensos na realização da abordagem social de rua. Vários setores sociais, tanto da própria instituição, como da cidade, que solicitam a abordagem no intuito de que as pessoas sejam retiradas do local, exigem desta forma a resolutividade imediata por parte dos trabalhadores.

Segundo o desejo da solicitante entrevistada, Sra. Solismara, quando indagada sobre sua expectativa em relação ao atendimento pelo ASR, é “que viessem buscá-lo [...] inclusive eu saí daqui e confirmei que realmente vieram”. O senhor Solismar, outro solicitante entrevistado, respondeu que sua expectativa era

[...] que fosse feita uma abordagem em seguida, o mais rápido possível, e que fosse dado o melhor encaminhamento possível. Às vezes, eu acho, por demanda do serviço, às vezes porque o atendimento demora e o usuário se deslocou, não foi mais possível encontrá-lo. [...] Também vi

que tem algumas dificuldades em o usuário aceitar o serviço, aceitar ser ajudado, aceitar um encaminhamento.

A remoção dos sujeitos do local que estão ocupando na cidade é a solução esperada e pretendida por pessoas que solicitam a abordagem de rua. O que torna visível o senso comum de grande parte da população e ainda implícita a concepção que trata a questão social e suas manifestações dissociadas e alienadas da estrutura social e do processo de acumulação capitalista, individualizando e reproduzindo as relações sociais.²⁴ De acordo com Cury (2000, p. 65):

É no modo de viver e captar essas necessidades, no contexto das contradições materiais da existência, que o homem conhece. O homem jamais se separa de seus atos. Ele os vive. E nessa vivência a classe dominante tenta conduzir as classes subalternas, educando-as mediante a incorporação da ideologia dominante sob a forma de *senso comum*.

Por esta percepção, observamos que o morador de rua é considerado como um não sujeito, sem direito a ocupar, transitar ou mesmo sentar em uma praça. É responsabilizado pela violência, pela sujeira da cidade e pelo tráfico de drogas, e desta forma é criminalizado e, portanto, deve ser tratado como caso de polícia.

Contudo, não tem condições de decidir sobre sua vida e os encaminhamentos que deseja dar a ela. De acordo com Oliveira (2008, p. 99), “por vezes os sujeitos de rua carregam consigo o estigma de serem vistos como inferiores, sem qualificação”, e, portanto, o lugar que é reservado para a população em situação de rua nas cidades é o lugar da subalternidade, do subumano e até mesmo do “lixo humano”.

Esta discriminação atribuída à população em situação de rua fica explícita no relato citado a seguir, de um trabalhador que acompanhou o ASR por onze anos, identificado na pesquisa como Pop Lua:

É difícil, porque a gente vai na contramão do que o restante da sociedade prega pra essa população, porque eles vivem dizendo isso: que as pessoas os rechaçam, os chamam de excluídos, de lixo. Uma vez uma pessoa ligou pra cá solicitando uma abordagem e dizendo que a usuária tinha um valor menor pra ela do que um pé de alface, porque

²⁴ Segundo Cury (2000, p. 67): “As relações sociais implicam a ação recíproca e contraditória entre as classes fundamentais. São relações de luta na totalidade social [...] pois são relações econômicas [...], são relações políticas [...] e são relações ideológicas [...]”.

pelo menos o pé de alface ela lavava e fazia salada... Aquela “criatura” lá atirada na frente da calçada dela não tinha valor nenhum pra ela, porque está fora desse processo de produção. As pessoas acreditam que somente quem faz parte é quem produz e quem tem renda que pode fazer parte da sociedade e é considerado hoje em dia ser humano. Então é essa lógica perversa que exclui essa população.

Trata-se da pobreza visível todos os dias em meio ao ritmo do cotidiano da cidade formal, divulgada com frequência pelos meios de comunicação, que, em alguma medida, refletem a indignação da população em geral, em especial das classes média e alta, que veem nesse público as contradições sociais expostas.

Esse sentimento do senso comum, contraditório, tem propiciado que parte das políticas oriundas do poder público, voltadas para populações em situação de rua, sejam da alçada da segurança pública. “Portanto, a criminalização de comportamentos (WACQUANT, 2001²⁵) e a repressão acabam justificando-se por higienização e segregação social” (COSTA, 2007, p. 5-6).

São muitos sujeitos, homens, mulheres, crianças e adolescentes, jovens adultos, sujeitos sociais em idade produtiva, idosos e pessoas com deficiência física e intelectual que se superam a cada dia, assumindo diversos personagens no cenário das cidades. Para Pereira (2008), é na cidade que convivem e inter cruzam-se diferentes e multifacetadas realidades. Segundo Escorel (2000, p. 147):

A população de rua distribui-se na geografia das cidades segundo possibilidades de obtenção de rendimentos e de resolução de suas necessidades básicas. Expõem o ponto de degradação que as condições de vida urbana atingem.

O conjunto dos sujeitos que compõe a população de rua é cada vez mais complexo, constitui múltiplas expressões sociais: o desemprego, o subemprego, a dependência química, a violência doméstica, a discriminação de gênero, de etnia, o não acesso à saúde, a educação, a habitação, entre tantas outras, o que nos coloca desafios profissionais cotidianos, bem como a necessidade de reafirmar um trabalho intersetorial entre as políticas públicas e articulado aos movimentos sociais que oferecem resistências e impulsionam a contra-hegemonia.

²⁵ WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

A população em situação de rua pode ser definida como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente (BRASIL, PNPR, 2008, p. 8).

Nas grandes cidades, é cada dia mais visível a população que mora nas ruas, ocupando principalmente a região central das metrópoles. Realizam atividades diárias como: guardadores de carro, catadores de material reciclável, panfleteiros, serventes de pedreiro, chapas (carga e descarga de caminhão), montagem e desmontagem de parques de diversão e circos, jardinagem, serviços domésticos, artesanato, entre outras.

Em Porto Alegre – RS, desde 2008, existe o Movimento Aquarela da População de Rua – MAPR, desencadeado a partir de assembleias e instâncias coletivas, realizadas pela equipe do serviço da CC e ASR, conjuntamente com os usuários. No encaminhamento coletivo de seus interesses estão articulados com o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR e compõem o Comitê Estadual de Educação e Direitos Humanos²⁶, coordenado pelo Ministério Público Estadual.

O processo de rualização é uma questão das cidades e compreende dimensões complexas a partir da exclusão das populações mais empobrecidas oriundas de uma sociedade dividida em classes. Portanto, devem estar no palco das discussões, planejamento, avaliações e implementações das políticas públicas, em consonância com a vida da cidade, às populações em situação de rua, atendidas em sua integralidade, enquanto sujeitos de direitos.

De acordo com Sposatti (citada por WANDERLEY, 1999, p. 20), referindo-se à exclusão social:

A desigualdade social, econômica e política, na sociedade brasileira, chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. [...] No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica.

Esse processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à violência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. [...] Essa situação de privação coletiva é que se está

²⁶ Este é um fórum de natureza consultiva e propositiva, vinculado ao Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH e ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH.

entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.

Portanto, a exclusão social está intrínseca na forma como se organiza a estrutura social. O seu enfrentamento deve problematizar as relações sociais que se estabelecem em todas as instâncias do aparato social, tanto nas relações microsociais como nas relações macrosociais.

A população adulta em situação de rua tem conquistado visibilidade no cenário brasileiro. Participou do Grupo de Trabalho Interministerial em 2006, coordenado pelo MDS, com a finalidade de apontar diretrizes e propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.

Conforme a *Pesquisa Nacional²⁷ sobre a População em Situação de Rua*, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, foram identificados 31.922 adultos em situação de rua. Acrescidos a este contingente, os números identificados em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, com suas pesquisas municipais, aproximaram-se a 50.000 pessoas compondo este segmento.

Em dezembro de 2009, foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, marco no reconhecimento dos direitos negados a esta parcela da população. No capítulo que segue é apresentado um panorama da proteção social brasileira a partir da Constituição de 1988.

²⁷ Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, compreendendo um total de 71 municípios brasileiros.

4 O CAMINHO DA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 À MATERIALIZAÇÃO DO SUAS

Ao longo da história societária, o modelo de produção capitalista produz novas formas de manter a alienação e a opressão à classe trabalhadora, onde grande parcela da população é cada vez mais excluída do acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, sendo a exclusão “sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa [...]” (MARTINS, 2008, p. 20). Este capítulo apresenta um breve histórico da conformação da proteção social no Brasil a partir da década de 1980 à materialização do SUAS.

4.1 AFIRMANDO DIREITOS: POLÍTICA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O custo decorrido do modelo de desenvolvimento econômico, político e social reflete o crítico quadro das desigualdades sociais na sociedade brasileira. Os problemas históricos, como concentração de renda, desemprego, baixos salários, latifúndios improdutivos, mão-de-obra pouco qualificada, alta taxa tributária aos trabalhadores, analfabetismo, entre outros, são problemas que não são enfrentados na sua gênese estrutural.

A história da sociedade brasileira é fortemente marcada pelo patrimonialismo e autoritarismo. A liberdade e a cidadania dos cidadãos estão atreladas diretamente à questão da propriedade e ao consumo, o que remete a uma democracia restrita que tem seu fundamento nos ideais neoliberais. As relações sociais são reguladas pelas leis do mercado, assim como as políticas sociais são pensadas na ótica da manutenção da estrutura social que mantém apropriação desigual das riquezas socialmente produzidas.

A estruturação da sociedade brasileira fundamenta-se na desigualdade social que preserva a propriedade privada e o poder de uma elite dominante sobre a maioria da população. A cidadania foi historicamente assentada no trabalho e na meritocracia.

O enfrentamento da questão social historicamente é realizado pelo Estado por meio de ações pontuais e políticas compensatórias que distensionam momentos de maior conflito e pressão social através da luta de classes. Também insurgem diversas formas e movimentos sociais de resistências em busca de alterar o rumo das relações sociais de exploração de uma classe sobre a outra.

“Sem dúvida, não se trata de um empreendimento fácil, pois temos uma larga tradição no Brasil de uma sociedade fundada numa verdadeira autocracia burguesa, que estratifica saberes, que sacraliza poderes [...]” (MARTINELLI, 1995, p. 145) e que repõe de forma fragmentada, focalizada e assistencialista os direitos sociais violados de uma grande parcela da classe trabalhadora. Direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, mas ainda não efetivados de fato, conforme os princípios da universalidade e equidade.

A relação capital x trabalho na organização das políticas sociais sempre foi balizadora na sua constituição. A proteção social, direito do cidadão e dever do Estado, se conforma no Brasil como um espaço contraditório, ao mesmo tempo em que abrange concessões, conquistas impulsionadas pela ação da classe trabalhadora e pelos movimentos sociais. Para Couto (2006, p. 161):

Em relação à consolidação dos direitos sociais no Brasil é possível afirmar que, no campo conceitual, a introdução da seguridade como sistema de proteção social, enfeixado pela previdência social, saúde e assistência social, é um marco no avanço do campo dos direitos sociais do Brasil. Pela primeira vez um texto constitucional é afirmativo no sentido de apontar a responsabilidade do Estado na cobertura das necessidades sociais da população e, na sua enunciação, reafirma que essa população tem acesso a esses direitos na condição de cidadão.

A Constituição brasileira de 1988, chamada de constituição cidadã, foi um marco legal na história da conquista dos direitos civis, políticos e sociais do país. Decorrente de um processo marcado por intensa mobilização popular e sindical, que exerceu amplo debate e pressão na luta por um Estado democrático e de direito.

Assegurou e instituiu a organização de um Estado promotor da proteção social aos cidadãos, aproximando-se a um Estado de bem-estar social, como prevê já no seu artigo 3º, em seus objetivos:

[...] construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de

todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

A concepção de um sistema de proteção integral aos cidadãos brasileiros, prevista nesta Constituição, marca os avanços conquistados no cenário de grandes embates entre os segmentos componentes da sociedade brasileira, tanto da classe trabalhadora como daqueles que detêm os meios de produção.

Foi um período de efervescência social e popular repleto de tensionamentos e conquistas de bases legais, alicerces de uma sociedade democrática. Como assinala Acanda (2006, p. 165), sobre o pensamento gramsciano, “a história é vista como a arena da atividade consciente, da vontade prática, da intervenção subjetiva e da iniciativa política”.

As políticas sociais alicerçadas nos princípios da universalidade, equidade, participação e descentralização da gestão calcaram avanços no campo dos direitos sociais em nosso país. A seguridade social passa a ser compreendida pelas políticas de saúde, assistência social e previdência, de forma integrada e descentralizada, conforme o artigo 194 da Constituição Federal de 1988.

O direito do cidadão à proteção social é, portanto, consolidado enquanto política pública de Estado. Supera-se, desta forma, a visão filantrópica e clientelista da assistência social, regulamentada em 07 de dezembro de 1993 pela LOAS. Nos termos da lei, se obtém a superação do assistencialismo, mas é grande o caminho a percorrer para sua materialização na vida social dos cidadãos brasileiros. Os direitos sociais se instituem a partir do novo modelo de proteção social e são ampliados a todos, sem a necessidade de contribuição anterior. Para Silva (2009, p. 174):

As políticas sociais teriam, pois, a função de materializar os direitos sociais, possibilitando uma redistribuição maior da riqueza socialmente produzida. Porém, não são capazes de acabar com as desigualdades sociais nem tampouco de eliminar a estrutura de classes sociais. [...] quando reconhecidas legalmente e implementadas como direitos, numa perspectiva universalizante, possibilitam avançar na direção da igualdade de condições.

É no âmbito das políticas sociais públicas que interesses antagônicos se expressam, por ser um espaço contraditório permeado por forças sociais de diversos setores da sociedade. Neste contexto, se faz necessário atenção na condução e implementação das políticas públicas, pois assegurar direitos requer

efetivação dessas políticas, no âmbito do Estado, onde, mais do que um ato burocrático e administrativo, deve ser compreendido como compromisso ético no combate às desigualdades sociais e na satisfação de necessidades humanas.

Tais necessidades compreendem o conjunto daquilo que é elementar à dignidade de todo cidadão de forma articulada, pois “[...] não há vida saudável e autônoma se os indivíduos não forem atendidos nas suas necessidades básicas” (PEREIRA, 2008, p. 87). Necessidades assumidas enquanto direitos sociais, interrelacionados numa visão integral do sujeito coletivo e, portanto, de responsabilidade do Estado, através da implementação das políticas públicas.

Assim, o planejamento de programas, projetos e políticas sociais públicas devem compor um amplo processo participativo, político, democrático e transversal a todas as políticas, que contemplam uma dada realidade a partir do seu diagnóstico. O monitoramento e a avaliação das políticas sociais públicas devem acompanhar todo o processo de forma transparente no exercício do controle social amplo e democrático.

A intersetorialidade necessária integra uma ação responsável articulada do conjunto das políticas sociais públicas que interagem em todos os níveis de sua implementação e deve estar a serviço de todo cidadão na efetivação do desenvolvimento humano.

O financiamento público adequado é parte elementar para concretização e efetivação de políticas públicas sociais, tornando-se certamente mais eficazes se desenvolvidas de forma transversal, onde a política de assistência social deve atuar como uma mola propulsora à articulação e efetivação do conjunto dessas políticas.

Este cenário brasileiro certamente constituiu um grande avanço na garantia da efetivação de políticas públicas e sem dúvida em relação à assistência social, consolidando-a como direito do cidadão e de dever do Estado, no campo da seguridade social.

A Política Nacional de Assistência Social expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do sistema de Proteção Social brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Configura-se como uma política de defesa dos Direitos Humanos no campo da proteção social, com ações preventivas a vulnerabilidades sociais e a situações de risco pessoal e social.

A PNAS compreende, enquanto funções: a inserção, prevenção a situações que indicam risco potencial, a promoção e a proteção social, sendo que a assistência social não é universal e sim a quem dela necessitar, remetendo-se à questão social da pobreza (BRASIL, 2004).

A prevenção ao risco prevista na política social muitas vezes assume caráter individual e particular no atendimento aos cidadãos, sendo focalizados no indivíduo os motivos por sua condição. Como bem menciona Scheinvar (2007, p. 68-69), sobre o conceito de risco utilizado nas políticas de proteção social:

Ao ser empregado nas legislações, programas e ações, o termo "risco" tem sido associado ao imperativo da proteção, apontando uma condição de falta, carência, perigo, conflito e tensão em quem há de se proteger. [...] O risco tornou-se uma categoria analítica fundamental na prática social, que opera na individualização.

A política de assistência social certamente trouxe avanços no que se refere à garantia de direitos, mas se na sua materialização não articular a prática social reflexiva para além dos microespaços, numa abordagem crítica, pondo em cheque a sociedade de classes, ela potencializará a lógica do controle e da reprodução do capital.

A materialização da LOAS constitui-se pelo SUAS, que organiza e regula as ações socioassistenciais no território brasileiro. Ele constitui-se em um "sistema amplo e complexo que estabelece, com base na PNAS, instruções relativas à concepção da política; conformação da rede; critérios para avaliação e monitoramento e para o financiamento integrado da política pelas três instâncias de governo" (REIS; PRATES; MENDES, 1995, p. 41).

É importante lembrar que a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e o I Encontro Nacional sobre a população em situação de rua (2005) já incluíram na pauta, em âmbito nacional, este segmento populacional, desencadeando discussões de estratégias coletivas para a formulação de políticas nacionalmente articuladas com a participação do MNPR.

A população adulta em situação de rua constituiu um processo coletivo a partir do enfrentamento cotidiano de discriminação e preconceito por parte do poder público e da sociedade em geral. Segundo a história de organização relatada pelo movimento, "a base dessas manifestações e reivindicações se deu, principalmente, em torno da violência e preconceito sofridos pela população de

rua, da ausência de políticas públicas de atendimento eficazes e capazes de saídas autônomas da situação de rua” (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2005).

O marco para esta organização foi o massacre ocorrido em 2004, na Praça da Sé, em São Paulo, quando sete moradores de rua foram mortos barbaramente, assim como outras mortes em episódios semelhantes ocorridas em diversas regiões do País.

O limite da barbárie vivenciada por este contingente da população brasileira fez surgir a resistência e o movimento pela organização coletiva dos sujeitos que fazem da rua seu espaço de moradia e sobrevivência. Culminou na organização do MNPR, lançado publicamente no 4º Festival do Lixo e Cidadania, realizado em setembro de 2005, em Belo Horizonte.

A aproximação com o conjunto dos catadores de materiais recicláveis, cuja organização social se materializa através do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, possibilitou o encaminhamento de reivindicações muito semelhantes, já que o concreto vivido por estes sujeitos está conectado por inúmeros processos sociais. O sujeito em situação de rua muitas vezes tem como atividade laboral a catação, assim como parte dos catadores de material reciclável compõe o conjunto da população em situação de rua.

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2005).

O acirramento nas condições da existência humana imprime a tomada de decisões no enfrentamento da realidade concreta. É possível perceber este movimento na construção política e social do segmento da população de rua, sujeitos que se deparam e expressam no cotidiano social as desigualdades sociais que atravessam séculos e condicionam à situação de miséria uma parcela significativa da espécie humana. O pior e mais cruel é que esta relação é traçada por seres da mesma espécie, mas que ocupam posições diferentes na apropriação das riquezas produzidas socialmente nas sociedades capitalistas.

A questão da população adulta em situação de rua passa a ter visibilidade não apenas pela sua vulnerabilidade social, mas também pela sua potencialidade. Encontros municipais, regionais e nacionais são realizados em várias cidades já há mais de uma década pela população de rua, o que contribuiu para tomar parte no aparato legal do País, na conquista de seus direitos.

Em 2005, o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, realizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS²⁸, proporcionou o encontro de Organizações Não Governamentais – ONGs, representantes do governo, nas suas três esferas, fóruns e entidades representativas da população em situação de rua e técnicos sociais, no intuito de definir estratégias e diretrizes para a construção de políticas que incluam como seus destinatários a população em situação de rua.

Conforme o Movimento Nacional da População de Rua (2005):

Com o objetivo de dar visibilidade à sociedade dessas condições sociais e de avançar nas conquistas fundamentais de seus direitos foram se consolidando parcerias em algumas cidades, como em Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo. Essas se traduziram em encontros; fóruns de discussões e de debates; manifestações em Dias de Luta e da presença de pessoas em situação de rua; nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento, e, no período mais recente (2008), no Conselho Nacional de Assistência Social, que, pela primeira vez, elegeu um representante da população em situação de rua, dentre outros espaços.

A população adulta em situação de rua tem articulado em vários estados brasileiros alguma forma de organização coletiva. Em Porto Alegre, o Movimento Aquarela é um coletivo que foi instigado a partir das assembleias realizadas com a população atendida. Este Movimento está articulado ao Movimento Nacional da População de Rua.

No próximo item, será abordado um breve histórico da assistência social em Porto Alegre, política gestora do Serviço de Atendimento Social de Rua, objeto de análise desta pesquisa.

²⁸ Vinculada ao MDS.

4.2 A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM PORTO ALEGRE

Em Porto Alegre, existe uma rede de serviços socioassistenciais constituída desde 1993; a partir da aprovação da LOAS, em 07 de dezembro do mesmo ano, fica definido que a Fundação de Educação Social e Comunitária – FESC será o órgão gestor da Política de Assistência Social na cidade, instituída pela Lei nº 7.414, de 18 de abril de 1994. Conforme o plano 95/96 da FESC, uma das estratégias era a implantação do Sistema Municipal de Assistência Social mediante ações conjuntas dos serviços públicos e privados, visando à rede de amparo, proteção e promoção da criança, adolescente e população adulta (FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, 1995).

Neste contexto, após a Primeira Conferência Municipal de Assistência Social, ocorre gradativamente a implementação de uma rede de serviços para o atendimento à população adulta e famílias em situação de rua. A pesquisa realizada em 1994/95 subsidiou a implantação de serviços naquele momento histórico.

Anteriormente, a cidade dispunha apenas de assistência pontual nos meses de inverno: os albergues e a ronda social que circulava pelos espaços públicos da cidade resgatando as pessoas que ali estivessem, encaminhando-as para dormir no albergue noturno, vinculado ao governo estadual, em uma ação meramente pontual e focalizada.

Com o governo de administração popular por quatro gestões (1989-2004), no município de Porto Alegre, assegura-se o papel do Estado na condução de políticas sociais, estabelecendo ações com primazia ao combate à pobreza absoluta e à exclusão social, na garantia de direitos e inclusão da população em situação de vulnerabilidade social. Conforme o Plano Municipal de Assistência Social (FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, 2001), a luta pela universalidade e a equidade no acesso aos bens e serviços públicos constitui-se questão basilar da política municipal.

Compreendidos no conjunto do público prioritário, para as ações do governo municipal em suas políticas públicas, estão as crianças, adolescentes, jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, população em situação de rua e miséria absoluta e os grupos sociais culturalmente discriminados.

O atendimento à população em situação de rua está compreendido na rede de Proteção Especial, juntamente com o atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em decorrência do abandono, de maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004).

Na segunda metade da década de 1990, a rede de serviços à população adulta e famílias em Porto Alegre se estrutura, inclusive com a participação dos usuários na metodologia de atendimento. Em 1995, a cidade contava com dois abrigos e um espaço junto ao Abrigo Marlene, denominado Casa de Convivência.

Esta pesquisa, intitulada *Realidade do Morador de Rua de Porto Alegre nos anos de 1994/95*, foi realizada com a população adulta, sendo a primeira pesquisa em Porto Alegre com este segmento social. Foi uma parceria entre a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/FSS e a Prefeitura, por meio da então FESC, trazendo a realidade do morador de rua, em Porto Alegre; este estudo apontou a existência de 222 pessoas em situação de rua, maiores de 14 anos (REIS; PRATES; MENDES, 1995).

Nesse período, já era observada a presença de sujeitos ocupando os espaços públicos de Porto Alegre como espaço de moradia ou sobrevivência, o que passa a causar acirramentos sociais com a permanência de adultos e famílias nas ruas centrais da cidade. Iniciam-se, assim, as solicitações de transeuntes ao poder público pela remoção das pessoas que ocupavam as calçadas e logradouros públicos como forma de moradia. Diante desse contexto, passam a se realizar intervenções esporádicas e pontuais por técnicos sociais da região centro, a fim de verificar/avaliar e dar encaminhamentos rápidos para saída do espaço das ruas.

Em 1995, ocorreu o I Encontro de Moradores de Rua, na entidade Ramiro D'Ávila, conhecido como "Sopa do Pobre", onde ocorreu a devolução dos dados da pesquisa aos usuários. Foi nesse encontro que se constituiu a Comissão de Rua formada por usuários da rede de serviços existentes naquele período.

A comissão participou da discussão e planejamento do Abrigo Marlene e Casa de Convivência. Naquele contexto, alguns encontros aconteceram, o que possibilitou aos usuários apontar aspectos metodológicos de ingresso e

convivência para o referido abrigo. Cabe destacar que naquele momento vivido já se iniciava um trabalho articulado aos interesses e participação dos usuários da Assistência Social.

A abordagem de rua inicia-se, nesse momento, com uma assistente social, em cargo de confiança do governo, para atender às demandas das ruas e cumprir, juntamente com outras secretarias, a Ordem de Serviço nº 10²⁹, que previa a fiscalização em viadutos, pontes e logradouros públicos. Nesse período, observava-se o aumento gradativo da população em situação de rua ocupando as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

Na perspectiva da Política de Assistência Social, não era mais possível atender a esta parcela da população de forma pontual e com caráter higienista. Com a inserção, enquanto Assistente Social, no serviço de ASR em 1996, passou-se a aproximação com a população adulta em situação de rua, com o contexto da cidade e a Política Social, onde se procurou apreender esta realidade a fim de qualificá-la.

Em 1997, inicia o Serviço de ASR ligado à coordenação da Rede de Proteção Especializada da então FESC. Uma equipe própria, com recursos materiais e humanos próprios, é constituída para realizar, no espaço da rua, a sua intervenção com sujeitos que fazem deste seu local de moradia e sobrevivência.

No período de 1999/2001, a pesquisa *Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua Adultos*, realizada junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre População de Rua – NESPRua, verificou 207 pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre.

A FASC, desde 2005, passa a ter que se reordenar diante do processo de implantação do SUAS, o que significa

[...] alterar a forma de articulação das ações em segmentos, privilegiando a universalização da proteção social em prejuízo da setorialização e da autonomização nos processos de trabalho. Implica, também, em mudanças na cultura e nos valores da rede socioassistencial, das organizações gestoras das políticas sociais e das instâncias de participação. Torna-se necessário constituir uma forma organizacional mais dinâmica, articulando as diversas instituições envolvidas (BRASIL, 2005).

²⁹ Ordem de Serviço nº 10, de 16 de abril de 1996 – Determina a responsabilidade da FESC em realizar o monitoramento, abordagem, encaminhamento social e assistencial das pessoas que ocupam os equipamentos e obras de arte do perímetro central da cidade e adjacências. Deve ser uma ação cotidiana e permanente, especialmente em nove pontos da cidade (FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA, 1996).

A trajetória institucional da FASC retrata um processo intenso de disputa política, e a cada quatro anos, com novos atores no exercício da gestão, percebe-se uma orientação diferente de acordo com a concepção política do grupo que assume na sua administração. O SUAS é, desta forma, implantado lentamente pela FASC, pois as correlações de forças e as disputas de poder presentes, tanto internamente como em nível de governo municipal, são atravancadoras do processo.

O sistema descentralizado e participativo SUAS materializa o conteúdo presente na LOAS e organiza a execução da Política Nacional de Assistência Social – PNAS no território brasileiro. Em Porto Alegre, desde 1996, é realizada a abordagem de rua a pessoas adultas e famílias. O percurso foi desafiador e complexo diante do inédito que se propunha na cidade, ou seja, iniciar o processo de abordagem social no espaço da rua, configurando um serviço da política municipal de assistência social.

A retração de Estado no desenvolvimento das políticas públicas é um fator de entrave, já que o sistema prevê um número mínimo de recursos humanos para a execução dos serviços socioassistenciais. Na realidade, há um déficit de trabalhadores, sendo que a maior parte dos serviços é executada através da rede conveniada, o que acarreta a precarização do trabalho e, em consequência, a diminuição de metas de atendimento. “Esse processo de terceirização no âmbito do setor público refletiu-se tanto na qualidade dos serviços prestados quanto no processo de organização e luta dos servidores públicos” (SILVA, 2009. p. 89).

Este processo sobrecarrega o conjunto dos trabalhadores, que têm que dar conta de várias funções e programas num território imenso e com diversas demandas a partir das vulnerabilidades e riscos sociais que compõem a vida social de grande parte da classe trabalhadora.

Segundo a PNAS (BRASIL, 2004, p. 33), entende-se por situação de vulnerabilidade e riscos:

[...] sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

No atendimento à população adulta e famílias em situação de rua não é diferente; ao contrário, há alguns anos esta rede que integra os serviços especializados de alta proteção sofre o desmantelamento das equipes de trabalho, assim como a precarização nas suas estruturas físicas e materiais. Este processo pode ser visualizado através do Gráfico nº 1, apresentado na p. 86 do presente trabalho, por meio do qual se verifica o desmonte da equipe do Serviço de Atendimento Social de Rua, diante do aumento deste segmento nas metrópoles e da complexidade das demandas na realidade concreta da população em situação de rua.

A FASC participou, em 2007/2008, de uma nova pesquisa, intitulada *Cadastro e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS*³⁰ com a população em situação de rua, junto com a UFRGS, com o Laboratório de Observação Social – LABORS. Nesta, foram contados 1.203 adultos em situação de rua. Este estudo trouxe o perfil desta população, sendo que, do total cadastrado, 81,8% são do sexo masculino e 18,2% são do sexo feminino. A maioria está entre 25 e 44 anos e 78% sabem ler e escrever.

No que se refere à origem, 52% nasceu em Porto Alegre ou na região metropolitana, em torno de 35% migrou de outras cidades para Porto Alegre e 28% sempre moraram na cidade. Dos cadastrados, 54,7% declararam ter perdido o contato com a família e 81% disseram ter uma profissão. As atividades predominantes são: 22,9% catação de materiais recicláveis, 12,3% atividades vinculadas ao cuidado ou lavagem de carros. A mendicância é praticada por apenas 15% dos mesmos. A maioria desta população costuma circular pelo centro (23%), nos bairros Floresta (15,9%), Menino Deus (11,7%) e Cidade Baixa (9,2%). O desemprego é apontado por uma a cada quatro pessoas para não exercer o ofício aprendido.

O Serviço de Atendimento Social de Rua, até 2010, compunha a rede especializada da FASC, constituída por programas e serviços de atenção à

³⁰ FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadastro e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**: estudo quanti-qualitativo, relatório final. Porto Alegre: UFRGS/FASC, 2007/2008. Disponível em:

<<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/CADASTRO%20DE%20CRIAN%C3%87AS,%20ADOLESCENTES%20E%20ADULTOS%20EM%20SITUA%C3%87%C3%83O%20DE%20RUA%20E%20ESTUDO%20DO%20MUNDO%20DA%20POPULA%C3%87%C3%83O%20ADULTA%20EM%20SITUA%C3%87%C3%83O%20DE%20RUA%20DE%20PORTO%20ALEGRERS.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

população adulta. Os demais serviços integrantes desta rede eram: dois abrigos próprios, sendo que o Abrigo Municipal Marlene inclui abrigagem de famílias, um albergue municipal e a Casa de Convivência, que é atendida pela mesma equipe do ASR. A rede conveniada é composta pelo Serviço de Hospedagem, a Casa de Convivência Ilê Mulher, a Casa Lilás, o Albergue Felipe Diehl e o Albergue Dias da Cruz.

O processo em andamento de implantação do SUAS inicia um reordenamento institucional gradativo, já que a implementação dos serviços é dada com uma falta considerável de recursos humanos, bem como recursos materiais e físicos. Conforme previsto pela PNAS, a abordagem social de rua integra o conjunto de programas e serviços desenvolvidos pelos CREAS. A Casa de Convivência, assim como os CREAS, compõem a Proteção Social Especializada de Assistência Social de Média Complexidade.

A cidade de Porto Alegre, desde 1997 até o mês de março de 2011, contou com apenas uma equipe de trabalho do Serviço de Atendimento Social de Rua, em toda sua extensão territorial, para realizar a abordagem social de rua, no atendimento direto a indivíduos, a núcleos familiares e grupos que fazem da rua seu espaço de sobrevivência e/ou moradia.

As condições estruturais, técnicas e políticas do trabalho social são essenciais para que ele possa acontecer, garantindo “um fazer” ético e comprometido com sujeitos usuários na perspectiva da proteção social e viabilização dos direitos sociais. Assim, faz-se fundamental desvendar e aprofundar a análise da práxis desenvolvida na trajetória do atendimento à população adulta e famílias em situação de rua, na cidade de Porto Alegre.

A estrutura da política de Assistência Social preconizada pelo SUAS compreende a rede de Proteção Básica e a Rede de Proteção Especial de média e alta complexidade. O serviço conhecido como Atendimento Social de Rua, que era responsável pela abordagem a famílias e sujeitos em situação de rua, passa a se reconfigurar junto aos territórios nos CREAS como abordagem social de rua. Atualmente Porto Alegre conta com 09 CREAS.

A reestruturação deste serviço, de forma descentralizada e territorializada, certamente contribuirá para sua qualificação, pois, como vem sendo realizada, com insuficiência de condições de trabalho, seja de ordem estrutural, seja de

recursos humanos e materiais e sem a devida priorização institucional, está fadada ao atendimento de algumas demandas pontuais.

A pesquisa realizada em 2007/2008 retrata o contexto social de Porto Alegre e permite pensar a descentralização da abordagem de rua nos seus territórios em consonância com o Sistema Único de Assistência Social. A realidade da cidade apreendida pelo processo de abordagem de rua construído ao longo de 13 anos, pelo Serviço de Atendimento Social de Rua, também é fonte histórica institucional para reestruturar a abordagem social a esta população.

As demandas sociais que compreendem os espaços sócio-ocupacionais do assistente social carregam, implícita ou explicitamente, as expressões da questão social, objeto da intervenção profissional. O processo de mediação possibilita desvendá-las e desocultá-las por meio de uma relação dialética interventiva com os atores sociais e articulá-las a todas as formas de resistências contra-hegemônicas do amplo conjunto da classe trabalhadora.

Os processos desencadeados na trajetória do ASR buscaram alicerçar sua intervenção a partir dos preceitos de cidadania previstos nas legislações brasileiras que embasam as políticas públicas e que orientam a estruturação dos serviços públicos no âmbito da assistência social.

Pode-se observar que se ampliou significativamente o contingente das pessoas e famílias em situação de rua vivendo nas cidades. No Brasil, foi realizado o primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral da População em Situação de Rua, realizado no período de agosto de 2007 a março de 2009, pelo MDS, em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Este estudo identificou 31.922 pessoas adultas em situação de rua, nos 71 municípios pesquisados, sendo 48 cidades com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais.

Tais estudos retratam que, a partir do século XXI, o contingente da população em situação de rua é na sua maioria urbana, ou seja, são pessoas oriundas dos próprios centros urbanos.

A drástica redução de postos de trabalho na indústria, o agravamento do desemprego e do trabalho precário, principalmente nas regiões metropolitanas, a partir da década de 1990, refletiram nas pesquisas realizadas no período entre 2000 e 2005, indicando maior participação da população urbana no fenômeno (SILVA, 2009, p. 264).

No estudo realizado por Silva, intitulado “Trabalho e População de Rua no Brasil”, é apresentada a relação intrínseca entre as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no País, considerando o período entre 1995 e 2005. Conforme esta autora:

O estudo sugeriu fortemente que o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social (SILVA, 2009, p. 27).

É no conjunto das expressões da questão social que compreende a realidade vivenciada pela população adulta e famílias em situação de rua, mais especificamente na cidade de Porto Alegre, que se constrói a intervenção junto ao Serviço de Atendimento Social de Rua da FASC, que por meio de abordagens a sujeitos solitários, núcleos familiares ou de forma grupal foi constituído ao longo de quatorze anos, foco dessa investigação.

No item a seguir, será apresentado o processo de Abordagem Social de Rua, diante da Resolução nº 109/2009, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

4.3 A INTERVENÇÃO NO “OLHO DA RUA”: ABORDAGEM SOCIAL DE RUA DESCENTRALIZADA PELO SUAS

O Serviço Especializado em Abordagem Social, conforme a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009, p. 20), é o serviço ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Em relação aos usuários, devem

ser: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos(as) e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.³¹

Os objetivos são:

- Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e à benefícios assistenciais;
- Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
- Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias;
- Promover ações para a reinserção familiar e comunitária (BRASIL, 2009).

Diante desses objetivos, é possível observar que a abordagem social de rua, iniciada ainda na segunda metade da década 1990, em Porto Alegre, também apresentava preocupações semelhantes ao proposto na atualidade.

O atendimento social a pessoas adultas e famílias em situação de rua é praticamente recente se comparado a outros serviços da Assistência Social no atendimento a este segmento da população nas cidades.

Ao longo de sua trajetória desenvolvida na cidade, foi-se construindo a vinculação com a população adulta em situação de rua, tendo como princípios as dimensões éticas humanas e profissionais. De acordo com Barroco (2008), cada uma dessas dimensões, articuladas entre si, implica uma intenção profissional dirigida a uma determinada direção ético-política e uma prática comprometida com a objetivação da intencionalidade.

A organização do trabalho era feita por uma equipe multidisciplinar dividida em subequipes, conforme cronograma semanal. Em 2010, a equipe estava composta por um assistente social, um psicólogo, uma terapeuta

³¹ Em relação aos serviços socioassistenciais, estão também as Aquisições dos Usuários: Trabalho Social Essencial ao Serviço: proteção social pró-ativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; geoprocessamento e georreferenciamento de informações; elaboração de relatórios. Segurança de Acolhida: Ser acolhido nos serviços em condições de dignidade; ter reparados ou minimizados os danos por vivências de violência e abusos; ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas. Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social: ter assegurado o convívio familiar, comunitário e/ou social; ter acesso a serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais, conforme necessidades.

ocupacional, uma técnica de enfermagem e cinco educadores sociais, duas estagiárias de Serviço Social e uma estagiária de Psicologia, para realizar o atendimento social de rua, sendo que a terapeuta ocupacional estava ocupando o cargo de gerência do serviço, ficando impossibilitada de realizar abordagem de rua, pelo acúmulo de funções.

O serviço recebia diariamente solicitações telefônicas, pedidos via protocolo central da cidade em geral e da Rede Própria de serviços, para atendimento à população em situação de rua em toda extensão da cidade. O contato telefônico com as pessoas solicitantes da abordagem também era visto como parte do processo de trabalho, no sentido de problematizar a situação relatada em consonância com a questão social de nossa realidade concreta.

Diante da grande demanda, a equipe do ASR instituiu alguns critérios avaliativos para realizar os atendimentos. Como expressa o trabalhador Pop Cometa, técnico do ASR:

Para nós, alguns critérios importantes, como: se era uma questão de família na rua, se era idoso, em que condição estava, de como é que vinha esse pedido, se vinha via telefone, se vinha dos próprios usuários, qual era a legitimidade desse pedido. Quando vinha a ligação telefônica, inclusive esse era um trabalho: o de problematizar desde o lugar de quem liga e desde a sua referência, o que está representado ali naquele pedido. Se é simplesmente tirar "porque eu pago imposto", isso não é uma verdade, porque a população de rua paga muito imposto.

A questão da cidadania em nossa sociedade está impregnada da herança patrimonialista e privatista, o que fica evidenciado nesta fala, quando cidadão é aquele que tem uma propriedade e um emprego, portanto merecedor de direitos.

As subequipes se distribuíam, durante quatro turnos do período da tarde, para realizarem as abordagens de rua. Contavam com um veículo tipo Kombi, um aparelho celular, blocos para registros, luvas e máscaras descartáveis (caso tivessem que remover usuários até outros serviços de saúde, por estarem com prioridade em atendimento clínico ou em saúde mental).

No geral, os atendimentos eram realizados por duplas, sendo que em abordagens grupais se previa três membros da equipe. O processo de atendimento social de rua parte do reconhecimento do morador de rua como sujeito de direitos, em processo histórico. A ação era pautada no processo de acolhimento (FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, 2001).

A primeira abordagem, ou seja, a aproximação com o sujeito, a família, ou ao grupo de pessoas em situação de rua, deve considerar alguns fatores passíveis de interferências na abordagem e/ou no decorrer do atendimento: o território que ocupam, pois é neste espaço do vivido que se produzem e reproduzem as relações sociais, o que, para Milton Santos (2005), é um objeto dinâmico de interrelações. O território engloba as características físicas de uma dada área, bem como as marcas e relações produzidas pelo homem.

A composição das pessoas (adultos/jovens/crianças/idosos) que ocupam este dado território, suas atividades para obtenção de renda, a rede de serviços públicos existentes que podem ser articulados, o ruído e movimentação do trânsito local, o uso de substâncias psicoativas no momento ou durante a abordagem, a presença de cães, de transeuntes, entre outros, são constitutivos do processo de trabalho na abordagem de rua.

A questão da segurança para a realização do atendimento é um fator imprescindível, assim como a observação é uma das ferramentas elementares para qualificar a compreensão do contexto apresentado.

Na maioria das vezes, era importante dar continuidade ao atendimento iniciado na primeira abordagem, pois, enquanto representantes do poder público, muitas vezes se imprime medo, insegurança, hostilidade e tensão, já que sofrem muitas abordagens hostis e arbitrárias de representantes da força policial e dos serviços de fiscalização do governo municipal, com caráter de remoção.

O trabalho desenvolvido através de diferentes níveis de abordagens e acompanhamentos (individuais e grupais), além de providências e encaminhamentos, utilizando estratégias metodológicas: entrevistas, avaliações, visitas domiciliares, reuniões, dinâmicas coletivas, entre outras. Sobre o trabalho grupal, o trabalhador refere:

A característica maior era o trabalho na rua, seja em recorte grupal, seja ele individual. A característica principal era que esse grupo ocupava alguns lugares da cidade que muitos chamavam de mocó. Que eram habitações precárias, relação com a cidade precária, muito em função de uma lógica de passagem [...]. A gente fez esse grupo por oito meses e esse espaço se desconstituiu dentro do espaço da rua, daquele espaço ali, por uma opção dessas pessoas que estava ali (Trabalhador Pop Cometa).

Segundo o depoimento do entrevistado Pop Cometa, esse grupo só aconteceu “depois de uma suspensão que a gente fez, porque esse grupo tinha

uma demanda” de permanecer no último local onde foram abordados, por já terem sido expulsos de vários outros locais da cidade.

Nos grupos, os encontros tinham em média 90 minutos de duração e aconteciam no próprio espaço onde o grupo se encontrava. As regras eram combinadas com os grupos, tais como: dia, horário, o não uso de álcool e outras drogas psicoativas durante a atividade. Parcerias são estabelecidas com outros serviços, diante das demandas trazidas pelo grupo.

A metodologia utilizada nos acompanhamentos grupais compreendia: a aproximação inicial para as combinações daquela atividade e a possibilidade dela acontecer com o aceite daqueles que estavam compondo o grupo naquele dia. Em seguida, eram organizados os times para a atividade inicial do futebol. O tempo do jogo era em torno de 20 a 30 minutos. Após o jogo, sentávamos em círculo para realizar a reflexão coletiva, tanto do jogo como o que o grupo elencava como pauta de discussão. No desenvolvimento do processo grupal no espaço da rua, acompanhamos aproximadamente cinco grupos, constituídos em territórios diferentes na cidade. Estes, caracterizados como grupos abertos, onde em cada encontro é possível a novos membros participarem. A atividade do futebol foi utilizada como um dispositivo para o trabalho grupal no espaço da rua.

O trabalho em grupo possibilita a reflexão do vivido, com os múltiplos olhares, onde se descortinam expressões subjetivas dos sujeitos que participam, a partir do enquadre estabelecido com o mesmo, através de uma relação de confiança e compromisso ético-político desencadeada no processo grupal. Com o desmonte da equipe, no processo gradativo de precarização do trabalho, foi sendo inviabilizada a intervenção grupal. Também contribuíram para este desmonte ações ostensivas da força policial e do poder público, como a guarda municipal, ou mesmo ações paralelas por um grupo formado por agentes públicos exercendo cargos comissionados para, entre outras funções, realizar as remoções de pessoas em situação de rua, no espaço urbano.

Estes foram alguns dos condicionantes causadores de entraves para a realização do acompanhamento grupal no espaço da rua. Diante desta tamanha contradição, quando a meta institucional é a implantação do SUAS.

Nessa trajetória, nos aproximamos de muitos sujeitos que permanecem sozinhos ou em grupos, nas calçadas largas ou estreitas da cidade, nos mais

diversos mocós³² embaixo de “abas”, sob e sobre pontes e viadutos, em terrenos baldios, praças, parques de esporte e lazer, em carros abandonados na via pública, em barracas improvisadas de lona plástica ou amontoado de tapumes, dentro de canos, de caixas de água, em carrinhos de papeleiros, nas escadas da catedral, dentro de bueiro, sob árvores ou mesmo no alto delas, em vagão de trem sucateado, em casas e prédios abandonados, embaixo de monumentos, boiando junto à escada do Cais do Porto, sob amontoados de entulhos, em verdadeiros túneis junto à linha do Trensurb, em terminais ou em abrigos de ônibus, em matagais distantes do centro, no túnel da Rodoviária, entre tantos outros. A partir das entrevistas realizadas com usuários do ASR, neste estudo, pode-se exemplificar o cotidiano de quem mora na rua, na expressão de Dona Rueira: “Ficar na rua é não ter paradeiro. Tu ficas assim, nas praças, e os brigadianos chegam dando em ti, te correndo. Fora que tu perdes as tuas roupas e teus documentos” (Dona Rueira).

Os preconceitos e estigmas enfrentados por estes sujeitos que fazem do espaço da rua moradia e/ou sobrevivência são muitos, assim como aqueles que com eles trabalham, seja pela própria instituição pública, seja pela sociedade que solicita o serviço. Este, muitas vezes tido como aquele que deveria tirar, ou recolher aqueles sujeitos do espaço público, numa visão higienista³³, moralista e assistencialista.

No próximo capítulo, serão apresentadas as análises realizadas de forma articulada às categorias empíricas encontradas nas expressões dos sujeitos da pesquisa.

³² Espécie de esconderijo ou local resguardado onde se abrigam moradores de rua. Podem localizar-se tanto em prédios abandonados, como sob viadutos, em terrenos baldios etc. (PRATES; REIS; ABREU, 2000, p. 151).

³³ Movimento de higiene mental cuja literatura especializada em português indica antecedentes no higienismo associado à medicina social do século XIX, mas tem suas raízes mais especificamente psiquiátricas nos meados do século XIX, na França. O que se busca é uma “moralização das massas, dessas classes declinantes que mal entreveem o movimento ascendente das classes superiores [...] plano de investigação e vigilância da higiene física e moral das populações miseráveis da área, no sentido de constituir uma clara estratégia de hiperpsicologização e individualização normatizadora e moralizadora da força de trabalho e da população em geral, como estratégia de Estado, das elites empresariais, da igreja católica e da corporação médica” (VASCONCELOS, 2000, p. 185).

5 ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL PELOS SUJEITOS DA PESQUISA

Na realização da análise, foi possível desocultar e perceber os processos contraditórios presentes nas relações sociais a partir das contribuições dos sujeitos entrevistados. Analisar os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas, articulando-os às categorias teóricas elencadas e às categorias empíricas, permite tecer algumas considerações e inferências resultantes do estudo sobre o tema da abordagem social de rua. É o que se pretende neste capítulo

Os itens deste capítulo retratam o contraditório intrínseco nas categorias: questão social, desigualdade social e resistência, precarização do trabalho, trabalho em equipe, abordagem social de rua, intersectorialidade, população em situação de rua e política pública.

5.1 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: DESIGUALDADE E RESISTÊNCIA

“A problematização é a grande potência que a gente tem para pensar em que cidade a gente está falando”. O relato do trabalhador Pop Lua exprime as mudanças que ocorrem no contexto social diante das mudanças econômicas, políticas e sociais no final do segundo milênio.

Bem, quando eu entrei as demandas vindas dos usuários eram um pouco diferenciadas do que são hoje em dia. A rede também era um pouco diferente. Eu vejo que os usuários eram em número bem inferior ao que se tem hoje. A população adulta em situação de rua e a própria pesquisa aponta isso: quando eu entrei a gente trabalhava baseados em cima da pesquisa que dizia que viviam 222 moradores em situação de rua. Hoje a pesquisa aponta 1.203 – pesquisa de 2008. E a gente sabe que é um número ainda elevado: é mais que 1.203; até pelo número dos nossos prontuários.

A questão social que se expressa no cotidiano das relações sociais contraditórias, a partir da relação capital x trabalho, perfaz uma constante tensão entre as forças antagônicas que disputam a hegemonia social.

A população em situação de rua expõe na realidade social contemporânea cenas que demarcam o quanto a desigualdade social existe,

persiste e se reproduz em todas as instâncias da vida material, o que pode ser presenciado desde as relações mais simples da vida cotidiana, nos microespaços das relações sociais. No relato do trabalhador abaixo, é possível perceber sua compreensão a respeito da desigualdade social e que é neste contexto que se realiza a abordagem social de rua. Ele fala:

[...] Existe uma questão que é: a grande desigualdade social, talvez não necessariamente que produza uma vulnerabilidade, mas a essência é que alguns têm e outros não têm. E aqueles que não têm, muitos não têm nada. E aqueles que têm, muitos têm muito. E essa desigualdade é produtora de muito sofrimento (Pop Cometa).

Por sua vez, o gestor entrevistado refere que:

Em algumas cidades, não é a situação de todas, mas em algumas cidades há até a proposta da criação de um CREASPop, que é o CREAS para a população de rua. É demanda do movimento dos catadores. Existe uma demanda para que isso exista de forma mais intensa e com financiamento federal, inclusive (Tin Vermelho).

A população em situação de rua expressa em seu cotidiano múltiplas manifestações da questão social, sejam elas: o desemprego, a violência, a dependência química, a doença, a falta de acesso à moradia, a educação, o atendimento de saúde, fragilidade de vínculos, processo de rualização, violência doméstica, discriminação étnica, de gênero, preconceito, trabalho infantil, exploração sexual, entre tantas mazelas sociais que agudizam a realidade social, principalmente nos países pobres.

Em primeiro lugar, é uma população muito heterogênea. [...] Tem as que estão trabalhando na rua, pessoas que vêm viver na rua, famílias na rua, pessoas sozinhas na rua, doentes mentais, [...] pessoas que perderam referenciais, perderam emprego, perderam a família. [...] Em comum, há um processo de ruptura que está no campo econômico, social, de pobreza, de miséria (Gestor Tin Vermelho).

Conforme Prates (2005, p. 153):

Esse espaço contraditório, que é o cotidiano, contém, em si, mais do que meras expressões de alienação, mas atividades criadoras potencialmente transformadoras. As estratégias criativas de sobrevivência, as manifestações de solidariedade e cooperação, as formas organizativas de organização expressas pelos sujeitos usuários, apesar de todas as adversidades conjunturais e estruturais, são exemplos vivos desse potencial.

A contradição presente nas relações sociais fez com que em muitos momentos o ASR se distanciasse de seus objetivos prescritos e tendesse a fazer o imediato, o atendimento pontual diante do contexto vivido.

Antes tinha uma faixa etária maior. Me surpreendeu muito foi essa juventude jogada nos cantos. Muitos jovens, adolescentes. Inclusive aqui na frente do prédio tinham tantos que resolveram gradear. É uma coisa demais, parece que diariamente aumenta, trocam as carinhas, né? (Solismara)

O enfrentamento à questão social no cotidiano do trabalho requer mediações que deem visibilidade e provoquem o desvendamento das relações de opressão, discriminação, preconceito e a negativa de atendimento, neste caso à população em situação de rua.

A respeito dessa mediação realizada pela equipe do ASR, é importante o que relata o trabalhador Pop Lua sobre a falta de reconhecimento das políticas públicas à população em situação de rua como sujeitos de direitos:

O que eu percebo é que a gente, enquanto política pública, tanto quando eu entrei, quanto hoje, a gente ainda não conseguiu avançar na questão da conscientização, do quanto é importante os próprios colegas municipais e que compõem as outras secretarias do município se conscientizarem da necessidade de inserção dessa população nessas políticas: de saúde, de habitação, de geração de renda [...]. Mas a população, de uma forma geral, tem esse senso comum de que é a assistência que tem de estar dando conta dessa população, por serem os excluídos dessa sociedade, por representarem algo que a sociedade, de uma maneira geral, não quer dar conta e não quer visualizar. Então a população, de uma maneira geral, e as secretarias, enquanto políticas públicas, sempre delegam para a assistência estar dando conta desse segmento social.

Muitas vezes a população adulta em situação de rua não era atendida em muitos serviços de saúde, por não possuir comprovante de residência. Esta era uma realidade enfrentada no início do ASR e que remetia àquela equipe de trabalho a problematização, a partir das mediações entre os trabalhadores das políticas em questão, entre as instituições e entre os usuários.

[...] são todas as políticas do município integradas, para que possa dar essa retaguarda. Se não tiver essa retaguarda, vai, na verdade, cair num problema que o ASR enfrentou muitas vezes. Fazia uma abordagem, o trabalho, se virava o máximo, mas chegava uma hora em que a gestão da prefeitura não dava as condições para os encaminhamentos (Tin Azul).

A gente fala dessa população como se ela já tivesse um destino, uma comunidade de destino a não ser socializar. Então ficou com o estigma até no próprio nome. Que é óbvio que a pobreza sempre existiu e vai existir, as diferenças de poder econômico, educacional, tudo. Mas, esse lugar do ser humano, ele é universal, para todo mundo, dentro de todas as condições dignas de morar, habitar, viver, se vestir, se tratar. E aí vai um longo caminho, até de concepção, de ver, enxergar o ser humano (Tin Verde).

O poder institucional sobreposto ao poder profissional, fragilização da equipe na sua constituição de recursos humanos, falta de retaguarda e do trabalho em rede, disputas de concepções com as organizações sociais e políticas da cidade.

Precarização do trabalho nas suas várias nuances, entre tantas mediações que perpassam o desenvolvimento da abordagem social de rua, tanto individual como grupal.

No relato do gestor entrevistado, fica demarcada a distância que tem entre a população mais pobre, que é a maioria, e a população rica.

Então tem uma parcela grande, significativa, da população que sobra, socialmente. Essa população, esses problemas que essa população vive se agravaram nesse período. É meio contraditório: ao mesmo tempo em que a sociedade melhora, em níveis gerais, para essa população parece que a distância vai ficando maior.

O desenvolvimento econômico, é como se houvesse um [...] Outro corte, um corte em que as pessoas têm condições de trabalhar, têm condições de empregabilidade, têm escolarização, têm acesso à informação e, no contexto da rua, as pessoas ainda estão à margem desse processo. Não só da rua, como da pobreza absoluta e de outros espaços, como a questão dos presídios, dos manicômios (Tin Vermelho).

[...] Porque emprego não falta. se quiser trabalhar obra tem por aí e tudo (Solismar).

É o Estado que tem o dever de possibilitar a realização dos direitos sociais para todos os cidadãos por meio da efetivação das políticas públicas de qualidade e que não sejam políticas “pobres para os pobres”. O cenário atual não é muito promissor, mas também nunca o foi, pois o que foi conquistado até hoje decorreu de intensas disputas pela hegemonia, lutas travadas pela sociedade civil, por meio de suas organizações, suas formas de resistências e de enfrentamento ao concreto vivido.

Frente a essa conjuntura de crise e mudanças, as políticas públicas, na área social, deverão acentuar seus traços de improvisação e inoperância, seu funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas derivados.

Permanecerão políticas *ad hoc*, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas. Corremos um risco de grave regressão de direitos sociais (YAZBEK, 2001, p. 37).

A retração dos direitos conquistados historicamente esteve no alvo das relações sociais capitalistas, o que impõe à classe trabalhadora vigilância constante.

5.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INTERSETORIALIDADE

A partir da PNAS (BRASIL, 2004), a população em situação de rua é reconhecida no seu modo de vida e passa a ter programas específicos para seu atendimento. Esta conquista foi obtida através da resistência imprimida pela população de rua, que passa a ocupar espaços de controle social, local de disputas sociais na obtenção de direitos sociais.

A recente Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua aponta e orienta ações que devem ser efetivadas no âmbito das diversas políticas, não se restringindo somente à assistência social.

Um dos gestores expressa que:

A questão da intersectorialidade entre os diferentes sistemas e políticas sociais públicas, apesar de demandar requisições conceituais e técnicas para sua operacionalização, depende fortemente da atuação política dos gestores públicos da assistência social em cada uma das esferas de governo, na articulação com as demais políticas (Tin Vermelho).

Outro gestor entrevistado parece reconhecer a questão da intersectorialidade, mas se remete à gestão da prefeitura como se ele não fosse parte da gestão e como se agora, com a descentralização da abordagem social, a intersectorialidade irá acontecer sem que tenha pressão e determinação política de governo.

Que a gente possa ter os CREAS descentralizados para a população de rua, os abrigos, albergues, repúblicas entre outras políticas; as unidades de saúde descentralizada, a questão da habitação popular, que a gente tá trabalhando também. Então são todas as políticas do município integradas, para que possa dar essa retaguarda. Se não tiver a retaguarda, vai, na verdade, cair num problema que o ASR enfrentou muitas vezes. Fazia a abordagem, mas às vezes a gestão da prefeitura não dava as condições para os encaminhamentos (Tin Azul).

A não priorização deste serviço, ou dos serviços que atendem esta população, fica visível na fala de outro gestor entrevistado:

Uma lástima os gestores não terem mais pressa. Porque cada ano que vem e que fica, e quanto mais a pessoa permanece na rua, mais difícil é tudo, inclusive os agravos na área da saúde. Então é uma lástima que o poder público, e eu me incluo. Eu acredito que a gente fez várias coisas possíveis, dentro do que era possível no contexto. Mas a gente poderia, eu acredito que a gente poderia ter feito bem mais. Acho que isso é a implantação da própria política da descentralização (Tin Verde).

No ASR, muito do que foi conseguido articular entre as políticas foi por iniciativas dos trabalhadores nas ações cotidianas, o que é muito desgastante e sofrido para o trabalhador, pois, além de realizar a intervenção com a população, tem que construir entre trabalhadores algumas possibilidades pontuais de atendimento nas outras políticas sociais. Na compreensão de Couto (2011, p. 266), a questão da intersectorialidade entre os diferentes sistemas e políticas sociais públicas

[...] depende fortemente da atuação política dos gestores públicos da assistência social com as demais secretarias/ministérios em nível de governo, para que seja possível avançar com consistência em um processo que tenha lócus institucional e não ocorra apenas pontualmente, [...] com base em iniciativas isoladas ou em relações pessoais entre técnicos e gestores.

Segundo o gestor entrevistado:

O meu trabalho foi o de implantar a política de assistência social. Então, inclusive se ampliou o orçamento, se descentralizou, mudou-se o perfil da gestão, implantou-se uma série de serviços na área da população em situação de rua. Então o meu trabalho também era de produção de políticas, de construção de alternativas, de negociações para a implantação das ações [...] tanto com a comunidade quanto com o governo, com os outros níveis de governo. Não só a gestão, mas a implementação das políticas (Tin Vermelho).

Na perspectiva da equidade, a política de assistência social atua com segmentos sujeitos a maiores graus de riscos sociais, os quais ainda não fazem parte de uma visão de totalidade da sociedade brasileira (BRASIL, 2004).

Momento que a cidade estava vivendo. Para nós foi uma conquista essa questão da prioridade da assistência, porque significava uma compreensão por parte das lideranças comunitárias, da população em geral, da importância desta área. De certa forma, é um reconhecimento do trabalho, porque uma área de muito preconceito, de muita

invisibilidade, do ponto de vista das políticas públicas, passou a ser entendida, compreendida pelas pessoas (Tin Vermelho).

Eu acho que a importância da pesquisa sobre isso, não da pesquisa só quantitativa, ilustrativa, mas do perfil dessas mudanças, eu acho que é essencial a produção de conhecimento da realidade da população em situação de rua, a visibilidade disso. Isso, já no tempo em que eu era gestora, se trabalhava com essas ideias, mas é importante que haja investimento, também, tanto do ponto de vista das universidades, quanto do das discussões também, porque é uma área que muda muito, porque muda o perfil. E a angústia das pessoas é por falta de saber o que fazer. E só se resolve isso com conhecimento. Com mais estratégias do que fazer, e essas estratégias dependem de pesquisar. Então, o que vai, volta, ou seja, quem vai pra rua precisa trazer dados, informações, e ter conhecimento sobre o que está fazendo, para não fazer qualquer coisa. E pelo Brasil afora se faz qualquer coisa. Eu acho que a qualificação dessa intervenção precisa ser pensada. A minha contribuição é que, do lugar em que eu estava já se via isso há anos atrás e hoje a gente vê mais ainda (Tin Vermelho).

A qualidade do atendimento passa pela qualificação dos trabalhadores, pelas condições para realizar o trabalho e pela legitimidade da execução do mesmo, pelos gestores. Sem estas condições, a implantação de qualquer ação fica comprometida.

5.3 IMPLANTAÇÃO DO SUAS x PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O Sistema Único de Assistência Social, que materializa e organiza em todo o território brasileiro a gestão da Assistência Social desde 2005, está em processo de implantação, e já figura em 99,3% dos municípios e 100% das instâncias estaduais que aderiram a esta lógica (COUTO, 2011).

Em Porto Alegre, o processo de implantação do SUAS é lento e um processo que tende a ser precarizado ainda mais do que se encontra, pois é grande a defasagem de trabalhadores, a deteriorização dos prédios públicos, ínfimos recursos para uma grande demanda. No relato abaixo, fica demonstrado o processo de precarização pelo qual passou o ASR, na fala do trabalhador denominado Pop Mar, ao referir que:

Um dos fatores que a gente sempre tentou conseguir dar conta é o de conseguir fazer um acompanhamento. Porque nós fizemos muitas abordagens pontuais e não conseguimos retornar em função dessas dificuldades todas, com a grande demanda, mas... eu acho que um dos fatores é esse, o de ter o tempo para fazer essa escuta, que muitas vezes nós não conseguíamos ter. Nós tínhamos soluções em que

tínhamos que dar um encaminhamento, muitas vezes por questões de saúde, que estavam mais presentes ultimamente, e as demais, que necessitariam de um acompanhamento maior, de um retorno, de um acompanhamento maior pra escuta, um tempo maior para pensar um ponto. E a própria dificuldade do usuário, da mobilidade dele, a gente acabava não conseguindo realmente fazer esse atendimento de maneira mais efetiva, como alguns anos atrás se conseguia.

Os últimos anos do ASR foram marcados pela agravante precarização das condições para executar o trabalho, tanto em relação ao suporte da rede de serviços como pela diminuição da equipe (conforme mostra a linha do tempo na p. 86) diante do aumento da população adulta em situação de rua apontada pela última pesquisa. Processo de precarização explícito na compreensão do trabalhador Pop Cometa, quando relata que “o Atendimento Social de Rua tinha toda uma discussão com relação à rede de retaguarda, seja de albergue, seja de abrigo, para aqueles que desejassem fazer uso desse serviço”.

O ASR também contava com outras áreas de conhecimento para pensar o trabalho, o que deixou de existir desde 2005. O mesmo trabalhador refere: “A gente tinha um suporte, em outros momentos, por exemplo, de um estagiário de Direito que a gente discutia casos. Isso não tem mais”. O tempo de estar na rua passou a ser restrito, pois o processo de trabalho foi sendo impossibilitado, precarizado.

Do ponto de vista do que se perdeu, se teve uma ampliação das pessoas que vão fazer esse tipo de trabalho, mas houve uma precarização das pessoas que vão fazer esse tipo de trabalho. Porque a equipe que fazia o Atendimento Social de Rua era 100% concursada e esse não é o regime de trabalho dos CREAS. Tem toda uma discussão do ponto de vista da norma operacional, que a Proteção Básica tenha que ser com 100% de concursados, mas isso tem uma abertura para os CREAS, que é quem executa. E tem sido uma escolha de gestão lançar mão disto (Pop Cometa).

Nos relatos da pesquisa, foi recorrente a questão da falta de retaguarda, de recursos físicos e humanos para realizar a implementação do SUAS. Um dos solicitantes entrevistado, identificado como senhor Solismar, pontuou que:

Está muito aquém a nível municipal, estadual e federal do que se pode fazer em termos de assistência social, especialmente em relação ao morador de rua. Aquém de estrutura para atendimento, em número de profissionais e de profissionais qualificados. [...] faltam recursos maiores do poder público para poder ser um serviço de maior eficiência. Está claro que nós temos uma demanda extremamente grande que ele não consegue atender.

Ainda sobre a falta de trabalhadores para a abordagem social de rua feita pelo ASR, um dos usuários relatou que “o problema é que ele geralmente não dá conta de todas as pessoas que às vezes estão precisando, porque às vezes acha um, dois, três aqui, mas não sabe que lá do outro lado da cidade tem mais uns com o mesmo problema” (seu Rueiro).

A respeito da intervenção na rua e da realização de uma abordagem social de qualidade, um dos gestores entrevistados menciona que:

[...] primeiro a presença na rua, que é uma dificuldade frente àquela outra força que puxa para o processo de institucionalização, de ficar dentro das instituições. Então uma equipe que trabalha na rua, na estrutura de hoje, precisa ter condições de estar na rua. Isso pressupõe construir vínculos com a rua, com as pessoas na rua, para viabilizar inclusive essa presença. [...] é um trabalho de muito fôlego (Tin Vermelho).

Na concepção desse gestor, um trabalho que se realiza no espaço da rua, como a abordagem social, requer condições e tempo para apreender a realidade da rua, as relações, suas expressões e seus condicionantes. O setor público também passa por uma precarização, intensificada pelas medidas de cunho neoliberais. A defasagem de trabalhadores para a execução dos serviços públicos é significativa.

[...] Porque na verdade o SUAS saiu daqui, do ponto de vista da concepção, da gestão, da ideia de sistema, e não de uma política focalista. Eu trabalho muito com isso, hoje, com essa concepção de políticas e eu acho que a gente rompeu com a ideia de políticas focalistas, pontuais, a partir de problemas, para trabalhar com uma ideia de sistema – ainda muito insipiente, porque era o início. E depois disso, pelo jeito, houve um retrocesso no sentido da concepção (Tin Vermelho).

No caso de Porto Alegre, a política de assistência social é uma das mais precarizadas. Diante desta realidade, há o acúmulo de funções e de serviço para o conjunto dos servidores existentes. Estar na rua por mais tempo implica o aumento de uma demanda que fica reprimida e, portanto, a necessidade de aumentar a equipe de trabalho, o que não se observou no ASR e pode ser verificado através do Gráfico 1. Neste, delimitou-se o intervalo de dois em dois anos e foram considerados os profissionais concursados e fixos na equipe, já que estagiários são flutuantes e alternam de tempos em tempos.

No gráfico a seguir, fica demonstrada a composição da equipe do ASR no período elencado para este estudo, a defasagem do número de técnicos e o

acréscimo do número de educadores, o que pode significar que a abordagem social de rua possa ser feita sem a necessidade técnica, o que desqualifica e compromete muitas vezes a concepção do trabalho.

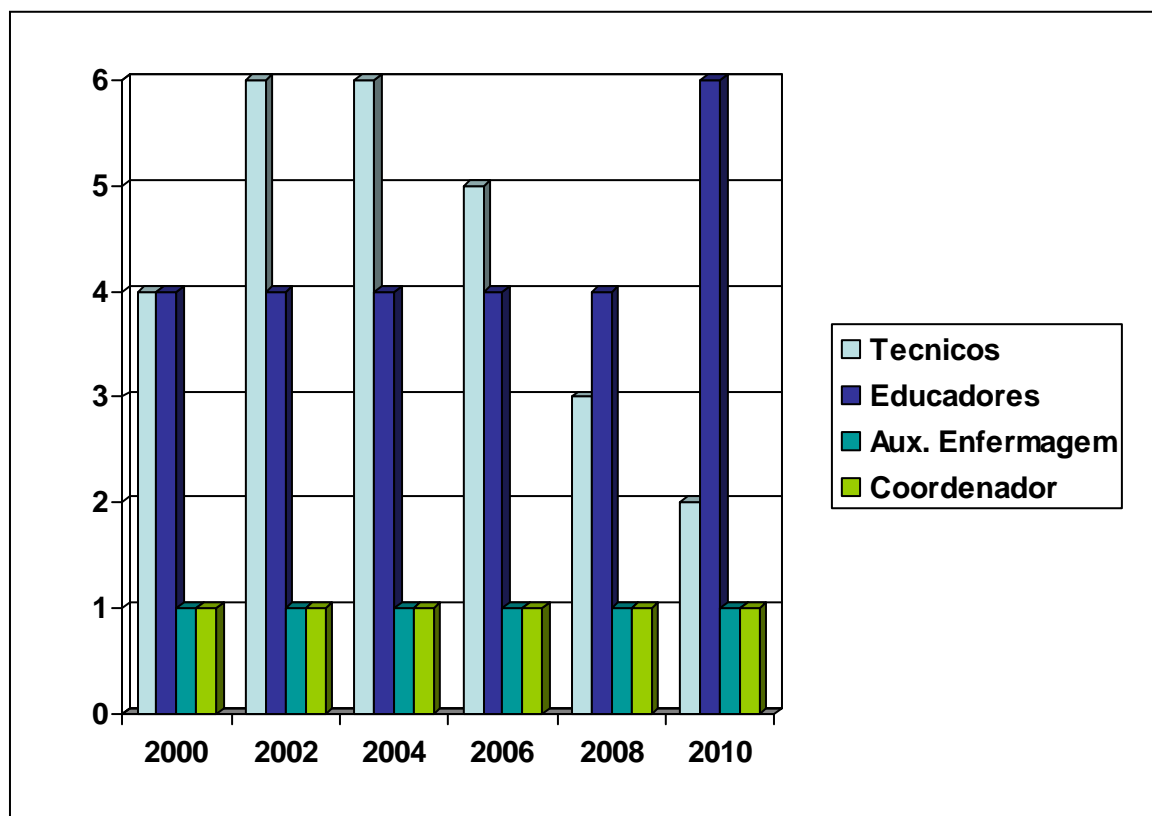


Gráfico 1: Número de integrantes no Atendimento Social de Rua de 2000 a 2010
 Fonte: Pesquisa Documental e dados fornecidos pelo Setor de Recursos Humanos da FASC, dez. 2011.

Neste contexto, fica a indagação: como estar por mais tempo presente no espaço da rua, sem as efetivas condições para tal? Como desencadear esse processo diante da pressão e tensionamento social da cidade e de seus atores à abordagem social de rua? Ou seja, é uma realidade muito contraditória. Ao mesmo tempo em que o Estado se retrai no desenvolvimento das políticas públicas, ocorre o aumento da demanda e também recai sobre os trabalhadores a responsabilidade de estarem mais presentes na rua.

Na expressão do trabalhador abaixo, também é evidenciada a precarização do trabalho, conforme relata:

Infelizmente, dessa forma, com essa crescente demanda que aconteceu na cidade, que a equipe não conseguiu dar conta. A gestão não propiciou que essa equipe acompanhasse isso, com recursos humanos, equipamentos e toda uma estrutura (Pop Mar).

As potencialidades, o compromisso com a política por parte dos trabalhadores e com os usuários são prejudicados pela precarização do trabalho. A ampliação dos serviços socioassistenciais cria novas demandas, mas não melhora as condições para sua execução.

Pensando no que realmente a lei preconiza, da possibilidade de acesso a serviços, à saúde, à educação, e pensar nos espaços que o SUAS está definindo como de proteção para essa população, eu acho que o limite vem das próprias gestões, da questão da implicação do gestor e de investir, realmente. De ter isso como uma proposta de trabalho, como um projeto para os municípios. De efetivar os espaços de atendimento, para que eles sejam realmente um espaço definido, com portas abertas, que essas pessoas tenham a possibilidade de ter um espaço de proteção, de uma abrigagem, se necessária (Pop Mar).

A implantação do SUAS não se efetiva sem recursos humanos. Assim como nas demais políticas públicas, é marcante a precarização das condições de trabalho, o que inclui a defasagem no número de trabalhadores para executá-las. Na assistência social este quadro é ainda mais deficitário. Realidade que também foi:

Eu vejo que a estratégia do SUAS é de universalização maior e de referencial uniforme, no sentido de que em todo o país existam não projetos de qualidade e pontuais, mas um sistema efetivamente à disposição da população. Neste contexto geral, o nosso serviço tinha a avançar, no sentido de se descentralizar pela cidade, no sentido de se estender pelo território da cidade, se estender por outras pessoas como responsabilidade, entrando em uma lógica geral do sistema. Por outro lado, a grande contradição, não só na situação da população de rua como, por exemplo, na questão da violência doméstica, na questão da violência contra a criança e o adolescente, outros temas que fazem parte da proteção especial, hoje, o que acontece é que a especialização das equipes, das pessoas, ela precisa se descentralizar. Ou seja, aquilo que é uma especialidade, e nisso tem uma qualidade, precisa se estender e se compreender em um território mais amplo. Existem dois princípios gestores do SUAS: o território e a matricialidade familiar. Então, o enfoque territorial e de que as pessoas não podem ser vistas do ponto de vista da sua individualidade, da individualidade do seu problema, mas sim da contextualização familiar, faz com que o enfoque da abordagem para outro lado. Ou seja, em determinado território, existe qual público em situação de rua e que dinâmica familiar aquele grupo tem. O afastamento da família, às vezes uma família que precisa ser compreendida, resgatada, famílias que estão na rua. É um outro enfoque. De um lado, se perde uma especialização que existe, mas que, para se adequar ao novo propósito, que tem outros ganhos, no sentido de uma estrutura maior, de financiamento, de organização, de produção de dados, de informações, de uma série de coisas que estão no contexto do sistema, são ganhos. O ideal seria que essas equipes de especialização pudessem estar auxiliando-o (Tin Vermelho).

Constatada a partir desta pesquisa, que não abrangeu a totalidade desta questão, nem tampouco foi seu objetivo, mas que ficou evidenciado neste estudo que a implantação do SUAS é um desafio para toda a sociedade, pois vivemos um enxugamento do estado sob a ótica do neoliberalismo, e para a efetivação das políticas públicas, segundo Couto (2011, p. 264):

A questão dos recursos humanos é um desafio para toda a administração pública, mas assume características específicas na assistência social, pela sua tradição de não-política, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas para efetivar ações que rompam com a subalternidade que historicamente marcou o trabalho dessa área, a partir do conjunto de recursos.

O trabalhador relata abaixo uma preocupação com o risco da fragmentação das equipes no atendimento dos CREAS, o que não consta na política, bem ao contrário:

Do ponto de vista da descentralização, sempre tem um risco. [...] A especialização é a patologia do saber. A grande questão é: Qual é o processo de trabalho? E a partir do processo de trabalho e de qual é a tarefa? Tu, em equipe, poderias ver como isso vai acontecer. A abordagem social de rua é uma das questões do CREAS, uma de uma série de outras. Então, sempre que tem essa tendência a especializar aqueles que vão fazer, como se isso não fosse uma tarefa de toda a equipe do CREAS, que as pessoas não circulassem ali, de alguma forma, tem sempre o risco da fragmentação. E aí fragmentou, porque especializou. E há um descomprometimento em relação à tarefa toda que o CREAS tem (Pop Cometa).

As especialidades são extremamente importantes, mas é necessário que conversem entre si, sem perder de vista a questão integral dos seres humanos.

5.4 CIDADANIA x POPULAÇÃO DE RUA

Cada um tem a sua história. Por isso que eu falo do aspecto histórico” (Pop Cometa).

As profundas contradições sociais presentes na sociedade brasileira marcada pelo patrimonialismo, conservadorismo e autoritarismo das elites, nos mostra que os desafios são muitos e a luta pela garantia e universalização dos direitos, justiça social e democracia precisam estar intrinsecamente atrelados às

práticas sociais. Conforme Prates (2005, p. 152): “trocamos saberes, alongamos olhares, realizamos análises e mediações conjuntas, indignamo-nos juntos e agimos juntos também, fortalecendo-nos e beneficiando, com isso, o usuário de nossos serviços”.

Em relação à imagem que é atribuída à população em situação de rua e como são vistos pela sociedade, o entrevistado Pop Cometa, trabalhador do ASR, expressa que “eles são cidadãos, mas nas políticas públicas eles são olhados como cidadãos de segunda categoria. Que necessitam da nossa intervenção para ter acesso à saúde, ter acesso a outros bens sociais, como habitação”.

O gestor entrevistado Tin Vermelho, tem o entendimento que a população de rua é composta por:

[...] pessoas, homens e mulheres, são adultos jovens com dependência química, com problemas de saúde mental, com um histórico de desemprego, de desorganização familiar, ou pela droga, ou pela dependência de álcool e outras drogas, mas pela própria desagregação familiar, também. A desestruturação, também. A maioria homens, com uma escolaridade razoável. Então hoje basicamente é um perfil de adulto jovem com um total desamparo de políticas públicas.

É interessante o gestor expressar que esta população tem um total desamparo de políticas públicas, sendo que o dever de um gestor é possibilitar a inclusão da população no atendimento das políticas públicas.

Um dos solicitantes do ASR, ao se referir à população em situação de rua, pressupõe que, a princípio, todos teriam um problema de ordem psicológica ou psiquiátrica, desconectada do contexto de desigualdades sociais e suas expressões. O mesmo refere:

Eu acho que são sempre pessoas com alguma doença afetiva, alguma questão de ordem psicológica, psiquiátrica. Parece-me que são pessoas que por via de regra estão sós, [...] mas com frequência associadas a um quadro de dependência de álcool e de drogas. Todo o “morador de rua”, a princípio, seria um paciente psiquiátrico (Solismar).

Na última pesquisa realizada em Porto Alegre, em 2007/2008, com a população adulta em situação de rua, a categoria que engloba doença mental/psiquiátrica/psicológica/depressão/dos nervos, da cabeça aparece citada por 30,7% das pessoas entrevistadas. Este percentual é o mesmo identificado pela pesquisa *Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua de Porto Alegre* (ABREU; PRATES, 2000).

Essa categoria, segundo Schuch, Magni, Gehlen e Dickel (2008), deve ser analisada com cautela, pois não corresponde a uma descrição objetiva de doença. Deve estar relacionada às expressões de sofrimento da população entrevistada, a partir das limitações socioestruturais do contexto de vida.

O mesmo solicitante aponta uma divisão no conjunto dos moradores de rua, em que uns têm direitos, referindo-se aos trecheiros, aqueles que se deslocam, denotando a estes a opção pessoal de estarem em situação de rua.

É claro que há alguns “moradores” que exercem seu direito, como os “moradores” que se deslocam. Os andarilhos, como eles chamam, os trecheiros³⁴, que talvez tenham uma opção pessoal por isso. Mas eu acho que são raros os que têm essa opção pessoal (Solismar).

A questão de ser opção estar na rua nos remete à concepção trazida por Prates e Machado (2011), sobre o processo de rualização que se conforma num processo social a partir de *múltiplos condicionantes* e acabam por impulsionar muitas pessoas a ficarem em situação de rua.

A opção só é possível diante de duas ou mais possibilidades de escolha, e, para muitos, viver na rua pode ser a única possibilidade.

A mediação enquanto processo dinâmico e dialético, categoria essencial à prática interventiva do Serviço Social, pode criar meios e estratégias de superação aos processos de alienação e opressão vivenciados pela população atendida nos espaços sócio-ocupacionais. A problematização das demandas que se apresentam com os sujeitos no cotidiano institucional, assim como a interação reflexiva, constituem mediações que certamente contribuem para desvendar a realidade social.

Portanto, o processo de alcance da essência invariavelmente ocorre mediatizado pela aparência, pelo fenômeno. Ou seja, sempre os sujeitos partem dos fatos – que na forma fenomênica é uma abstração –, desocultando a essência através da superação da positividade dos fatos, negando-os para agarrar, através de múltiplas mediações, a totalidade concreta que, em última análise, se constitui na própria essência das coisas (PONTES, 1995, p. 83).

A população em situação de rua compreende em suas demandas cotidianas o imediato, o que é diariamente necessário para sua sobrevivência, por

³⁴ Quem anda nas estradas de uma cidade para outra; viajante; que faz o trecho (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p. 163).

viver uma inconstância no cotidiano das ruas e ter que circular por várias regiões da cidade no intuito de satisfazer necessidades como: alimentação, vestuário, higiene pessoal e de seus pertences, local abrigado para dormir, entre outras.

Eu aprendi muito com o trabalho de vocês, lá na rua mesmo. A ideia de que as pessoas têm uma história de vida e, no meio dessa história de vida, acontece alguma coisa que faz com que haja um processo de desistência... Por exemplo, a perda da família, uma relação de violência, alcoolismo, de uma situação em que a pessoa já não tinha um certo grau de saúde mental, mas que, naquele momento, degingolou de vez e veio para a rua, em uma tentativa, também, de sobrevivência (Tin Vermelho).

Por meio da vivência dos sujeitos diretamente implicados no processo da abordagem social de rua, desenvolvido pelo ASR, na efetivação da Política de Assistência Social, mais especificamente no que se refere à população adulta em situação de rua, foi possível a aproximação de forma investigativa ao tema da abordagem social de rua. Propiciou analisar e avaliar a trajetória do ASR a partir da compreensão dos gestores, dos trabalhadores, dos usuários e das pessoas solicitantes daquele serviço. Ainda possibilitou elencar alguns aspectos fundamentais para o conhecimento do fenômeno no movimento de interação e apontar alguns condicionantes, assim como desvendar entraves, limites e possibilidades na realização da intervenção social.

O aparato público policial e da guarda usa da vigilância, da hostilidade e do controle sobre a população de rua; o serviço da assistência social, ao contrário, é desenvolvido por meio do acolhimento e do vínculo.

Na visão do gestor que segue, parece claro que o trabalho está pautado no respeito aos usuários e no reconhecimento dos direitos da população em situação de rua, quando destaca que é preciso

[...] compreender a situação e trabalhar no sentido de respeitar as pessoas. Um trabalho de qualidade é um trabalho que faz isso permanentemente, que reflete sobre o que está fazendo, que tem como objetivo resgatar os direitos das pessoas. E que discute isso, a partir de grupos, de avaliações de situações, de que grupos de pessoas se têm na rua, discute com outra equipe, articula para fora da equipe, com os outros serviços, se compromete muito com as pessoas naquela situação (Tin Vermelho).

Outro gestor refere que tudo está encaminhado, bastando a vontade política para sua efetivação. Em Porto Alegre, em outros momentos, já foi tensionado o poder executivo e legislativo para aprovar uma proposta construída

pela rede de serviços que discutia a questão do atendimento à população em situação de rua, inclusive com a participação dos usuários, o que não se efetivou, e aquela proposta ficou para trás.

A gente está trabalhando, hoje integrado com a população, com um grupo da população de rua, estamos aí com um processo de capacitação, com o reordenamento. Se nós conseguirmos uma coisa que é das mais difíceis, juntar tudo o que a gente está fazendo e, com o Plano Municipal de enfrentamento desta situação em cada área do município, seja na saúde, na habitação, na assistência, na educação entre outras, conseguir montar esse plano, o orçamento se busca. A maior dificuldade é que quem entre aqui dê continuidade a este processo. Então, eu não tenho dúvida: se houver vontade política, com certeza a gente vai vencer todos os limites que se tem (Tin Azul).

Agora novo plano é lançado, mas com as mesmas dificuldades de ser efetivado, pois não há uma discussão das políticas enquanto garantidoras de direitos de todos os cidadãos da cidade. A FASC ainda tem que estar tomando a frente e buscando a participação de um representante das outras secretarias no processo de discussão e implementação de um plano para atendimento da população em situação de rua.

6 TRAJETÓRIA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA: CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO PELOS SUJEITOS DA PESQUISA

Analisar a trajetória do Serviço de Atendimento Social de Rua por meio desta pesquisa possibilitou à pesquisadora a aproximação com os sujeitos diretamente implicados na efetivação da abordagem social de rua, de um outro lugar: o lugar de pesquisadora. Neste capítulo, é apresentado o processo de análise do serviço de Atendimento Social de Rua, no sentido de conhecer a concepção, assim como a avaliação pelos sujeitos da pesquisa, a partir dos dados obtidos por meio das entrevistas. Etapa que articula o tema e o problema proposto neste estudo, assim como sugere novas indagações e aprofundamento da investigação sobre a questão do processo da abordagem social de rua na contemporaneidade

6.1 A CONSTRUÇÃO DO ASR E SEU PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO

O Serviço de Atendimento Social de Rua foi constituído no cotidiano da cidade de Porto Alegre ao longo de quatorze anos. Foi um processo de construção de equipe, inicialmente composta por dois assistentes sociais, dois monitores, dois estagiários de Serviço Social e um técnico da área da Educação (Projeto Atendimento Social de Rua, 1998).

O trabalho desenvolvido no espaço da rua, através de abordagens individuais, de núcleos familiares ou de grupos, possibilitou à equipe a construção de uma metodologia de trabalho conquistada e consolidada na cidade. Os relatos da pesquisa permitiram constatar esta construção que se edificou através de mediações, resistências e disputas de concepções travadas no cotidiano do ASR. Sobre este processo de resistência, o trabalhador entrevistado Pop Lua faz a seguinte colocação:

Então, de certa forma, tu cria uma linha de tensionamento e uma visibilidade maior pra essa população. Acho que isso é o fundamental, o importante... Porque daí tu tens que estar lá no teu território forjando uma rede de atendimento pra essa população. É difícil, porque a gente vai na contramão do que o restante da sociedade prega pra essa

população, porque eles vivem dizendo isso: que as pessoas os rechaçam, os chamam de excluídos, de lixo.

O relato desse trabalhador evidencia o quanto ainda a população em situação de rua é rechaçada e discriminada, o que leva os trabalhadores do ASR ao enfrentamento diário. No processo da abordagem social de rua, refere o trabalhador Pop Lua que, de certa forma, é criada uma linha de tensionamento e de visibilidade à população em situação de rua.

O trabalhador Pop Sol expressa que o ASR foi uma inovação na cidade. O processo de abordagem social foi construído através do atendimento direto no espaço da rua, constituindo uma metodologia de trabalho que se estabeleceu por meio do vínculo com a população adulta de rua.

Eu percebo que foi uma construção. [...] era ainda um serviço, era uma ação que iniciou muito tímida, com uma colega, e depois foi se estruturando enquanto serviço, com projeto, uma equipe para trabalhar e, enquanto projeto, traçar os seus objetivos, sua metodologia. Foi um processo de construção da cidade, foi trabalhando essa concepção de atendimento. Eu vejo como uma inovação não só para Porto Alegre, mas como uma referência para o país, no sentido de trabalhar na rua, com abordagem, diretamente com o sujeito, de fazer esse trabalho em um sentido de estabelecer o vínculo na rua, de estar estabelecendo essa metodologia, mesmo. Acho que é um serviço que teve um crescimento. Ele foi traçando seus objetivos, construindo metodologias e o reconhecimento dos próprios usuários, no sentido de ter nele uma referência para o seu atendimento.

A partir desse relato, é possível perceber que o ASR foi uma referência para a população em situação de rua.

Outro trabalhador, denominado nesta pesquisa como Pop Vento, referiu que o ASR cresceu muito, até que não teve mais como dar conta de todas as questões encontradas na rua e manter os acompanhamentos individuais e grupais. Refere que o ASR foi desmantelado pela instituição. A equipe tornou-se pequena para atender o aumento da demanda.

Chegou uma hora em que a equipe era pequena para dar conta de toda aquela questão que demandava da rua. Não conseguia mais dar um atendimento de tanta qualidade para toda a cidade, como dava antes, em função da demanda que ela mesma criou; de as pessoas ficarem sabendo que tem esse tipo de serviço. Havia muita gente nas ruas, muitos pedidos de abordagem. A questão dos grupos, que não se conseguiu mais fazer, eu acho que fez decair muito o atendimento, porque o grupo, para tu trabalhares na rua, é um pouco difícil. Tem que ser um atendimento mais sistemático, de outra maneira, e isso se perdeu, também, na trajetória, até em função do desmantelamento da equipe que foi feito pela FASC (Pop Vento).

Para o usuário, seu Rueiro, o ASR deve atender quem está sem condições de procurar um serviço para seu atendimento, atribuindo ao serviço uma atribuição voltada a um atendimento de saúde.

Esse atendimento tem que ter para pessoas quando já estão em situação precária, quando não conseguem mais nem procurar um trabalho. Ou quando já estão ali caídos num canto.

Os entraves considerados pelos sujeitos da pesquisa para o desenvolvimento da abordagem social de rua são muitos, já que a intervenção se configura no processo da contradição que é intrínseca à dialética social.

No relato de um gestor entrevistado, a questão da contradição está compreendida em sua concepção, quando refere que:

O primeiro entrave é o embate em relação à sociedade. A expectativa das pessoas é a de higienização social e a expectativa de quem está trabalhando no serviço é de resgate dos direitos das pessoas. Isso é uma contradição absoluta (Tin Vermelho).

Este gestor ainda se percebe como parte neste processo, enquanto responsável pela execução da política, reconhecimento que não é muito frequente pelos gestores:

Eu me sentia sempre nesse meio do caminho, eu tinha que responder para a sociedade o que era feito, o que tinha que ser feito, e muitas vezes eu tive momentos em que a concepção que era construída dentro da Fundação de resgate de direitos das pessoas estava em choque com essa outra realidade, que era o que justificava a existência daquele serviço, do ponto de vista da população em geral, não o nosso. Essa é uma grande contradição (Tin Vermelho).

O contexto contemporâneo é permeado por uma realidade social contraditória que reconhece a população em situação de rua enquanto sujeito de direitos, ao mesmo tempo em que a discrimina, culpabiliza e descarta. Realidade que pode ser verificada e afirmada em alguns dos relatos dos entrevistados.

No que se refere à discriminação das demais políticas públicas, um trabalhador relata que:

O grande cabo de entrave é esse: o não reconhecimento das demais políticas pra essa população. Ninguém da saúde quer. Quando se leva um usuário, da abordagem, pra atendimento de saúde, o usuário é da assistência, ele não é um usuário da cidade. Quando tu levas esse usuário pra algum projeto da Secretaria de Cultura, ele é um usuário da assistência, ele não é um cidadão da cidade que está indo até lá assistir a um filme. É esse paradigma que a gente tem que quebrar. Que essa

população faz parte da sociedade e que tem de estar inserida nas demais políticas (Pop Lua).

Em outro relato, também é possível perceber a tensão e a disputa constante para garantir o atendimento da população em situação de rua, deixando claro que ainda os princípios da universalidade e equidade não são efetivados pelas políticas públicas, desafio presente na execução das mesmas. O trabalhador refere:

Então tinha um embate muito tenso, que ainda vai existir por muito tempo. É representativo, por exemplo, a questão do acesso às outras políticas públicas. A escolha de acompanhar essa população que é muito marcada não pela equidade que deveria ser no acesso às políticas públicas (Pop Cometa).

Sua trajetória conquistou espaço na rede socioassistencial e obteve gradativamente maior reconhecimento tanto institucional como dos usuários. O ASR passou a ser referência na cidade para população adulta em situação de rua, diante das políticas públicas.

A construção dos significados da realidade concreta vivida pela população em situação de rua se faz possível a partir das mediações que buscam romper com o que é imediato, o que é aparente. Possibilitar o diálogo, uma relação horizontal respeitosa, uma comunicação interativa e reflexiva compreendem mediações da prática social com os sujeitos a partir de sua realidade concreta. A concepção do trabalho é de acolhimento e de construção de vínculos com os usuários, como referem alguns trabalhadores entrevistados.

Eles enquanto seres humanos tentando entender que são sujeitos de direitos, e tal, que é o que a gente tenta fazer enquanto trabalho, isso não vende jornal (Pop Lua).

Ele se caracterizava por um enquadre baseado no vínculo. Este enquadre sustentava a relação de intervenção no espaço da rua, tendo esse como um espaço de intervenção (Pop Cometa).

Não tendo aquela preocupação de ser um serviço, como já existiam outros, de recolhimento (Pop Sol).

Quando eu vim atuar no atendimento social de rua, já era um momento de finalização do projeto. Eu comecei a conhecer um pouco da história desse serviço. Teve uma trajetória muito longa e importante [...] com um olhar diferenciado do que o que a gente percebe dentro da Fundação. [...] A equipe tem muita clareza de qual é o papel dela dentro desse serviço. Isso é muito legal, porque é transmitido para todo mundo que chega, A gente acaba adquirindo essa concepção, trabalhando nessa concepção (Pop Mar).

Tem a questão dos lugares conveniados que fazem uma leitura diferente do que a gente tem. Eu trabalho em dois lugares em que não consigo ser do mesmo jeito. Na Casa de Convivência e na Casa II eles trabalham de maneira diferente, com outras concepções. Isso tudo confunde muito o usuário (Pop Vento).

A partir do momento em que tu entras em uma equipe e te sente bem acolhido, te sente valorizado, isso vai refletir em teu trabalho de forma muito consistente. [...] de ter essa escuta e de possibilitar essa escuta dentro de um trabalho grupal [...] (Pop Estrela).

De alguma maneira os gestores também reconhecem o trabalho do ASR como uma referência em Porto Alegre, o que pode ser percebido nos relatos dos gestores entrevistados.

A pesquisa documental, assim como os relatos dos sujeitos entrevistados, apontaram que o trabalho se constituiu a partir do contato direto com as pessoas em situação de rua, nas regiões da cidade, a fim de realizar as aproximações iniciais com a realidade do espaço da rua, a rede de serviços existentes na cidade e apreensão e reconhecimento do contexto da realização da prática social. A partir de subsídios teóricos e estudos realizados sobre a população de rua, a metodologia de trabalho se estruturou.

Na percepção dos trabalhadores, isto fica claro, conforme aponta o relato do trabalhador da equipe do ASR, denominado neste estudo como Pop Sol.

Eu percebo que foi uma construção. Eu acho que foi um serviço, na verdade, não era ainda um serviço, era uma ação que iniciou muito tímida, com uma colega, inicialmente, e depois foi se estruturando enquanto serviço, com projeto. Foi conseguindo trazer uma equipe para trabalhar e, enquanto projeto, traçar os seus objetivos, sua metodologia. Foi um processo de construção da cidade, que foi abrindo, foi trabalhando essa concepção de atendimento. Eu vejo como uma inovação. Um serviço muito inovador não só para Porto Alegre, mas como uma referência para o país, no sentido de trabalhar na rua, com abordagem, diretamente com o sujeito [...]. Acho que é um serviço que teve um crescimento. Ele foi traçando seus objetivos, construindo metodologias e o reconhecimento dos próprios usuários, no sentido de ter nele uma referência para o seu atendimento.

No que se refere ao aumento da demanda a partir do ASR e do crescimento do trabalho, outro trabalhador aponta que:

O atendimento de rua cresceu muito. Começaram a se levantar demandas, em questão do próprio Atendimento Social de Rua. Foram aparecendo coisas novas, nesse atendimento, e a equipe foi se aprimorando.

Chegou uma hora em que a equipe era pequena para dar conta de toda aquela questão que demandava da rua. Não conseguia mais dar um atendimento de tanta qualidade para toda a cidade, como dava antes, em função da demanda que ela mesma criou; de as pessoas ficarem sabendo que tem esse tipo de serviço. Havia muita gente nas ruas, muitos pedidos de abordagem. A questão dos grupos, que não se conseguiu mais fazer, eu acho que fez decair muito o atendimento, porque o grupo, para tu trabalhares na rua, é um pouco difícil. Tem que ser um atendimento mais sistemático, de outra maneira, e isso se perdeu, também, na trajetória, até em função do desmantelamento da equipe que foi feito pela FASC (Pop Vento).

Segundo Couto (2011, p. 265):

[...] a pressão sobre estados e municípios para a implantação do SUAS, decorrente do aumento da demanda social e da necessidade de expansão do sistema, não pode se dar às expensas da precarização e subalternização do trabalho profissional, com baixos salários, número insuficiente de profissionais, instalações improvisadas, ausência de concurso público e de planos de cargos, além da inexistência de políticas sistemáticas de formação e capacitação em serviço de todos os profissionais [...].

Conforme Yasbek³⁵ (citada por SILVA, 2009, p. 47), o princípio ético e a interdisciplinaridade tornam-se um eixo norteador e essencial para os profissionais práticos interventivos que terão que dar respostas na execução das políticas sociais. A eles também compete “construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania”.

6.2 LIMITES E POSSIBILIDADES DA ABORDAGEM SOCIAL DE RUA

Porto Alegre continua dentro do regime que inaugurou o próprio bairro Restinga: “O remover para promover”!

Uma política pública, para poder ser executada como pública, como coisa pública, ela não pode ter medo. E o gestor não tem trava, atualmente. Ele entra porque tem toda aquela representação patrimonialista, ele acha que ele pode fazer o que quer, do jeito que quer e quem paga a conta é o próximo. Isso é uma gestão muito equivocada, que é representativa de um regime de relações. Esse é um limite claro para a possibilidade de trabalho. [...] avanço é o de implementar o serviço, com todas as dificuldades, do serviço existir, ser reconhecido pela cidade, ser valorizado dentro da Fundação, também. Eu acho que,

³⁵ YASBEK, Maria Carmelita. Assistência social: limites e possibilidades na transição do milênio. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 301, nov. 2001.

no tempo em que eu vivi, houve um crescimento de valorização do que essas pessoas que trabalhavam e faziam, não só no atendimento social de rua, como na educação social de rua. Acho que é a constituição de um trabalho que foi ganhando conhecimento técnico, que foi ganhando reconhecimento por parte da cidade, das pessoas, dos usuários, também (Tin Vermelho).

Eu vejo que tem uma equipe qualificada, que tem muita experiência e que esta experiência precisa ser usada (Tin Azul).

Os usuários entrevistados expressaram sua percepção sobre a abordagem social de rua:

Ah, era bom porque quando eu principalmente precisava, eu ia ali e falava com eles. Recebia passagem, conseguiam médico e me acompanhavam. A abordagem é muito importante (D. Rueira).

Eu acho que a avaliação é boa. Porque as pessoas que ainda conseguem caminhar podem procurar um abrigo, um albergue vamos dizer. Mas daí a abordagem de rua era pras pessoas que já não tinham mais condição de atinar, de procurar um abrigo, de procurar um albergue, até de tomar um banho, por exemplo (Seu Rueiro).

Eu acho que é um atendimento muito bom. O atendimento social não é aquele assim, em que é obrigatório fazer tudo o que tu pedes, mas eu acho que é um atendimento bom, porque tu pedes as coisas (Seu Trecheiro).

É fundamental a realização de mediações que criam estratégias e condições efetivas para a participação dos usuários na política social para reflexão coletiva, trocas de saberes, construção de relações éticas, e comprometida com a autonomia dos sujeitos. O relato que segue apresenta a realidade contraditória que perpassa todas as instâncias da vida social:

[...] mas eu acho que compreender a situação e trabalhar no sentido de respeitar as pessoas. Um trabalho de qualidade é um trabalho que faz isso permanentemente, que reflete sobre o que está fazendo, que tem como objetivo resgatar os direitos das pessoas. E que discute isso, a partir de grupos, de avaliações de situações, de que grupos de pessoas se têm na rua, discute com outra equipe, articula para fora da equipe, com os outros serviços, se compromete muito com as pessoas naquela situação (Tin Vermelho).

Então, para a abordagem de rua, no processo de aproximação com os sujeitos, é essencial a construção do vínculo, [...] “de fazer esse trabalho em um sentido de estabelecer o vínculo na rua, de estar estabelecendo essa metodologia, mesmo” (trabalhador Pop Sol), na relação que vai se constituindo, conforme também afirmam outros trabalhadores entrevistados:

A característica maior era o trabalho na rua, seja em um recorte grupal, seja ele individual. Ele se caracterizava por um enquadre baseado no vínculo [...] Esse enquadre sustentava a relação de intervenção no espaço da rua, tendo esse como um espaço de intervenção. Espaço onde estavam, viviam e tinham um suporte de rede para poder tocar a vida (Pop Cometa).

Uma boa abordagem social, eu acho que é uma tentativa de manter o vínculo para além do tirar, para além daquele momento. É tu consegues ter o vínculo, tu consegues ter a confiança dessa pessoa, para que ela possa te abrir um pouco da vida dela, para que tu possas entender o processo dela, o porquê dela estar na rua, e trabalhar, em cima desse processo (Pop Vento).

Em relação à construção de vínculos com a rua e com as pessoas em situação de rua, o gestor Tin Vermelho tem a concepção semelhante à dos trabalhadores, o que contribui para a efetivação do atendimento com o respaldo institucional.

Então uma equipe que trabalha com rua, na estrutura de hoje, ou na de antigamente, precisa ter condições de estar na rua. Isso pressupõe construir vínculos com a rua, com as pessoas na rua, para viabilizar, inclusive, essa presença. Uma abordagem de qualidade precisa constituir vínculos e isso pressupõe um trabalho de ir aos poucos, de confiança, de suporte às pessoas, para as escolhas que elas vão fazer, de respeito às pessoas em situação de rua e de respeito mesmo à condição de rua.

O processo de trabalho do ASR foi construído por meio da práxis social entre os sujeitos envolvidos, cujos princípios dos direitos humanos foram balizadores das ações e mediações engendradas em seu cotidiano. Na sua trajetória, o ASR se constituiu gradativamente como referência na cidade, como avaliam os gestores entrevistados.

Acho que é a constituição de um trabalho que foi ganhando conhecimento técnico, que foi ganhando reconhecimento por parte da cidade, das pessoas, dos usuários, também (Tin Vermelho).

Nós poderíamos ter tido mais urgência no sentido de dar solução na estrutura pública. A gente deveria ter sido mais incisivo no centro da prefeitura, dentro do que a gente fazia, com incursões ao secretário de saúde. [...] nós demoramos muito, demoramos demais para sermos mais concretos. [...] não houve uma priorização [...] houve uma demora nesta convergência de todos os entes do município, então eu concluo, com toda a confiança, que não houve a priorização necessária dessa população (Tin Verde).

A gente tem procurado conversar com o pessoal [...] graças a Deus a gente está conseguindo ter uma boa relação. A gente teve dificuldades no começo, de poder construir os projetos técnicos para o CREAS POP. Hoje a gente está avançando bastante. [...] Tem uma equipe qualificada,

que tem muita experiência que precisa ser usada. [...] Na última reunião eu fiz questão de elogiar o pessoal. A gente parece que tirou as broncas que podiam ter. Estamos a fim de fazer [...] assim como eu equipei os CRAS, eu equipei os CREAS com técnicos, com investimentos a gente quer fazer para os CREAS POP (Tin Azul).

A abordagem social de rua, enquanto processo de intervenção, precisa ter este fator considerado, pois vai ao encontro do sujeito nos espaços públicos e, dependendo do horário e do local que se encontra, pode ter modificação na realidade.

Um dos limites que se teve por muito tempo é o de que muitas ações aconteceram, muitas iniciativas em um sentido muito tímido. Ações que muitas vezes eram por iniciativa de coordenações e não de políticas públicas. Essa experiência de ações que não se constituíram enquanto políticas e quando as pessoas saíam de um determinado lugar elas se desconstituíam, porque não estavam legitimadas enquanto tal (Trabalhador Pop Sol).

Referindo-se às possibilidades da realização da abordagem social de rua na contemporaneidade, os sujeitos entrevistados afirmam:

Eu acho que uma das possibilidades bastante interessantes é a constituição desse comitê que está trabalhando com as secretarias, intersetorial, e também com os movimentos, com as entidades conveniadas, com vários atores desse processo na cidade, para estar pensando uma política de enfrentamento a essa situação de rua, podendo dar visibilidade (Trabalhador Pop Sol).

No entendimento do gestor, quando o serviço iniciou na cidade era um mediador entre a sociedade, a equipe de trabalho e os usuários, tendo que dar respostas sobre o serviço:

O primeiro entrave é o embate em relação à sociedade. A expectativa das pessoas é a da higienização social e a expectativa de quem está trabalhando no serviço é o resgate dos direitos das pessoas. Isso é uma contradição absoluta. Eu me sentia sempre nesse meio do caminho, [...] a concepção que era construída dentro da Fundação de resgate de direitos das pessoas estava em choque com essa outra realidade, que era o que justificava a existência daquele serviço. Do ponto de vista da população em geral, não. Essa é uma grande contradição (Tin Vermelho).

Outro entrave são os problemas das pessoas nas ruas, as dificuldades. Isso gera nas pessoas que trabalham um sentimento de muita frustração. Faz com que haja necessidade de que as equipes tenham oxigenação, tenham acompanhamento externo. Penso que, na área da população de rua, a Proteção Especial em geral, a questão do suporte externo às equipes é essencial (Tin Vermelho).

É interessante que o gestor tem clareza da complexidade do trabalho na rua. Percebe a contradição das relações quando passa por tensionamento dos municípios e demais órgãos que querem a retirada das pessoas da rua, numa visão higienizadora da assistência social com a população em situação de rua. O higienismo faz parte de uma ação do Estado, criado em 1930, pelo então Ministério da Instrução e Saúde Pública, “cujas tarefas seriam o saneamento moral e físico através de uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária [...]” (HORTA, 1994, p. 1). A ideologia higienista (COSTA, 2007) vai marcar profundamente as iniciativas tanto na área da educação quanto da assistência (FREIRE, 1980, p. 77).

Na percepção do solicitante da abordagem, alguns limites e dificuldades constituem na não aceitação do sujeito abordado em acompanhar a equipe no momento da abordagem e também a falta de trabalhadores para realizar a abordagem social de rua. Ele refere que:

Em alguns casos também vi que tem algumas dificuldades em o usuário aceitar o serviço, aceitar ser ajudado, aceitar um encaminhamento. Inclusive, no último ano teve um caso clássico [...] em que acabaram utilizando o Ministério Público para um morador de rua aqui de Petrópolis, que estava bastante debilitado, junto da igreja São Sebastião, com tuberculose e se negava ao atendimento. Às vezes depende muito do profissional, mas eu identifiquei claramente uma carência, no serviço, para atender satisfatoriamente toda a demanda. Isso com certeza. E me parece que grande parte da população é potencialmente solicitante, tanto quem age por solidariedade, tanto quem age por se sentir incomodado com o morador de rua (seu Solismar).

A questão dos limites e possibilidades da abordagem social de rua prevista no SUAS é identificada na forma de contratação das pessoas para o serviço, o que pode ser um complicador, ao mesmo tempo que diversas equipes atuarem em territórios distintos é um ganho para a população em situação de rua.

A construção e a proposta, no papel, muito interessante, essa forma mais territorializada da abordagem, que é interessante, das equipes atuarem em territórios distintos. Diferente do que vinha acontecendo com a abordagem de rua, que tinha que dar conta de toda uma cidade. Então, a princípio, isso qualificaria bastante esse atendimento a essa população. Mas, o que nós percebemos é que essa implantação ocorreu de uma forma pouco ... bastante equivocada, pelo menos. Que as equipes estão atuando um pouco perdidas, ainda, sendo constituídas de forma quase... Foram constituídas com uma opção de conveniamento, o que atrapalha bastante o trabalho. Deixa as pessoas mais fragilizadas, esses vínculos mais fragilizados (Pop Mar).

A efetivação das políticas públicas historicamente sempre foi um desafio a ser alcançado constantemente, e com a população de rua que ainda é alvo de discriminação e preconceito o desafio é maior, pois a luta anterior é seu reconhecimento enquanto cidadãos brasileiros e, portanto, sujeitos de direito.

As etapas ultrapassadas pela pesquisadora possibilitaram a construção desta dissertação, alicerçada no conhecimento teórico-prático abarcado no decorrer da formação acadêmica, assim como adquirido por meio das experiências profissionais e da militância política. A intenção que fica é que, de alguma forma, este estudo possa subsidiar a reflexão sobre o processo de abordagem social de rua.

O compromisso ético-profissional e de todo pesquisador é fazer com que os dados e resultados encontrados possam servir como subsídios e apontar indicadores à realidade investigada. Para tanto, a pesquisadora pretende apresentar este estudo em reuniões e seminários da rede de trabalhadores da proteção especial de média e alta complexidade. Também é importante socializar com os usuários dos serviços, assim como junto a suas formas de organização, sejam os fóruns, as reuniões de rede ou os encontros ampliados por eles realizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aportar até esta etapa do nosso caminhar no mundo nos remete a um movimento articulado no tempo vivido. Tempo em que, diante do real concreto da vida social, temos que fazer opções, escolhas e construir possibilidades estratégicas de nos reconhecemos no mundo em relação com os outros, nas diferentes fases de nossa existência.

Neste caminho, surge o esperado e o inesperado, as descobertas, as dificuldades, as aprendizagens, as dúvidas, as conquistas, as tristezas, os prazeres, as desesperanças e as possibilidades concretas de, como bem diz Freire (1987, p. 21): “reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro [...] não é inexorável”.

As pretendidas considerações, que não se conformam como definitivas e não são passíveis de generalizações, são contribuições e subsídios para reflexões, avaliações e planejamento de práticas sociais que tenham como seus destinatários a população adulta em situação de rua.

Dar visibilidade aos processos sociais desenvolvidos através das mediações do Serviço de Atendimento Social de Rua, da Fundação de Assistência Social e Cidadania, cuja trajetória transcorreu entre 1997 e março de 2011, foi o intuito deste estudo.

A abordagem social de rua, tema deste estudo, consiste no processo interventivo da prática social que se efetiva no espaço da rua, território do vivido, nas palavras de Milton Santos. É neste espaço em que homens e mulheres, compreendidos neste estudo como população adulta em situação de rua, foram atendidos, ao longo de 14 anos, pelo Serviço de Atendimento Social de Rua.

Os sujeitos em situação de rua são um segmento da população que, acometido por sucessivos processos excludentes, faz da rua seu local de moradia e sobrevivência. Os processos excludentes são entendidos como aqueles oriundos do modo desigual da apropriação das riquezas produzidas socialmente inerente ao sistema capitalista.

A exclusão social, conforme Sposatti (citada por WANDERLEY, 1999), se dá pela privação coletiva e inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública. Através do processo

de realização, expressam as desigualdades sociais que estão no bojo da questão social, objeto de nossa intervenção. Suas consequências se expressam no desemprego, no subemprego, na fome, na miséria, na habitação precária, na falta de acesso às políticas públicas, na dependência química, na debilidade física, população em situação de rua, entre tantas outras mazelas sociais.

Esta pesquisa foi construída à luz do materialismo histórico e dialético, método que possibilita desvendar as contradições presentes na estrutura social a partir da realidade concreta dos sujeitos e suas relações sociais, pois, conforme Marx e Engels (2008, p. 47), “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

A investigação se pautou também no estudo de questões teóricas pertinentes e diretamente relacionadas com o tema da abordagem social de rua. As categorias estudadas foram: questão social, política social, assistência social, população em situação de rua, desigualdade social e resistência e exclusão social.

No Brasil, o processo urbano-industrial que se imprime a partir da década de 1930 agrava a imprime o agravamento da questão social. As crises do capital forçam consequências brutais na vida da população brasileira, acentuadas pelas medidas neoliberais impostas pelo Estado. O aumento do desemprego, a retração do Estado na provisão dos direitos sociais, ações assistencialistas pontuais e o agravamento da questão social fazem suscitar formas de resistência ao seu enfrentamento.

São os movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, partidos políticos, ONGs, entre outras formas organizativas, que impõem pressão ao conjunto de ações reformistas e, desta forma, ganham espaço e conquistas no âmbito do Estado.

A Constituição brasileira de 1988 resultou de um amplo conjunto de disputas no campo social. Instaurou uma ampliação de políticas sociais de responsabilidade do Estado no atendimento aos direitos dos cidadãos. Assim, temos a aprovação de leis como: o SUS, o ECA, a LOAS, a PNAS, o SUAS e a Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua, em 2008. Canais de discussão junto ao Governo Federal possibilitaram a participação

da população de rua nas discussões e planejamento de políticas garantidoras de seus direitos.

O Serviço de Atendimento Social de Rua, iniciado em 1997, como parte de uma rede de serviços socioassistenciais implementada em Porto Alegre, desde a aprovação da LOAS, em 1993, construiu na cidade uma referência de atendimento à população adulta em situação de rua.

A pesquisa apontou a importância de um processo de abordagem social de rua ser pautado no acolhimento, na construção de vínculos, na escuta e no respeito à autonomia dos sujeitos.

A abordagem social de rua é importante, principalmente para aquelas pessoas que não apresentam condições muitas vezes físicas, mentais ou por uso abusivo de substâncias psicoativas para procurar os serviços.

Outro dado importante ressaltado na pesquisa foi a diminuição da equipe do ASR, ao mesmo tempo em que gradativamente observou-se um aumento da população adulta em situação de rua em Porto Alegre. A última pesquisa realizada em 2007/2008 apontou 1.203 pessoas adultas em situação de rua, na cidade. Pode-se pensar que o atendimento a esta população não está no mesmo patamar dos demais serviços e, em consequência, não há investimento necessário para realizar a abordagem social de rua.

O processo de abordagem social de rua requer dos trabalhadores a permanência por mais tempo na rua, para melhor compreender e apreender a realidade concreta. Possibilitar o tempo para a aproximação do contexto, seja na intervenção individual ou grupal, necessita de condições materiais e humanas, portanto maior investimento público.

O estudo ainda possibilitou verificar que a população em situação de rua é discriminada, vista como um não cidadão, não só na sociedade como nas políticas públicas, inclusive na assistência social. Isto remete à necessidade do poder público e órgãos representativos realizar formas de divulgar o que é a política de assistência social e o que faz. Os solicitantes entrevistados apontam o pouco ou nenhum conhecimento da política de assistência social, assim como os usuários entrevistados a compreendem como ajuda.

O processo de participação dos usuários, nas suas várias dimensões dos serviços, fóruns, conferências, assembleias locais e nos programas em que estão sendo atendidos, poderia contribuir para ampliar o processo de conhecimento da

política, de sua avaliação e proposição no exercício do controle social. Desta forma, os usuários poderiam se reconhecer enquanto sujeitos sociais e políticos.

Neste estudo também foi apontada a importância de um trabalho intersetorial, o que na lógica da estrutura social em que vivemos parece impossível, mas é nessa contradição que intervimos e que podemos, através das mediações, forjarmos espaços e alavancarmos alterações e transformações sociais no cotidiano de nossos espaços profissionais, a partir de construções coletivas. Articular as ações cotidianas para fora da instituição na concretização do atendimento em rede e da intersetorialidade se faz imprescindível quando se realiza a política enquanto direito do cidadão, na garantia de sua integralidade.

A falta de capacitações e metodologias inadequadas dos serviços e programas destinados a esta população compreendem dificuldades enfrentadas no atendimento às suas necessidades e demandas. Entidades conveniadas, o que é uma realidade crescente, vinculam, com frequência, a prestação da assistência social a avaliações morais e de cunho religioso.

A intervenção através da abordagem social, de rua, nosso tema de estudo, é um processo que deve ter o reconhecimento dos gestores e, portanto, ter o devido respaldo.

O acesso a direitos ainda é uma longa história para a população em situação de rua, que tem seu contingente ampliado a cada dia, em decorrência do processo histórico de reestruturação produtiva do capitalismo.

O sistema de proteção social no Brasil em sua trajetória carrega as marcas de uma lógica alicerçada em privilégios e merecimento, onde uma parte significativa da população fica à mercê de políticas pontuais e fragmentadas. É neste contexto, permeado de contradições, que historicamente direitos foram sendo conquistados, o que na contemporaneidade não se dará de outra forma senão na luta e disputa pela hegemonia.

A Política Nacional de Assistência Social reorganiza a gestão desta, no território brasileiro, bem como a recente Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua orienta a construção de políticas para este segmento. A abordagem social de rua descentralizada junto aos CREAS possibilitará uma ampliação de atendimento à população em situação de rua, o que é um avanço.

Em relação à descentralização, é um aspecto positivo, mas é preciso observar o modo como se constituirá nos territórios das cidades. Pessoas que estão sendo contratadas para realizarem a abordagem social de rua não são trabalhadores concursados efetivos e, portanto, com tempo determinado para o trabalho. Isso, além de ser um retrocesso, é um gasto do dinheiro público, pois não garantirá qualidade, sendo alterado de tempos em tempos. A concepção de assistência social pelas pessoas contratadas ainda está muito ligada à noção de filantropia, o que, em termos de gestão, de qualidade, e de garantia de direitos, é um complicador. A implantação do SUAS passa pela implementação da NOB/RH, processo de disputa a ser efetivado, pois a realidade ainda mostra dificuldades nesta questão, com sobrecarga de funções aos trabalhadores.

Trabalhar na efetivação dos direitos sociais em um contexto de mais uma grande crise do capitalismo mundial não é tarefa simples, ainda mais quando a intervenção se dá com a população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ABREU, P.; PRATES, J. **Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: NESPRUA, 2000.

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Lisboa, 2010.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. [Biblioteca Básica de Serviço Social. v. 2].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em 23 de junho de 2009.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 10 de novembro de 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. 2008. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>,
Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social** – NOB/RH/SUAS, Brasília, DF, 2006.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social; Conferência Nacional de Assistência Social, VII. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais** – Resolução nº 109 de 2009. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** – Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2011.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF, 2004.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social** – NOB/SUAS. Brasília, DF, 2005.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**, Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

____. **Política Nacional para Inclusão de População em Situação de Rua – PNIPSR**. Brasília, DF, 2008. Disponível em:

<<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2011.

BRASIL. **Serviço Especializado em Abordagem Social** – Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

BROIDE, Jorge. **Psicanálise: nas situações sociais críticas, violência, juventude e periferia em uma abordagem grupal**. Curitiba: Juruá, 2008.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez., 2007.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

____. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2011.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

____. **Pedagogia do oprimido**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque de dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **Cadastro e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**: estudo quanti-qualitativo, relatório final. Porto Alegre: UFRGS/FASC, 2007/2008. Disponível em:

<<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/CADASTRO%20DE%20CRIAN%C3%87AS,%20ADOLESCENTES%20E%20ADULTOS%20EM%20SITUA%C3%87%C3%83O%20DE%20RUA%20E%20ESTUDO%20DO%20MUNDO%20DA%20POPULA%C3%87%C3%83O%20ADULTA%20EM%20SITUA%C3%87%C3%83O%20DE%20RUA%20DE%20PORTO%20ALEGRERS.pdf>>.

Acesso em: 12 de novembro de 2011.

____. **Projeto Casa da Convivência e Atendimento Social da Rua**. Porto Alegre: FASC, 2001.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA. **Proposta de rotina e fluxo de trabalho**: operação monitoramento de pontes e viadutos – parceria FESC/DEMAHB/SMOV/DMLU. Ordem de Serviço nº 10. Porto Alegre: FESC, 1996.

____. **Política Municipal de Assistência Social**. Porto Alegre: FESC, 1995.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

____; ____ (Orgs.). **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

____. **Lógica formal, lógica dialética**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MAGNI, Cláudia. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 1994. [mimeo].

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: _____. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

____. Uma abordagem socioeducacional. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Rodrigues Maria Lúcia; MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

____; _____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência social**: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio de conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1993.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA – MNPR. 4º Festival do Lixo e Cidadania, Belo Horizonte, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. [Biblioteca Básica de Serviço Social. v. 1].

NUNES, Deise Gonçalves. Uma breve história de (in)visibilidade do abandono de crianças e adolescentes brasileiros. In: FREIRE, Silene de Moraes (Org.). **Direitos humanos**: violência e pobreza na América Latina contemporânea. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

OLIVEIRA, Jairo. **O processo de trabalho do assistente social e sua abordagem com moradores de rua**. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

PAUGAM, Serge. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. **Serviço Social e Sociedade**, ano XX, n. 60, jul. 1999.

____. O enfraquecimento e as rupturas dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

____. **Política social: temas e questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

PRATES, Jane Cruz. Gestão como processo social e o processo de gestão da política de assistência Social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz (Orgs.). **Capacitação PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. RIO GRANDE DO SUL; Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Faculdade de Serviço Social/PUCRS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

____. O método e o potencial Interventivo e político da pesquisa social. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n.9, jun. 2005.

____. O planejamento da pesquisa social. **Revista Temporalis**, Porto Alegre: ABEPSS, n. 7, 2003.

____. **Possibilidade de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Porto Alegre: PUCRS, 2003, Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

____; PRATES, Flávio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Revista Temporalis**, Porto Alegre: ABEPSS, n. 22, dez. 2011.

____; REIS, C. N.; ABREU, P. B. Metodologia de pesquisa para população de rua: alternativas de enfrentamento ao poder local. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 64, nov. 2000.

____; CARRARO, Gisele. **As pesquisas avaliativas de enfoque misto e a construção de Indicadores para a avaliação de políticas e programas sociais**. II Seminário de Políticas Sociais do MERCOSUL, Pelotas: UCEPEL, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social. **Contorno dos Invisíveis: perfil e mapeamento da população adulta em situação de rua de São Leopoldo – RS**. São Leopoldo, 2010.

RAMOS, Rosângela; KIENER, Flavio; OLIVEIRA, Paulo R. et. al. Roupa suja se lava na casinha. **Jornal Boca de Rua**, Porto Alegre: Agência Livre para Informação Cidadania e Educação – ALICE, ano X, n. 41, out.-nov.-dez. 2011.

REIS, C. N.; PRATES, J. C.; MENDES, J. M. R. **Relatório da pesquisa: a realidade social de saúde mental da população de rua**. Porto Alegre, 1995.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. São Paulo: HUCITEC; Associação Rede Rua, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHEINVAR, Estela. A produção da condição de risco como estratégia das políticas de proteção social. In: FREIRE, Silene de Moraes (Org.). **Direitos humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

SCHUCH, Patrice. Aproximações com as pessoas em situação de rua. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. UFRGS/LABORS. **Relatório I de Pesquisa: Cadastro de adultos em situação de rua e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: UFRGS/LABORS/FASC, 2007. [mimeo].

____; MAGNI, C. T.; GEHLEN, I.; DICKEL, I. K. População adulta em situação de rua em Porto Alegre: especificidades socioantropológicas In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos (Orgs.). **Diversidade e proteção social: estudos quantiquantitativos das populações de afrobrasileiros; coletivos indígenas; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; remanescentes de quilombos**. Prefeitura de Porto Alegre, FASC, UFRGS. Porto Alegre: Century, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno de população de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVEIRA, Esalba; MENDES, Jussara Maria Rosa. Derrubando paredes: a construção da interdisciplinaridade. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implementação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 98, jun. 2009.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América latina**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre**. Relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/LABORS, 2004.

____. **Relatório final de pesquisa cadastro de adultos em situação de rua e estudo do mundo da população adulta em situação de rua em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: UFRGS/LABORS, 2007-2008.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.); ROSA, Lúcia Cristina dos Santos et al. **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo, Cortez, 2000.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1994.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: UNFPA, 2010.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

YASBEK, Maria Carmelita. Assistência social: limites e possibilidades na transição do milênio. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 301, nov. 2001.

____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Grafline, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Carta de Encaminhamento à Comissão Científica

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2010.

CARTA DE ENCAMINHAMENTO A COMISSÃO CIENTÍFICA

Prezadas Coordenadoras:

Encaminhamos para apreciação dessa Comissão Científica o Projeto de Pesquisa intitulado **A INTERVENÇÃO NO “OLHO DA RUA”: O SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM PORTO ALEGRE.**

Colocamo-nos à inteira disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

Idília Fernandes – Orientadora

Rejane Margarete Scherolt Pizzato – Mestranda

APÊNDICE B
Carta de Apresentação

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ac

Fundação de Assistência Social e Cidadania/FASC/PMPA

Prezados Senhores:

Encaminhamos para apreciação o projeto de pesquisa intitulado “A INTERVENÇÃO NO “**OLHO DA RUA**”: O SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM PORTO ALEGRE”. Analisar a trajetória do Serviço do Atendimento Social de Rua, a fim de contribuir no reordenamento da Abordagem Social definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como na garantia de direitos da população em situação de rua.

Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCRS e o estudo será realizado no Serviço de Atendimento Social de Rua e Casa de Convivência/ASR-CC/FASC, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS; para tanto solicitamos seu parecer para iniciarmos as atividades de coletas de dados.

No aguardo do parecer favorável, agradecemos antecipadamente e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Rejane Margarete Scherolt Pizzato
Mestranda em Serviço Social

Idília Fernandes
Professora orientadora

APÊNDICE C

Carta de Conhecimento do Responsável pelo local de realização do projeto

Porto Alegre ____de_____ de 2010.

Ao Comitê de Ética e Pesquisa PUCRS

Prezados Senhores:

Declaro que tenho conhecimento do projeto de pesquisa intitulado “A INTERVENÇÃO NO “**OLHO DA RUA**”: O SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM PORTO ALEGRE” proposto por Rejane Margarete Scherolt Pizzato, sob orientação da Prof. Dra. Idília Fernandes, a ser desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social – PUCRS, fone: (51) 33203500, ou Comitê de Ética em Pesquisa CEP, fone: (51) 3320.3345.

O referido projeto será realizado no Serviço de Atendimento Social de Rua e Casa de Convivência (ASR/CC/FASC), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o qual só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Nome e cargo do responsável pelo local de realização da pesquisa

Assinatura

APÊNDICE D

Termo de Consentimento Livre Esclarecido para entrevistas com os trabalhadores, gestores, usuários e solicitantes

Esta pesquisa pretende analisar a “A INTERVENÇÃO NO “**OLHO DA RUA**”: O SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA EM PORTO ALEGRE”. Tem como objetivo geral: analisar a trajetória do Serviço do Atendimento Social de Rua, a fim de contribuir no reordenamento da Abordagem Social definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como na garantia de direitos da população em situação de rua.

Será utilizado um Instrumento para a realização de uma entrevista, com duração aproximada de 1 (uma) hora e será gravada. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se, no decorrer da pesquisa, o(a) participante resolver não mais continuar, terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Assistente Social Rejane Margarete Scherolt Pizzato, mestranda pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS, que poderá oferecer qualquer esclarecimento no momento da pesquisa ou posteriormente, e está sob coordenação da Prof. Dra. Idília Fernandes, professora da FSS/PUCRS, integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência e Direitos Humanos/NEPEVIDH, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Acessibilidade Diversidade/GEPADI. Telefones: (51) 33203500, ou (51) 3320.3345 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu

concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Porto Alegre, ____/____/____

APÊNDICE E

Instrumento para entrevista com os trabalhadores

- 1) Nome:
- 2) Cargo:
- 3) Tempo de trabalho:
- 4) Período: () 2000 () 2005 () 2010
- 5) Qual a sua atribuição na equipe referente a esse período?
.....
.....
.....
- 6) Como você vê/percebe a trajetória do ASR/CC?
.....
.....
.....
- 7) Você conhece a proposta de abordagem social estruturada pelo SUAS?
.....
.....
- 8) Qual a sua opinião sobre essa nova configuração?
.....
.....
.....
- 9) Como você avalia o Serviço de Atendimento Social de Rua no atual contexto social e sua reconfiguração dada pelo SUAS?
.....
.....
.....
- 10) Que fatores incidem no processo de trabalho no ASR/CC e que impactam nos avanços e entraves de sua intervenção?
.....
.....
.....

11) Gostaria que você falasse de seu trabalho com essa população, incluindo se possível as estratégias utilizadas no enfrentamento de seu cotidiano.

.....
.....
.....

12) Tendo como referência os aparatos legais (PNAS, LOAS, SUAS, NOBRH, CF 88), quais são os limites e possibilidades no trabalho da ASR/CC?

.....
.....

APÊNDICE F

Instrumento para entrevista com os gestores

- 1) Nome:
- 2) Cargo:
- 3) Tempo de trabalho:
- 4) Período: () 2000 () 2005 () 2010
- 5) Qual a sua atribuição na equipe referente a esse período?
.....
.....
- 6) Qual a concepção de política de Assistência Social que marca sua gestão?
.....
.....
.....
- 7) No seu entendimento, quem é a população adulta em situação de rua?
.....
- 8) Na sua opinião, quais os entraves e os avanços na rede de serviços para o atendimento à população adulta em situação de rua?
.....
.....
.....
- 9) Qual seu entendimento de uma Abordagem Social com qualidade?
.....
.....
.....
- 10) Como você avalia a trajetória do ASR/CC?
.....
.....
.....

APÊNDICE G

Instrumento para entrevista com os usuários

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Procedência:
- 4) Tempo de permanência em situação de rua:
- 5) Você conhece o Serviço de Atendimento Social de Rua?
- 6) O que sabe sobre ele?
.....
.....
- 7) Como você o avalia?
.....
.....

APÊNDICE H

Instrumento para entrevista com os solicitantes

- 1) Idade:
- 2) Região de moradia:
- 3) Tempo de moradia no local:
- 4) Para você, quem é a população de rua?
.....
.....
- 5) Qual seu conhecimento sobre a política de Assistência Social?
.....
.....
.....
- 6) Você conhece o serviço que atende a população de rua na cidade?
.....
.....
- 7) Como você avalia esse atendimento?
.....
.....

ANEXOS

ANEXO A
Parecer do Comitê de Ética

[colocar documento]

ANEXO B

Cartas de aprovação da Comissão Científica e do Comitê de Ética

[colocar documento]

[colocar documento]

ANEXO C

Projeto Atendimento Social de Rua – 1998



OF.CEP-443/11

Porto Alegre, 11 de março de 2011.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 11/05371 intitulado **"A intervenção no olho da rua: o serviço de atendimento social de rua em POA"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.
Profa. Idília Fernandes
FSS
Nesta Universidade

PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6690 - 3º andar - CEP: 90610-000

Sala 314 - Fone Fax: (51) 3320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

www.pucrs.br/prppg/cep

PARECER

**Cadastro do Projeto CEP/PUCRS
11/05371**

Título:
A Intervenção no "Olho da Rua": O Serviço de Atendimento Social de Rua em Porto Alegre

Pesquisador Responsável:
Idília Fernandes e Rejane Pizzato

Aspectos Científicos e Metodológicos

Adequados. Trata-se de uma pesquisa de Mestrado, de natureza qualitativa com 3 usuários do serviço de Atendimento Social de Rua, 2 solicitantes, 3 gestores e seis técnicos. Os critérios para a inclusão e exclusão da amostra estão claros, bem como os procedimentos metodológicos. O objetivo geral da pesquisa é analisar a trajetória do Serviço de Atendimento Social de Rua a fim de contribuir no reordenamento da abordagem social definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) bem como na garantia dos direitos da população em situação de rua. Os instrumentos de coleta de dados apresentam uma linguagem acessível e adequada.

Aspectos Éticos

Adequados. O termo de consentimento está redigido em uma linguagem clara e adequada e está presente a carta de conhecimento do chefe de serviço (presidente da FASC).

Recomendação
Aprovar

Considerações Gerais

Recomenda-se a revisão da primeira parte do título, suprimindo a expressão "olho da rua", pois trata-se de um trabalho acadêmico e esta expressão é valorativa e ambígua, indo de encontro aos objetivos da pesquisadora.

Data do Parecer 11/03/2011